



# O HABITAR CONTEMPORÂNEO NA CIDADE PATRIMÔNIO MUNDIAL:

representações sociais de moradores  
no Centro Histórico de São Luís - MA.

LETÍCIA LOPES  
DE SOUSA PEREIRA

CENTRO UNIVERSITÁRIO  
UNIDADE DE ENSINO SUPERIOR DOM BOSCO – UNDB  
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO

LETÍCIA LOPES DE SOUSA PEREIRA

**O HABITAR CONTEMPORÂNEO NA CIDADE PATRIMÔNIO MUNDIAL:**  
Representações sociais de moradores no Centro Histórico de São Luís – MA.

SÃO LUÍS – MA  
2020

**LETÍCIA LOPES DE SOUSA PEREIRA**

**O HABITAR CONTEMPORÂNEO NA CIDADE PATRIMÔNIO MUNDIAL:  
Representações sociais de moradores no Centro Histórico de São Luís – MA.**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Unidade de Ensino Superior Dom Bosco como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Orientador(a): Prof.<sup>a</sup>. Me. Tayana do Nascimento Santana Campos Figueiredo.

SÃO LUÍS – MA  
2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Centro Universitário – UNDB / Biblioteca

Pereira, Letícia Lopes de Sousa

O habitar contemporâneo na cidade patrimônio mundial: representações sociais de moradores no Centro Histórico de São Luís – MA. / Letícia Lopes de Sousa Pereira. \_\_ São Luís, 2020.

147f.il.

Orientador: Profa. Ma. Tayana do Nascimento Santana Campos Figueiredo.

Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) - Curso de Arquitetura e Urbanismo – Centro Universitário Unidade de Ensino Superior Dom Bosco – UNDB, 2020.

I. Moradia contemporânea. 2. Centro Histórico. 3. São Luís – MA. 4. Representações sociais. I. Título.

CDU 728.1(812.1)



**LETÍCIA LOPES DE SOUSA PEREIRA**

**O HABITAR CONTEMPORÂNEO NA CIDADE PATRIMÔNIO MUNDIAL:  
Representações sociais de moradores no Centro Histórico de São Luís – MA.**

Monografia apresentada ao Curso de Arquitetura e Urbanismo, do Centro Universitário Unidade de Ensino Superior Dom Bosco, como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Aprovado em \_\_\_/\_\_\_/ 2020.

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Prof.<sup>a</sup> Me. Tayana do Nascimento Santana Campos Figueiredo** (Orientadora)  
Centro Universitário Unidade de Ensino Superior Dom Bosco - UNDB

---

**Prof.<sup>a</sup> Me. Raissa Muniz Pinto**  
Centro Universitário Unidade de Ensino Superior Dom Bosco - UNDB

---

**2º Examinador**

A todos aqueles que traçam as linhas de um  
sonho: no papel e na vida.

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gratidão a Deus por todas inúmeras bênçãos que me foram concedidas. Devoção ao dom da vida e ao benefício de enxergar com singularidade questões tão únicas do dia-a-dia. O curso de Arquitetura e Urbanismo não proporciona o maior dos salários, tampouco, *status*, mas contribui sobremaneira para observar singelamente os amplos diálogos do mundo.

Amplio, de forma decorrente, os agradecimentos a minha família, portadora de toda a minha idolatria. Ao meu avô, José Amadeu, que nos deixou esse ano, mas concedeu ensinamentos únicos sobre honestidade e perseverança. Estendo também a gratidão pelo financiamento dos meus estudos durante toda a minha trajetória até aqui, de maneira sempre tão espontânea e sincera. Em especial, aos meus pais, Haydê e Marcos, por todos os empenhos cometidos e investimentos em minha educação, se configurando como os maiores incentivadores dos meus sonhos. Sem sombra de dúvidas, se caracterizam como as melhores pessoas com quem tive o prazer de desfrutar ao longo do caminho. Íntegros, genuínos e corretos, nunca mediram esforços para proporcionar tudo de melhor a mim e ao meu irmão, Lucas, em nossa jornada. Responsáveis por todas as instruções dos valores que, moldaram de forma majestosa, nosso caráter até aqui. Constituintes do porto seguro da minha vida, enquanto vivos forem, sei que nada nunca me faltará.

Anexo, em minhas considerações, todo o corpo docente do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Unidade de Ensino Superior Dom Bosco (UNDB), pelos conhecimentos compartilhados ao longo desses cinco anos, contribuindo de forma grandiosa para a construção do meu senso crítico efetivo e pelos olhares únicos relacionados as mais diversas ramificações da profissão. Ao Prof. Me. Marcio Rodrigo da Silva Pereira, pelos materiais enviados para o presente desenvolvimento da minha pesquisa e pela disposição tamanha em passar seus entendimentos sempre que necessário. Em especial, a minha orientadora, Prof.<sup>a</sup> Me. Tayana do Nascimento Santana Campos Figueiredo, pela sua maneira tão única de transmitir ensinamentos, e pela inspiração referente ao seu amor e devoção pelos Centros Históricos. Gratidão ao seu jeito singular e quase poético de visualizar as diferentes esferas de se tornar

arquiteto em sua glória máxima. Por fim, e não menos importante, pelas suas palavras serenas, por suas ideias ímpares e pelo abraço, desde o início, ao meu trabalho.

Enfatizo, a importância de colecionar indivíduos que contribuíram de forma única para conclusão da jornada da graduação. Portanto, todo o meu sincero agradecimento, no amplo sentido da palavra, as minhas amigas Ana Luíza Mesquita, Marcella Simões, Thayná Portugal e Yasmin Milhomem, que dividiram conhecimentos, ensinamentos e momentos, cada uma a sua maneira, se tornando, no meio do processo, também parte da minha família de coração. Por fim, estendo minha gratidão a todos que, direta ou indiretamente, participaram desse processo que se configura como tão desgastante, mas ao mesmo tempo tão sublime, que constitui uma parte ímpar e tão fundamental da minha vida.



*“São Luís é a cidade das ladeiras povoadas de sobradões de azulejos com telhados velhos. Não há alma que se feche a serena alegria daquela paisagem de sol, azul, cal, madeiras das janelas, paredes luminosas, a suavemente mergulhar nas águas”*

**(Odylo Costa Filho)**

## RESUMO

A arquitetura se postula como a representação do mundo construído, indo além dos estudos exatos e sociais. É sempre citada na evolução da sociedade, bem como o progresso das civilizações ao longo do tempo. A manifestação das questões subjetivas, mesmo que na maioria das vezes dispostas em segundo plano, são essenciais para seu entendimento em suas amplas dimensões. É responsável pela construção dos valores dos indivíduos em diferentes esferas culturais, coletivas e históricas, contribuindo sobremaneira para as vivências humanas. A arquitetura, quando elaborada de forma consciente sobre as escalas de pessoas e coletividades, é muito mais eficaz. Por sua vez, as cidades históricas têm como função primordial a proteção das heranças deixadas por gerações anteriores em épocas importantes da história, sendo São Luís, capital maranhense, exemplo sublime de cidade cujo patrimônio remonta à arquitetura. Partindo desse pressuposto, os pontos citados são norteadores desta pesquisa que tem como objetivo principal analisar e compreender como se dá a moradia contemporânea em um Centro Histórico de uma cidade patrimônio da humanidade, à luz das representações sociais de Serge Moscovici. Portanto, o trabalho possuirá caráter qualitativo e toma como balizamento as referências concretas de residências, sob diferentes tipologias residências, de diferentes tipologias, situadas na área tombada. Dessa forma, almeja, por questões pessoais, sociais e acadêmicas, gerar uma experiência curiosa em um sítio tão importante por sua grandiosidade, por meio de aspectos arquitetônicos e narrativas de cada entrevistado sobre a habitação no Centro Histórico.

Palavras-chave: Cidade Histórica. Contemporaneidade. Habitação. Patrimônio.

## ABSTRACT

Architecture is postulated as the representation of the constructed world, going beyond the exact and social studies. It is always mentioned in the evolution of society, as well as the progress of civilizations over time. The manifestation of subjective questions, even if most of the time arranged in the background, are essential for their understanding in their broad dimensions. It is responsible for building the values of individuals in different cultural, collective and historical spheres, contributing greatly to human experiences. Architecture, when consciously designed on the scales of people and collectives, is much more effective. On the other hand, historic cities have as their primary function the protection of inheritances left by previous generations at important times in history, being São Luís, capital of Maranhão, a sublime example of a Portuguese colonial city. Based on this assumption, the points cited are guiding this research, whose main objective is to analyze and understand how contemporary housing in a Historical Center of a World Heritage City takes place, in the light of Serge Moscovici's social representations. Therefore, the work will have a qualitative character and will be applied in residences, of different types, located in the protected area. That way, it aims, for personal, social and academic reasons, to generate a curious experience in a place so important for its grandeur, through architectural aspects and the narratives of each interviewee about housing in the Historic Center.

Keywords: Historical City. Contemporaneity. Housing. Patrimony.

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Modelo de tabela para análise das representações sociais	76
Tabela 2	Tabela de análise das representações sociais – Paulo	91
Tabela 3	Tabela de análise das representações sociais – Pedro	108
Tabela 4	Tabela de análise das representações sociais – Nina	120
Tabela 5	Tabela de análise das representações sociais – Jonas	131
Tabela 6	Tabela de análise das representações sociais – compilação dos dados	137



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Definição do espaço estudado .....	40
Figura 2	Mapa dos tombamentos da cidade histórica de São Luís .....	41
Figura 3	Mapa da cidade de São Luís em 1640 .....	43
Figura 4	Mapa da Cidade de São Luís em 1844 .....	44
Figura 5	Praça Gonçalves Dias em sua urbanidade, século XX .....	45
Figura 6	Tráfego intenso e ruínas na Praça do Comércio em 1985 .....	47
Figura 7	Ruas da Estrela e do Desterro, respectivamente, em 1987 .....	48
Figura 8	Ruas da Estrela e do Desterro, respectivamente, em 1987 .....	48
Figura 9	Vistas atuais da Rua Portugal no Centro Histórico de São Luís, que apresenta características pombalinas .....	48
Figura 10	Vistas atuais da Rua Portugal no Centro Histórico de São Luís, que apresenta características pombalinas .....	48
Figura 11	Dimensões de gabarito, vias e traçado em vista aérea do Centro Antigo, sítio voltado a Baía de São Marcos .....	49
Figura 12	Venezianas no Sobrado da Pacotilha e balcões isolados em sobrado no Centro Histórico.....	50
Figura 13	Venezianas no Sobrado da Pacotilha e balcões isolados em sobrado no Centro Histórico .....	50
Figura 14	Azulejos na Rua Portugal e edificação com alvenaria de cal e pedra .....	50
Figura 15	Azulejos na Rua Portugal e edificação com alvenaria de cal e pedra .....	50
Figura 16	Plano de Expansão da Cidade de São Luís, por Ruy Mesquita, em 1958 .....	53
Figura 17	Beira Mar e embarcação responsável por travessia para a ponta do São Francisco .....	55
Figura 18	Avenida Beira Mar e Ponte Governador José Sarney, popularmente conhecida como Ponte São Francisco .....	56
Figura 19	Dia-a-dia nas Ruas Portugal e Estrela, Centro Histórico .....	57
Figura 20	Dia-a-dia nas Ruas da Estrela e do Giz, respectivamente .....	60

Figura 21	Dia-a-dia nas Ruas da Estrela e do Giz, respectivamente .....	60
Figura 22	Quadro esquemático: compreensão do conhecimento e as representações sociais .....	65
Figura 23	Quadro esquemático: as três dimensões das representações sociais .....	68
Figura 24	Casa Frankie e Pequena Companhia de Teatro, respectivamente, na Rua do Giz .....	78
Figura 25	Casa Frankie e Pequena Companhia de Teatro, respectivamente, na Rua do Giz .....	78
Figura 26	Meia morada e casa térrea, nas ruas Ribeirão e Alecrim, respectivamente .....	78
Figura 27	Meia morada e casa térrea, nas ruas Ribeirão e Alecrim, respectivamente .....	84
Figura 28	Rua do Giz, entorno da Casa Frankie .....	84
Figura 29	Rua do Giz, entorno da Casa Frankie .....	82
Figura 30	Casa Frankie, Rua da Giz .....	85
Figura 31	Layout do térreo da morada inteira .....	88
Figura 32	Layout do subsolo da morada inteira .....	88
Figura 33	Sala de jantar e varanda, ambas no térreo da morada inteira .....	90
Figura 34	Sala de jantar e varanda, ambas no térreo da morada inteira .....	90
Figura 35	Quarto e cozinha, ambos no térreo da morada inteira .....	90
Figura 36	Quarto e cozinha, ambos no térreo da morada inteira .....	90
Figura 37	Terraço aberto e com piscina, localizado no subsolo .....	90
Figura 38	Terraço aberto e com piscina, localizado no subsolo .....	90
Figura 39	Rua do Giz, entorno da Pequena Companhia de Teatro .....	93
Figura 40	Rua do Giz, entorno da Pequena Companhia de Teatro .....	93
Figura 41	Pequena Companhia de Teatro, Rua do Giz .....	94
Figura 42	Layout do térreo do sobrado .....	103
Figura 43	Layout do primeiro pavimento do sobrado .....	103
Figura 44	Layout do segundo pavimento do sobrado .....	104
Figura 45	Salão e terraço, ambos no térreo do sobrado .....	105
Figura 46	Salão e terraço, ambos no térreo do sobrado .....	105

Figura 47	Salas de estar e jantar, primeiro pavimento do sobrado .....	105
Figura 48	Salas de estar e jantar, primeiro pavimento do sobrado .....	105
Figura 49	Suíte e Pequena companhia de Teatro, primeiro e segundo pavimento, respectivamente .....	106
Figura 50	Suíte e Pequena companhia de Teatro, primeiro e segundo pavimento, respectivamente .....	106
Figura 51	Rua do Ribeirão, entorno da meia morada .....	112
Figura 52	Rua do Ribeirão, entorno da meia morada .....	112
Figura 53	Meia morada, Rua do Ribeirão .....	112
Figura 54	Layout da meia morada .....	118
Figura 55	Salas de estar e jantar .....	119
Figura 56	Salas de estar e jantar .....	119
Figura 57	Quartos 01 e 02 .....	119
Figura 58	Quartos 01 e 02 .....	119
Figura 59	Cozinha e terraço .....	119
Figura 60	Cozinha e terraço .....	119
Figura 61	Rua do Alecrim, entorno da casa térrea .....	123
Figura 62	Rua do Alecrim, entorno da casa térrea .....	123
Figura 63	Casa singular térrea, Rua do Alecrim .....	124
Figura 64	Layout da casa térrea .....	128
Figura 65	Vista para o jardim e sala de estar .....	129
Figura 66	Vista para o jardim e sala de estar .....	129
Figura 67	Sala de jantar e jardim de inverno .....	129
Figura 68	Sala de jantar e jardim de inverno .....	129
Figura 69	Escritório e quarto 01 .....	130
Figura 70	Escritório e quarto 01 .....	130

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- DPH – Departamento do Patrimônio Histórico.
- IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.
- FUMPH – Fundação Municipal do Patrimônio Histórico.
- PPRCHSL – Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís.
- TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.
- UNDB – Unidade de Ensino Superior Dom Bosco.



## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>19</b>
<b>2</b>	<b>A CONTRIBUIÇÃO DA FORMULAÇÃO E DEFINIÇÃO DO CONCEITO DE “HABITAR” PARA MORADIA NO PATRIMÔNIO HISTÓRICO.....</b>	<b>25</b>
<b>2.1</b>	<b>O “habitar” como produto das variantes culturais, sociais e geográficas.....</b>	<b>29</b>
<b>2.2</b>	<b>Um olhar sobre a casa contemporânea e suas transformações....</b>	<b>32</b>
<b>3</b>	<b>A CIDADE HISTÓRICA DE SÃO LUÍS.....</b>	<b>39</b>
<b>3.1</b>	<b>Uma percepção sobre o desenvolvimento da cidade e a arquitetura luso-maranhense.....</b>	<b>39</b>
<b>3.2</b>	<b>O processo de esvaziamento do Centro Histórico e perda da referência habitacional.....</b>	<b>52</b>
<b>3.3</b>	<b>O patrimônio histórico e suas múltiplas dimensões.....</b>	<b>58</b>
<b>4</b>	<b>A LINGUAGEM DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS.....</b>	<b>63</b>
<b>5</b>	<b>PROCEDIMENTOS E INSTRUMENTOS APLICADOS.....</b>	<b>73</b>
<b>5.1</b>	<b>Metodologia desenvolvida.....</b>	<b>73</b>
<b>5.1.1</b>	<b>As representações sociais aplicadas.....</b>	<b>74</b>
<b>5.2</b>	<b>Participantes.....</b>	<b>76</b>
<b>5.3</b>	<b>Ferramentas.....</b>	<b>79</b>
<b>5.4</b>	<b>Métodos.....</b>	<b>80</b>
<b>5.5</b>	<b>Análise de dados.....</b>	<b>81</b>
<b>6</b>	<b>O HABITAR ATRAVÉS DA FALA DOS MORADORES.....</b>	<b>83</b>
<b>6.1</b>	<b>Casa Frankie – Rua do Giz, nº 394.....</b>	<b>83</b>
<b>6.2</b>	<b>Pequena Companhia de Teatro – Rua do Giz, nº 295.....</b>	<b>93</b>
<b>6.3</b>	<b>Meia Morada – Rua do Ribeirão, nº 80.....</b>	<b>111</b>
<b>6.4</b>	<b>Casa Térrea – Rua do Alecrim, nº 301.....</b>	<b>123</b>
<b>7</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>135</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>142</b>
	<b>APÊNDICES .....</b>	<b>146</b>





# I. INTRODUÇÃO



## 1 INTRODUÇÃO

A arquitetura, apesar de estudar as questões sociais e exatas, vai além de ciência e postula-se como arte. É responsável por trazer conhecimento em suas mais diversas vertentes e, sobretudo, por ampliar os horizontes, se caracterizando como a representação do mundo construído, de uma forma singela e quase poética. Através das exigências acadêmicas, possibilita a expansão de ideias, perspectivas e estímulos. Marcando épocas e ordenando fases, é arte de quem faz do mundo sua obra.

A manifestação das questões subjetivas se faz absolutamente importante ao se estudar arquitetura. Ao se instalar como espaço íntimo de cada indivíduo, contribuindo para relacionamentos sociais e manifestando traços singulares na formação da consciência de cada pessoa, permite a construção de valores em suas mais diversas dimensões: culturais, históricas e coletivas. Tal compilado de ideias, baseadas na existência de cada sujeito e suas perspectivas, acabam por remeter às intenções e desejos individuais de cada ser. As subjetividades humanas proporcionaram vários recursos voltados à comunicação e convivência, entre eles a linguagem, escrita e à fala, engrandecendo as vivências do homem.

A inserção da visão de Vrijman (1994 apud PALLASMAA, 2017, p. 19) se faz essencial neste ponto. O autor faz um questionamento necessário ao formular a seguinte frase: “por que a arquitetura e os arquitetos, ao contrário do cinema e dos cineastas, se interessam tão pouco pelas pessoas ao longo do processo de projeto?”. Realmente, tal pergunta transcende uma verdade latente. De uma forma geral, ao se estudar arquitetura, é muito comum se ignorar as questões que estão por trás de um projeto. Dessa maneira, em sua essência, acaba por se camuflar as temáticas implícitas, bem como a pesquisa e o sujeito protagonista da arquitetura, cujo somatório de existências alcança complexa dimensão coletiva: a sociedade.

A pesquisa, portanto, se caracteriza como fundamental para o sucesso efetivo de um projeto arquitetônico em suas amplas vertentes. Estudar a cidade, a sociedade, suas mazelas, problemas, positivities e como sua inserção pode afetar as pessoas que habitam o ambiente se impõe como necessário. A falta de exploratórias sobre as questões implícitas, que muitas vezes aparentam estar escondidas, faz com que até os sujeitos atuantes da área esqueça que as pessoas

compõem uma das grandes razões da arquitetura. Para subsidiar de modo consistente as questões de que vive e faz a arquitetura torna-se essencial conhecê-los através das suas falas e representações.

Desse modo, a presente pesquisa visa investigar e compreender como se dá a moradia contemporânea no centro antigo de uma cidade patrimônio da humanidade. Para isso, alguns aspectos precisam ser compreendidos desde o início. A cidade, por sua vez, surgiu a partir da necessidade de compreender um território e as múltiplas atividades que ocorrem no dado perímetro: econômicas, sociais e culturais. As cidades históricas, em sua grandiosidade, são ricas em cultura e arquitetura e devem proteger um legado que foi desenvolvido em uma época importante, mundialmente fundamental, ao mesmo tempo em que se adaptam ao modo de vida atual de uma sociedade.

José Antônio Viana Lopes (2008) relata que São Luís é cidade e é ilha, e como toda, é um paraíso imaginado. Mais do que qualquer outra localidade, a capital maranhense revela a cada detalhe, a cada mudança, por mais furtiva, o resultado dos desejos dos homens. O perímetro colonial foi planejado de acordo com normas e fins da Monarquia e Igreja ditados na época, sem sufocar o misticismo e sensualidade do barroco. Atualmente, se tem uma cidade dentro da outra, a metrópole traçada por princípios funcionais abraça a colônia fundada sob os ditames da metrópole, mas também adaptado às particularidades regionais.

O Centro Histórico sempre contou com a integração de diversos serviços, usos e funções. Dos imóveis preservados, grande parte tem uso destinado à habitação unifamiliar e multifamiliar, outros se estabelecem para a parte comercial, encontrando-se em sua maioria ocupados. O perímetro estudado é, portanto, um grande exemplo de cidade colonial portuguesa devidamente adaptada às condições climáticas da América do Sul, com a malha mantida, assim como outros elementos que os confere características únicas. Andrés (1998) cita que o patrimônio urbano se preservou, quase intacto, ao longo de três séculos de história. Discorre que o atual Centro Histórico conserva, como em nenhum outro lugar do mundo, a maior extensão de arquitetura civil de direta origem europeia, adaptada a um meio ecológico único, ao clima e às necessidades específicas da zona equatorial.

Entretanto, através da expansão urbana orientada principalmente através da construção de pontes, em 1970, com função de ligar a região a outros pontos ainda não ocupados do território, foi possível visualizar um considerável esvaziamento do

perímetro histórico da cidade. Até este momento, a cidade era composta basicamente pelo Centro e os bairros adjacentes, fazendo daquele, um reconhecido bom lugar para se fixar residência. Com a expansão da cidade e a valorização de novos espaços pelo mercado imobiliário e fundiário, ocorreu o esvaziamento do perímetro central, acarretando na perda de referência habitacional. Apesar de o local ainda poder ser considerado predominantemente residencial, o uso da região é inferior ao de anos atrás. Aos poucos, através do seu claro estado de abandono foram sendo disseminadas ideias que apontam a zona como insegura, difícil de estabelecer moradia devido ao rigor dos órgãos de preservação, dificuldades de acesso dos veículos, entre outras questões, que acabaram contribuindo para sua maior desvalorização. Desta forma, com o panorama apresentado, o trabalho propõe uma reflexão sobre o porquê de as pessoas morarem no Centro Histórico.

Com o aparato apresentado, o objetivo geral que orientou o trabalho foi analisar modos de morar no Centro Histórico de São Luís, através das representações sociais, buscando compreender como se deram as adaptações do modo de vida na região no decorrer do tempo, sob a materialidade de diferentes tipologias da arquitetura tradicional luso-maranhense: um sobrado, uma morada inteira, uma meia morada e uma casa de esquina com recuo. No perímetro central a habitação inclui a leitura da cidade. Portanto, para alcançar as determinações do objetivo mais geral foram formulados os seguintes objetivos específicos: construir o conceito de “habitar” para dispor de categoria social de análise; desenvolver como propósito de pesquisa um recorte territorial, social e tipológico das moradias ludovicenses destacando aspectos arquitetônicos; estudar os aspectos socioeconômicos, arquitetônicos e urbanísticos do Centro Histórico de São Luís; demarcar elementos da teoria das representações sociais de Moscovici para abordar a experiência do morar dos entrevistados; compreender a visão dos moradores dos edifícios trabalhados no tocante às razões de permanência e desafios enfrentados; compreender as edificações que serão estudadas, através de levantamentos e registros fotográficos, como objetos arquitetônicos e o seus devidos potenciais de apropriação contemporâneos.

Partindo deste reconhecimento, o estudo se justifica por motivações pessoais, acadêmicas e sociais. Dentre elas, a principal: a forma de olhar a cidade, ou mais precisamente, a maneira de visualizar o Centro Histórico e seu cotidiano com fascínio, desejando compreender seu modo de habitar entre as linhas arquitetônicas,

assim como o potencial contemporâneo de seus imóveis antigos e adaptação da condição de vida ao longo do tempo, discutindo acerca da realidade a que estão inseridos os moradores do bairro berço cultural da capital maranhense. A ideia de compreensão de um tema abrangente como este, heterogêneo, inerente à cidade, propõe um novo olhar sobre a moradia na cidade histórica, podendo mudar a visão de estudantes e profissionais atuantes da área sobre a região trabalhada.

A análise do conceito de “habitar”, ligada ao entendimento do ajuste da vida atual no decorrer do tempo em imóveis antigos, interpretados como objetos de arquitetura, proporciona um melhor embasamento sobre o assunto abordado trazendo inúmeras contribuições para o tema. Esta pode ser considerada uma motivação tanto acadêmica quanto social, uma vez que se configura como uma grande colaboração para realização de pesquisas similares e também para a sociedade, mesmo leiga, que queira compreender um pouco mais sobre parte importante de seu patrimônio.

A partir destas informações, para o pleno desenvolvimento da pesquisa proposta, o trabalho contará com a seguinte estrutura: introdução, três capítulos de fundamentação teórica, um capítulo onde constará a metodologia e o último que apresentará toda a aplicação das decisões metodológicas. Por fim, as considerações finais serão incorporadas ao estudo. Desta forma, se totaliza sete capítulos desenvolvidos a serem sinteticamente apresentados.

O primeiro referente a fundamentação teórica foi intitulado de “a contribuição da formulação e contribuição do conceito de “habitar” para a moradia no patrimônio histórico”. Subdividido em dois subtópicos: “o “habitar” enquanto produto das variantes culturais, sociais e geográficas” e “um olhar sobre a casa contemporânea e suas transformações”. Este se caracteriza como o mais teórico-conceitual de todos, na medida em que foram abordadas as questões voltadas a moradia, desde seu conceito fundamental, pautado no existencialismo, até os significados contemporâneos da casa. Para fundamentar tais aspectos, se utilizou os seguintes autores: Furtado, Silva, Pallasmaa, Rapoport, Glessler, Pecegueiro, Maynardes, Maior e Storni.

O segundo capítulo da fundamentação teórica foi nomeado como “a cidade histórica de São Luís”, sendo dividido em três subtópicos: “uma percepção sobre o desenvolvimento da cidade e a arquitetura luso-maranhense”, “o processo de esvaziamento do Centro Histórico e a perda da referência habitacional” e “o patrimônio

histórico e suas múltiplas dimensões”. O objetivo deste foi o reconhecimento do local estudado. Portanto, se teve a prioridade de explanar sobre as questões voltadas à estruturação urbana do perímetro, características de sua arquitetura regional, bem como o sistema de esvaziamento de seu perímetro em decorrência do desenvolvimento da Ilha de São Luís e, por fim, os quesitos referentes ao patrimônio e suas diversas vertentes. Assim, o texto foi fundamentado a partir das ideias de José Antônio Viana Lopes, Luíz Phelipe Andrés, Paula Cardoso, Pereira, Júnior, Marluce Venâncio, Brumes, Sílvia Zanirato, Françoise Choay, Tatiana Colasante, Bógus e Sousa.

O terceiro capítulo que compõe a fundamentação teórica foi denominado de “a linguagem das representações sociais”. Este tratará do conceito fundamental das representações sociais, sua grandeza e forma de aplicação na sociedade. Para tal feito, foram utilizadas obras de Serge Moscovici, precursor da então tese que se estendeu sobre a psicologia social. A teoria apresentada será fundamental no próximo tópico a ser discorrido, visto que a metodologia será também pautada na mesma.

O quinto capítulo foi intitulado de “procedimentos e instrumentos”. Aborda e descreve principalmente os métodos e meios utilizados para a efetivação da pesquisa aplicada. Foi subdividido em cinco subtópicos: “metodologia” (que ainda conta com um desdobramento nomeado de “as representações sociais aplicadas”), “participantes”, “ferramentas”, “métodos” e “análise de dados”. O sexto, por sua vez, discorre sobre o estudo de campo efetuado. Recebeu título de “o espaço através da fala dos moradores” e conta com seguintes subtópicos: “Casa Frankie – Rua do Giz, nº 394”, “Pequena Companhia de Teatro, rua do Giz, nº 295”, “meia morada, Rua do Ribeirão, nº 80” e “casa térrea, Rua do Alecrim, nº 301”. Aqui, foram analisadas todas as edificações citadas, como objeto arquitetônico, bem como as narrativas de seus respectivos habitantes a partir das entrevistas aplicadas. O objetivo aqui é tratar das questões arquitetônicas, através do reconhecimento do de aspectos do dia-a-dia dos moradores e valores embutidos nessas vivências.

Por fim, a presente pesquisa se torna importante para ampliar as visões sobre a arquitetura, tocando em pontos implícitos e subjetivos, indo além de desenhos técnicos. Postulada na perspectiva de que a escala de cidade e sociedade que a vive compõe de forma fundamental a essência da arquitetura, se fazendo indispensável que seus principais protagonistas, os indivíduos, sejam ouvidos, formulando conhecimentos a partir de suas ideias de espaço.







## 2 A CONTRIBUIÇÃO DA FORMULAÇÃO E DEFINIÇÃO DO CONCEITO DE “HABITAR” PARA A MORADIA NO PATRIMÔNIO HISTÓRICO

O referente capítulo se faz importante para as várias discussões exploratórias a seguir. A percepção do valor da teoria na arquitetura é fundamental, visto que a partir da pesquisa se pode evitar ações arbitrárias, dando ênfase a pertinência. É importante assimilar diversos pontos conceituais para que não se deixe lacunas, assegurando uma reflexão mais aprofundada sobre os temas que cercam os contextos e perspectivas presentes. O termo “habitar” pode ser compreendido de diferentes formas. Entretanto, aqui será entendido como permanecer e fazer-se presente, desenvolvendo um vínculo com um determinado local. Assim, se faz importante a inserção do pensamento de Furtado (2005), que discorre sobre o “habitar” como uma experiência fundamental do homem que antecede toda ciência.

O autor discorre que o “habitar” permite compreender de outra maneira as relações que são estabelecidas entre o corpo e alma, pensamento e linguagem, o sentido e a fala, o espaço e tempo. A vivência pressupõe um modelo em que dois termos se conectam de forma a gerar uma combinação em que se torna impossível de o homem não ser imaginado fora do enraizamento entre lugar e época, delimitando a reflexão sobre sujeito e objeto. Afirma que o “morar” possui sentido conhecido por todos, entretanto, não de forma conceitual. Está mais ligado a prática, se tratando de uma dimensão fundamental da existência. Dessa maneira, estaria ligado às experiências íntimas de cada indivíduo. Logo, a casa seria seguramente o âmbito mais patente onde ocorre o fenômeno da moradia.

Portanto, a explicação mais simples para a “habitação” estaria ligada ao conhecimento obtido a partir da experiência de moradia, vivência própria, deixando de lado qualquer ideia intuitiva:

O habitar sobre o qual nos debruçamos é, primeiramente, simples possibilidade eidética obtida por variação imaginária a partir da experiência fenomenologicamente compreendida de habitar, isto é, de uma experiência *própria*, da qual afastamos toda significação a que não corresponda uma doação intuitiva (FURTADO, 2005, p. 03).

Outro ponto importante de profunda compreensão compartilhado pelo autor é a transitividade do “habitar”, já que o ato de moradia é também ocupar-se de um

lugar no mundo, ocupando-o em movimento, visto que a existência deriva dele. A apropriação do espaço deve ser feita de modo que haja assentamento e um projeto de intenções ali, fazendo dele uma zona existencialmente determinada, com altos e baixos, limites, proximidades, distâncias, luz, sombra e aspectos afetivos, como o conforto e o apego.

Ele se torna, dentro da sua pré-visibilidade existencial, um horizonte desdobrado também no tempo. Espaço com seu passado (com a marca dos meus passos, arranjos etc.) e futuro, *onde* eu espero que algo venha a acontecer e onde algo acontece efetivamente agora. Se o homem é "ser-no-mundo", jamais está "sem lugar" (FURTADO, 2005, p. 03).

Completa que o "morar" implica uma certa limitação do mundo a uma forma de percepção, onde o espaço habitado também surge como uma ancoragem para a existência humana: refúgio, abrigo. Esta se faz necessária para a determinação da vida. O "habitar", logo, designa a posse do espaço que o determina, como sítio ou lugar. Qualquer ligação com o local, no entanto, só pode ser feita através do corpo. Só o corpo cria raízes. Por fim, revela que a casa, pela visão de Le Corbusier se designa como um sistema de lugares funcionais, adaptados de acordo com as necessidades básicas e diárias de cada indivíduo. Portanto, é importante buscar a competência dos saberes ligados as carências universais para melhor satisfazer a vida humana em suas respectivas moradias.

Silva (2013) desenvolve um estudo pautado em Martin Heidegger (1889-1976), influente filósofo do século XX e destaca suas obras *Construir, Habitar e Pensar* e a *Origem da Obra de Arte*. A autora discorre que ele busca respostas para o que é a "habitação" e o que faz um edifício pertencer a ela, pensando o espaço, o lugar e a relação destes com o homem. Heidegger (1977 apud SILVA, 2013, p. 41) aponta que "nem todo prédio é uma habitação, embora forneça um abrigo para nós. Pontes e estádios são edifícios, mas não habitações, (...) são edifícios da casa do homem. Ele habita-os, mas ainda não habita neles". Dessa forma, analisa a essência da construção e da moradia, descobrindo que construir é em si habitar. "Morar", portanto, é a linguagem onde se quer buscar a essência, tendo como vestígio principal o resguardo, estando em paz. A base da habitação pode ser compreendida como permitir devolver algo ao abrigo de sua própria essência, visto que a moradia é o nosso ser e cada indivíduo está diretamente ligado a ela.

Ela afirma que de acordo com Heidegger, a palavra alemã "*Bauen*" (construir) significa habitar, manter-se, permanecendo em um lugar. Esse significado é mantido vivo por "*Nachbar*" (vizinho), derivado do inglês "*neahgebur*", "*neah*" (está próximo) e "*gebur*" (morador). Assim, vizinho significa quase morador, logo "*Bauen*" significa originalmente morada. "Habitar", portanto, seria a linguagem onde se procura a essência, com traço principal pautado no resguardo, o ser deve se encontrar relaxado e principalmente permanecer em paz. Dessa forma, o fundamento da habitação seria permitir devolver algo ao abrigo de sua própria substância.

Em conformidade, Pallasmaa (2017) consegue reunir todo seu conhecimento relativo ao habitar e seu papel essencial na constituição da arquitetura. De uma forma geral, seus estudos partem do princípio das dimensões materiais, geométricas, formais, e racionais rumo às realidades mentais, subconscientes, míticas e poéticas do "construir" e do "habitar". Faz uma crítica a realidade do mundo materialista da atualidade, onde a essência poética da arquitetura foi ameaçada.

O autor traz, inicialmente, a ideia de que a ação de "habitar" revela as origens ontológicas ligadas a arquitetura e trabalha com as dimensões primordiais de "habitar" no espaço e no tempo. Consegue transformar um perímetro sem ou com pouco significado, em um local especial e até em domicílio de um indivíduo. A "habitação" seria, portanto, uma das formas básicas de relação impostas entre uma pessoa e o mundo. Funciona necessariamente como uma espécie de intercâmbio, onde o habitante se acomoda no espaço e o espaço na consciência do usuário. Ao mesmo tempo, se tem a visão de "extensão", onde a área se converte em exteriorização, indo além do ser, aparecendo como um ponto de vista físico e mental.

O "habitar" seria então, em sua definição, um evento, qualidade mental e experimental, cenário funcional, material e técnico. Muito se fala sobre sua essência e limites físicos, porém, a noção de "lar" é muito mais extensiva. Além dos já conhecidos aspectos práticos de residir, o ato é também simbólico, organizando todo o mundo do usuário de determinado espaço. Não só o corpo, desejos e necessidades de cada indivíduo, mas a mente, memórias e sonhos, que devem ser respectivamente acomodados e habitados. Morar é parte do ser e existência do homem.

Entretanto, é muito comum pensar no "habitar" com um olhar mais tendencioso em relação ao espaço, como sendo uma forma de domesticar ou controlar um dado perímetro, negligenciando os significados e conceitos do ato de morar, fazendo do "lar" apenas uma residência ligada a funcionalidade e estética. Tais

atos sugerem uma perda na capacidade de “habitar”. Se pode aplicar tais fatos inclusive na arquitetura, uma vez que neste ramo as questões voltadas a moradia viraram produto.

Apresentadas as ideias se pode perceber que o ato de “habitar” é conhecido de uma forma muito mais prática, se fazendo complicado voltar tal ato à teoria. É geralmente muito difícil conceituar uma ação, visto que esta é ligada as experiências únicas de cada indivíduo, onde se deve elencar por meio de seus respectivos aprendizados os conhecimentos necessários. Para que possa descrever a “habitação” se deve partir do pressuposto existencial ligado ao íntimo do ser, de uma forma um tanto poética, transcendendo a matéria física.

Muito se liga diretamente o “habitar” a um ponto físico, a exemplo: uma casa, um edifício. A residência, no entanto, é o espaço onde ocorre o fenômeno da “habitação”, o que não a torna um conceito direto do ato de “morar”. Esta, estaria relacionada em sua essência a apropriação do local determinado, visto que a “moradia” exige uma certa delimitação de um perímetro em relação ao mundo como forma de horizonte, diferenciando uma estabelecida zona onde é possível um indivíduo aplicar um teor afetivo, como apego, conforto, relaxamento, além de exercer intenções no dado ambiente. Seria o “habitar”, portanto, a linguagem que busca pelas raízes do homem, já que o ser humano é incapaz de viver no caos do espaço.

Para a arquitetura, de uma maneira geral, é imprescindível analisar a “habitação” além do produto vendido na atualidade. É preciso compreender em sua essência, quebrando as barreiras físicas e se estendendo a existencialidade, ciente de que as raízes do “habitar” são quase poéticas. Dessa forma se pode entender as necessidades de uma sociedade e seus indivíduos, sendo fundamental que arquitetos busquem apoio nos saberes para solucionar as urgências da vida humana. Só assim se torna possível projetar com melhor direcionamento através das questões teóricas.

Quanto a questão patrimonial, é fundamental pontuar que a moradia, por se tratar da ocupação e assentamento de um dado espaço, possui suas variantes. Não se pode pensar no ato de “habitar” de uma forma estática, como sendo a mesma em todos os lugares do mundo, a existência também se encontra no movimento. O leque de fatores como a geografia, cultura e sociedade são causas diretas para a diversidade na forma de “morar”. Logo, se “habitar” já é um fenômeno complexo,

quando ocorre nas cidades históricas o peso é muito maior, levando em conta todas as demandas que só um perímetro tombado possui.

## **2.1 O “habitar” como produto das variantes culturais, sociais e geográficas**

As diferenças no modo de habitar ao longo dos anos determinam evolução e mudanças de finalidade com esta ação. A moradia fala muito sobre a sociedade que nela habita. Em suas análises, Carlos Lemos (1986) retoma a ideia de que a função básica da “casa” é proporcionar abrigo das intempéries e manifestações climáticas aos seus indivíduos, ao mesmo tempo em que garante várias possibilidades de proteção, enfatizando que é neste recinto que ocorrem as diversas atuações cotidianas. É neste momento que afirma que o “habitar” se posiciona como um ato cultural, estando diretamente ligado aos costumes de uma dada sociedade.

A contribuição de Amos Rapoport (1969) em seu livro “House, form and culture”, que faz um estudo interessante sobre os aspectos teóricos subjacentes que moldam a forma e o ambiente construído, incluindo religião, crenças, costumes e forças socioculturais em geral. Alia forma, comportamento, cultura e sociedade, não de maneira casual, mas se fazendo necessário compreender arquitetura além da sua figura em si.

A tese sobre as relações entre as formas de “habitação” ligadas a cultura das sociedades humanas é de extrema importância para o entendimento do trabalho. Como os modos de “habitar” se tornam experiências individuais, não são iguais nas diversas partes do mundo, com suas diferentes culturas e sociedades. De acordo com o autor, os fatores socioculturais são tão importantes quanto os climáticos, construtivos e tecnológicos, sendo também responsáveis pela forma que a casa adquire no campo das sociedades primitivas e vernáculas. O tópico da moradia e o próprio assentamento dos indivíduos não pode ser tratado de maneira secundária.

Ele inicia sua análise debatendo que as diferentes formas de moradia se tornam um fenômeno complexo onde uma só explicação não será suficiente. Todas as justificativas possíveis estão pautadas em um único motivo específico: povos com diferentes ideais e atitudes respondendo a seus respectivos espaços físicos. As alterações de um espaço a outro, no entanto, variam devido ao índice e gama de

fatores sociais, econômicos e físicos. Os fatores e resultados ocorrem após mudança gradual em um lugar comum com o passar do tempo. Logo, os aspectos socioculturais necessitam de uma ênfase especial.

No tocante a compreensão de uma sociedade e cultura, uma vez obtidas as ideias e seus valores, as respostas ficam mais evidentes. O homem, ao longo dos anos, construiu de maneiras diferentes de acordo com seu ponto de vista, o que pode ser ligado as variantes culturais. Mesmo dentre as restrições geográficas e econômicas, existem inúmeras formas de construir adaptadas pelo ser humano. Assim, as forças socioculturais têm grande importância ao relacionar o modo de vida do homem ao ambiente em que ele está inserido.

Em seus estudos, o autor traz o pensamento de que a casa não é apenas uma estrutura, ela é também uma instituição criada para uma série de propósitos. Construir uma casa é um fenômeno cultural; sua forma e organização são influenciadas largamente pelos arredores ao qual ela pertence. Cita ainda que esta tem sua forma variada conforme “abrigo”, “necessidade” e “morar” são interpretados nas diferentes visões culturais ao redor do mundo. A casa, dessa forma, seria uma consequência de diversos fatores abrangidos em um sentido mais amplo.

Entretanto, ao analisar a questão da “moradia” afirma que quando se fala dos fundamentos da forma e assentamento, ela não pode ser tratada como a idealização de um ambiente julgado perfeito. Pela história da cidade, se pode perceber que para algumas culturas, por exemplo, a residência é tratada como símbolo. Tendo esse ponto como fato, ela também pode ser vista como um mecanismo que pode favorecer a criação de uma visão de mundo e de um povo. Na dada interpretação, a casa transcende o físico.

Se discorre também que cada assentamento tem seus comportamentos e necessidades diferentes. O ato de “morar” é único através da experiência de cada indivíduo. E essas diferenças de espaço para espaço acabam refletidas nos costumes, relações, e as vezes, até nas formas e alocações dos ambientes. Dessa forma, é importante observar o “habitar” não apenas como uma simples dicotomia dos tipos de assentamento, mas como parte do específico sistema ao qual pertence. Deve ser ligado a cidade, suas partes monumentais, áreas não domésticas, locais de encontro e a maneira como os seus espaços urbanos se comportam.

A casa e ato de “habitar”, portanto, podem ser compreendidos como um produto social e cultural. Ou seja, esses dois aspectos influenciam e moldam o

ambiente referente aos costumes e relações que nele são estabelecidos. A moradia e habitação são relativas ao local em que estão inseridas, se tornando o reflexo de uma sociedade. Logo, a questão sociocultural é um fator determinante para proporcionar um conjunto arquitetônico homogêneo. A homogeneidade da construção deriva do fato de a casa ser muito mais a expressão de uma sociedade do que a obra de um indivíduo, ou seja, ela é uma transcrição direta e inconsciente das necessidades e dos valores de uma cultura no plano material.

Saindo do âmbito mais filosófico e trazendo a discussão para um plano mais físico, é possível perceber que as maneiras de “morar” também se diversificam de acordo com a geografia a que estão inseridas. Sandra Glessler (2007) realizou um estudo que compreende que o “habitar” também se determina através da forma da edificação, esta última, também variante do espaço geográfico a que se encontra instalada. A análise comparativa é realizada em duas cidades de países diferentes: Dourados – Mato Grosso de Sul, Brasil e Columbia – Missouri, Estados Unidos. Ela define que, independente do lugar, é impossível distanciar o “habitar”, que está ligado diretamente a forma da “casa”, da sua relação com a cultura e ambiente a que se inserem:

Como a parábola do homem cego tocando as diferentes partes de um elefante, na qual ele proclamava, para cada parte que tocava, estar sentindo o “verdadeiro elefante”, da mesma forma, não há uma forma “correta” de se entender a relação entre casa e o elo ambiente/cultural. A casa reflete, simultaneamente, muitas faces da relação com a cultura/ambiente, em que, para cada um, é correto algum nível de análise, mas cada qual também falha se observado sozinho (GLESSLER, 2007, p. 74).

Os resultados de sua pesquisa só comprovam sua tese. A autora aponta que na cidade americana a maioria das casas são construídas sem muros, de modo que se torna possível ver as janelas de vidro e partes do interior das residências. Aos que transitam na vizinhança, a sensação é de aconchego ocasionado pelas cortinas abertas que expõem as esquadrias. Ao anoitecer, os abajures acesos dão sensação de serenidade, enquanto, por outro lado, a falta de muros e cercas não diferencia de forma clara o que é público e privado. Já no município brasileiro é possível observar uma menor exposição dos espaços internos das habitações. Muros altos, cercas elétricas, porteiros e câmeras de vigilância determinam de forma mais direta o que é de uso privativo e o que o que pode ser utilizado de maneira geral, desenvolvendo até um distanciamento das edificações com a cidade. Estas variações citadas podem ser

consequência de um fato em específico: Dourados e Columbia possuem realidades diferentes sobre a segurança.

Se faz importante citar outro fator cultural, diagnosticado na pesquisa, que comprova as diferenças nas habitações. Em Dourados, por questões ligadas também a economia, as classes mais elevadas podem contar com o auxílio de empregadas domésticas. Este fato influencia na forma da casa, distribuição dos cômodos e relação entre os espaços. Em oposição com a tradição brasileira, nos Estados Unidos o artifício das empregadas domésticas não é tão comum, o que sugere uma relação com menor hierarquização, sendo necessário definir as atividades e quem as executará. Aqui é possível, no entanto, fazer uso de uma tecnologia mais acessível e disponível.

Por fim, como último exemplo, se pode completar que as manifestações climáticas também influenciam nas habitações. Na cidade brasileira, as casas apresentam grandes áreas avarandadas que acabam por ter função de proteção da própria residência e seus habitantes do contato direto com sol e chuvas. O papel destes ambientes, no entanto, vai além, funcionando zonas sociais e de integração. Nos Estados Unidos, porém, com as quatro estações bem definidas, os jardins costumam ser pouco utilizados. Quando a topografia do lote possibilita é sempre dada a preferência aos porões para abrigo contra tornados, comum na região.

Portanto, fica claro que o “habitar” pode sofrer transformações diretamente causadas por variantes sociais, culturais e geográficas. O “morar” é uma experiência única que não será igual em nenhuma parte do mundo. Se habitar na cidade já possui suas nuances, “habitar” em um local histórico exige ainda mais competências por se tratar de um perímetro tombado que guarda a história de um dado município. Aqui as questões socioculturais e ligadas a geografia se tornam mais importantes e intensas, fazendo do morar contemporâneo um desafio.

## **2.2 Um olhar sobre a casa contemporânea e suas transformações**

Neste tópico a exploração se dá no enfoque de que a “casa” seria o plano mais coerente onde ocorre o fenômeno a moradia. Ao tratar desse assunto é indispensável que se observe as mudanças patentes que ocorreram neste âmbito ao



longo dos anos. No decorrer da história se pôde ver as variantes entre objetivos e evolução das residências. Christiana Pecegueiro (2008) afirma que a residência reflete suas necessidades e costumes de seus habitantes, onde inicialmente o abrigo servia somente para proteger seus moradores das intempéries. Com o passar do tempo esse espaço foi ganhando cômodos dispostos de maneira que pudesse somar outras funções.

No Brasil, algumas transformações ocorreram ainda no século XIX. Segundo análises de Carlos Lemos (1993), as modificações mais consistentes foram trazidas da Europa pela Revolução Industrial. Dentre as mudanças elencadas, se pode citar o programa de necessidades, técnicas construtivas e os materiais utilizados. Na arquitetura europeia a variação estilística aconteceu de maneira progressiva e quase imperceptível. Ao mesmo tempo, os progressos das técnicas construtivas ocorreram de forma descomplicada, ao contrário daqui.

Seguindo a linha de raciocínio, ele ainda relata que o que possibilitou a invasão de novidades repentina foi o frete barato, ou mesmo inexistente, que eram requeridos quando as embarcações aqui atracavam. Os navios, no entanto, retornavam a Europa carregando a borracha, o açúcar, cacau, couro, peixe seco e café. Dessa forma, acabou por proporcionar benefícios a vida material do Brasil, porém, essa história se beneficiou das conveniências comerciais. Por fim, outro ponto importante para a efetividade das transformações das habitações brasileiras foi a mudança na higiene relativa as residências. As noções de salubridade foram sendo introduzidas de forma gradativa na sociedade. As câmaras municipais passaram a ter assessoria de técnicos realmente habilitados e projetos começaram a ser justificados de acordo com o policiamento referente as novas edificações.

Porém, o autor afirma que foi a industrialização dos gêneros alimentícios que provocou uma maior mudança no planejamento da forma das residências. Ele afirma que nos tempos de colônia o costume era beneficiar os alimentos em casa, ou seja, eram necessárias grandes áreas de comida construídas voltadas para este trabalho. Uma vez que a realidade já não era mais esta, foram sendo desenvolvidos novos critérios dentro da casa, o que acaba por gerar novos cômodos e novas atividades dentro desses.

Em concordância, Maynardes (2016) revela que as novas residências possuíam como princípio a eliminação do trabalho, colocando como ponto primordial a questão da beleza. Com todas as transformações a casa já não é mais a mesma e

com as modificações na forma das habitações o modo de “morar” também muda. Com a retirada de alguns cômodos, substituição de outros, a adoção de novas atividades a eles e principalmente a separação de trabalho e moradia acabaram por ocasionar outros costumes e formas diferentes de ocupar o espaço.

É nesse momento, segundo Maior e Storni (2008) que se começa a refletir a personalidade e características de seus ocupantes. É nesse período que os indivíduos começam a se esforçar para conseguir transmitir uma boa imagem de si mesmos, onde há uma preocupação crescente na busca pela estética e higienização. Assim, se adentra o século XX e o Período Moderno se faz presente. A era modernista, no entanto, ficou marcada por uma série de ideais que surgiram na Europa e se disseminaram pelo mundo, indo contra os estilos tradicionais. O rompimento com os padrões que eram impostos até então marcou a história e os novos conceitos trouxeram outras formas de fazer arquitetura. Nesse momento, a “casa” deixa, por sua vez, de atender somente os desejos morais passando a adotar a funcionalidade como lema. Aqui, as autoras compreendem uma mudança nas ideias que constituem o lar.

Discorrem, por exemplo, o momento em que a sala cede o lugar a cozinha, fazendo dessa o centro da casa, simbolizando um período em que ocorre o crescimento da classe média sem criados, proporcionando a valorização de novas ideias. Com preocupação higienista e funcionalista, o banheiro ganha a cerâmica como revestimento e seus equipamentos como o sanitário, lavatório e banheira são esmaltados, facilitando os cuidados e a limpeza. Essas atitudes demonstram uma preocupação com mudanças relacionadas às prioridades de espaço.

Maynardes (2016) complementa com a mesma linha de raciocínio que nesse momento o projetar está muito mais voltado a produção industrializada e aos novos materiais. Apesar de a arquitetura moderna não ter sido totalmente aceita de imediato, o movimento acabou por provocar um rompimento com o passado e a sua configuração com o espaço interior as residências. Seguindo seu pensamento, comenta que uma das intenções desse período era trazer uma transformação para a sociedade a partir da moradia. Sendo assim, aplicaram o racionalismo, novas formas de distribuição da casa, princípios higienistas, simetria e repetição. Seria, portanto, correto afirmar que traz consigo discussões sobre modos de habitar a partir do que é proposto.

Em suas teses, Maior e Storni (2008) apontam que no pós-moderno, no entanto, os ambientes modernos acabam por diminuir, ocasionando uma melhor mobilidade, comunicação e até uma adequação forçada a falta de espaço. No tocante a esse momento, é imprescindível que a criatividade seja o ponto de partida, tanto dos profissionais da área, criando soluções eficazes para perímetros menores, quanto da própria forma de morar. Assim, a comprova que a casa reflete socialmente as relações pessoais.

Neste processo de transformações da “casa”, onde se busca uma identidade, outro aspecto se torna importante: o consumismo. Na então sociedade capitalista, o consumo consegue transcender o material, chegando ao íntimo de cada ser, se tornando pautado na busca pelo prazer e estímulo de sensações. Aqui, o “habitar” entra em um momento fundamental, fazendo do consumismo um fator determinante entre o “morar” e o indivíduo. Assim, Maynardes (2008) contribui com o seguinte pensamento:

A habitação, assim como os objetos que compõem seu cenário, atravessa um momento determinante no que diz respeito à relação entre a casa e o seu habitante. Ela já não é mais um local idílico, manifestado como abrigo, conforto e bem-estar, e que foi sinônimo de lazer e privacidade, como na casa burguesa do século XIX até bem pouco tempo. Atualmente, ela está aberta ao mundo, um local onde o trabalho, a informação, a (inter) comunicação e a ciência penetram em sua esfera. As tecnologias adentram a habitação, desmaterializando as suas paredes, a sua estabilidade e os seus limites. Para além do seu caráter mítico de proteção como citado em 47 Homero, a casa hoje é um espaço simbólico em ativa inconstância (MAYNARDES, 2016, p. 226).

Dentre as grandes reflexões que a autora faz sobre o lar e o homem, desenvolve a ideia de que muito se fala sobre as transformações ocorridas nesse âmbito, porém, sendo a “casa”, pela sociedade, é ainda pouco dada a mudanças. Em outras palavras, o pensamento de estaticidade e permanência ainda estão presentes. Entretanto, a residência sempre foi o lugar do indivíduo, que a torna o seu local de referências por meio de seus objetos.

A protagonista agora, é, por sua vez, a tecnologia. Essa se torna uma das grandes responsáveis pelas alterações referentes a habitação contemporânea. A tecnologia veio para transformar o mundo, influenciando diretamente nos lares. É interessante observar o desenrolar de o objeto de consumo virar um objeto de desejo. Com este feito, vários são os conceitos colocados em cheque. Com a televisão, o celular, o computador, entre outros itens, é possível colocar o mundo exterior dentro

de cada residência. É neste momento que as características do perímetro habitacional precisam ser reinterpretadas.

Com o exposto cronológico, é importante pensar sobre a atual casa contemporânea. É fato que nunca uma residência ofereceu tantas possibilidades e oportunidades como na atualidade, e o leque de perspectivas é enorme, podendo ir desde o trabalho ao lazer. Até um período atrás todos esses pontos só poderiam ser vistos fora da “casa”. A contemporaneidade também proporcionou o surgimento de espaços multifuncionais, onde é possível realizar atividades de diferentes ramos em um único ambiente, mesmo que nem todas as suas funções dispostas sejam usadas.

Alguns aspectos da casa contemporânea, no entanto, sofrem algumas críticas. Pallasmaa (2017) expõe a ideia de que houve uma perda na essência, de forma até poética, onde tudo aparenta ser mais mecanizado, o que ocasiona uma perda nas relações pessoais e o aumento na individualidade, características do período contemporâneo:

Nas casas contemporâneas, a função desempenhada pela lareira foi substituída pelo papel da televisão. Ambos parecem ser focos de reunião social e concentração individual. A diferença de qualidade entre eles, contudo, é decisiva. O fogo nos remonta às nossas memórias inconscientes [...] A televisão, por outro lado, nos aliena de tal sensação, conduzindo-nos para um mundo de sonhos que enfraquece nosso entendimento da realidade, de nós mesmos e da essência da coletividade (PALLASMAA, 2017, p. 35).

O autor segue seu raciocínio ao falar sobre a imagem fragmentada do lar, sugerindo uma perda na essência, destacando que poucas edificações modernas tocam sentimentos. Relata que talvez as edificações atuais chamem atenção mais pela ousadia e criatividade, porém, sem provocar uma percepção dos significados do mundo ou da própria existência de cada indivíduo. Na perspectiva da filosofia da cultura é como se todo o material dos tempos atuais fossem perdendo intelectualidade:

A imagem da casa esmaeceu, deixando de ser uma casa em miniatura, um microclima e um território visual separado, uma casa dentro da casa com privacidade física e simbólica, para se constituir em um mero plano horizontal, um cenário para privacidade (PALLASMAA, 2013, p. 33).

Com toda a modernização dos modos de morar atuais, é curioso pensar em como a casa contemporânea pode se encaixar em edificações que compõem o patrimônio histórico de uma determinada cidade. A vida moderna possui muitas

exigências, a casa deve oferecer muitas oportunidades. Portanto, é interessante imaginar como o “morar” atual se encaixaria em um edifício tombado. A relação entre o antigo e o novo, neste caso, deve ser sempre pautado no respeito e racionalidade, para que se possa garantir a saúde de ambientes tão importantes para a história ao mesmo tempo em que se proporciona uma boa habitabilidade a seus usuários.





### 3. A CIDADE HISTÓRICA DE SÃO LUÍS



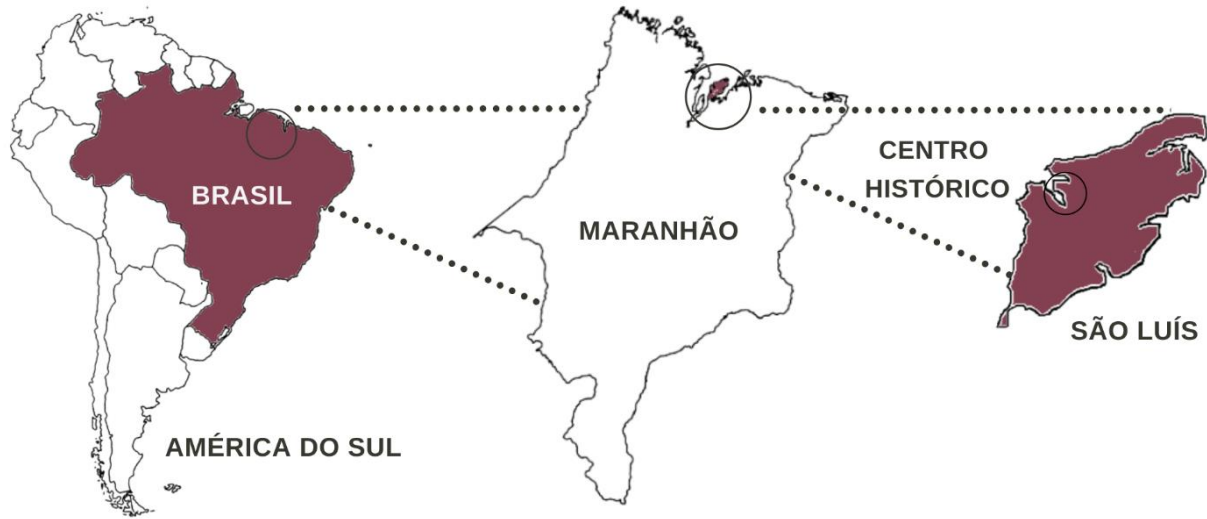
### **3 A CIDADE HISTÓRICA DE SÃO LUÍS**

Para que se possa iniciar um trabalho tão amplo quanto o que abrange as questões de habitação em um Patrimônio Histórico construído, é necessário que primeiro se conheça o local que será estudado, desde seu desenvolvimento aos dias atuais. O entendimento do morar na Cidade Histórica, necessita em consequência, de explanações sobre seu processo de estruturação urbana, características de sua arquitetura local, bem como o sistema de esvaziamento de seu perímetro ocasionado pelo crescimento da ilha de São Luís. Ao se falar de patrimônio, se torna fundamental interpretações quanto a suas múltiplas dimensões. Para tal feito, o capítulo aborda tais pontos citados.

#### **3.1 Uma percepção sobre o desenvolvimento da cidade e a arquitetura luso-maranhense**

A cidade de São Luís, capital do Maranhão, se encontra localizada mais ao ocidente da ilha, que possui o mesmo nome. A ilha se divide também em mais três municípios: Raposa, Paço do Lumiar e São José de Ribamar. Todas formam a Região Metropolitana de São Luís. Além de famosa pelo título de “Ilha do Amor” também é renomada pelas memórias vivas presentes em seu perímetro, que ficou responsável por guardar um dos poucos tesouros que restou do Período Colonial: sua história. Assim, o Centro Antigo ficou encarregado dessa função.

Figura 01 – Definição do espaço estudado.



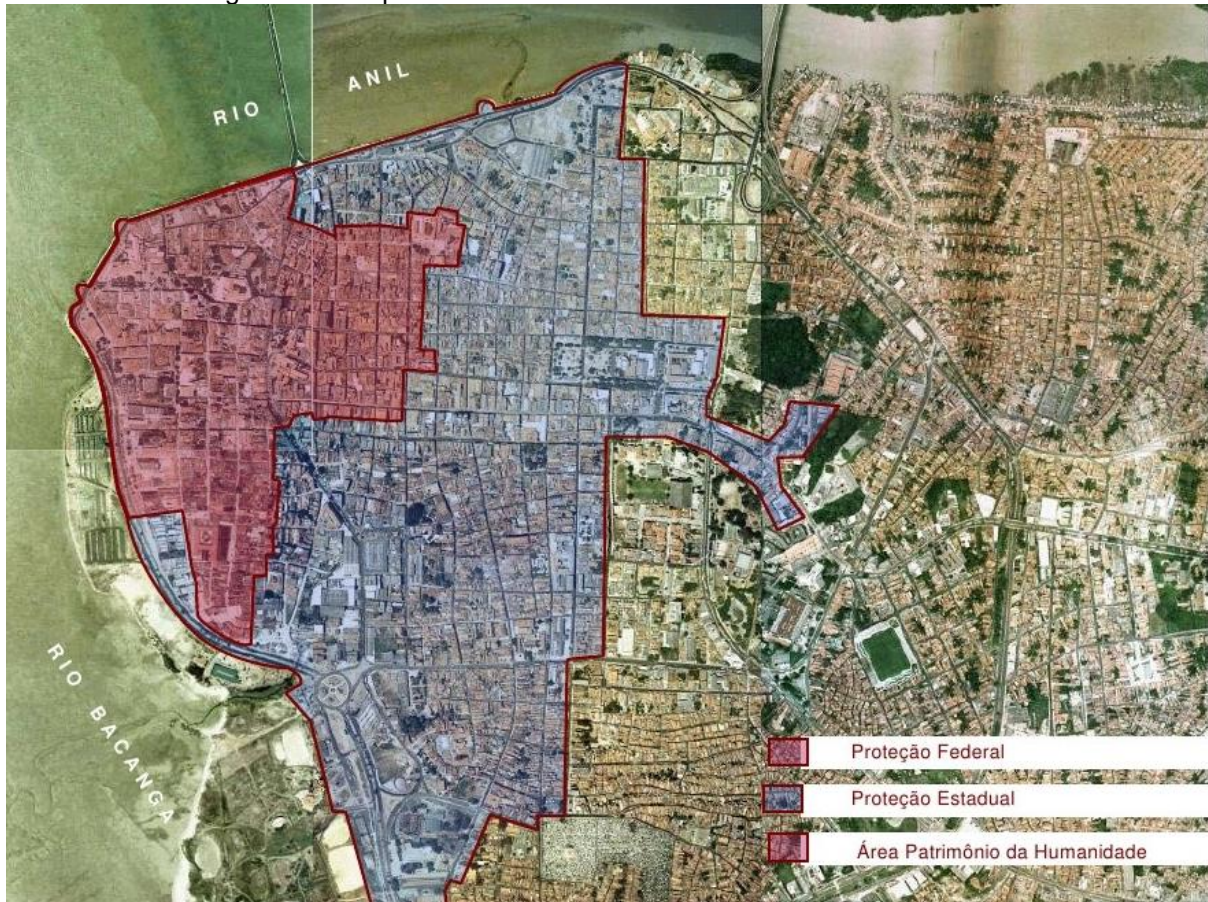
Fonte: desenvolvido pelo autor, 2020.

São Luís, até hoje, é considerada como um exemplo perfeito de cidade colonial portuguesa adaptada às condições climáticas da América do Sul, com a malha devidamente preservada, juntamente a vários outros elementos que os confere singularidade devido ao modo de construção da época. Fato este que tornou parte de seu Centro Histórico peça fundamental na Lista de Patrimônio Cultural da Humanidade, pela UNESCO, em 1997. A mesma, em 1998, declarou o patrimônio ludovicense como “o maior conjunto colonial urbano e arquitetural de tradição portuguesa na América Latina, e, inquestionavelmente, um dos bem-sucedidos exemplos do modo de viver do Brasil dos séculos XVIII e XIX”.

O perímetro possui proteção Federal e Estadual, assim como uma área de Patrimônio da Humanidade, da UNESCO. A cronologia se deu da seguinte forma: inicialmente, as zonas de tombamento foram definidas isoladamente. Primeiro a Federal (regulada pelo IPHAN), em 1974; segundo, a Estadual, em 1986. Finalmente, como já comentado anteriormente, a inclusão na lista de Patrimônio Cultural foi efetivada só em 1997. Por sua vez, somente em 2007 foram igualados os territórios Federal e Cultural da Humanidade. Atualmente, os espaços são protegidos e delimitados da seguinte maneira:



Figura 02 – Mapa dos tombamentos da cidade histórica de São Luís.



Fonte: Kátia Boga, 2011.

A formação do perímetro histórico, no entanto, foi complexa. José Antônio Viana Lopes (2004) discorre que a ocupação original da cidade resultou da tentativa francesa de criar a França Equinocial. Neste momento, se instalaram no Forte de Saint Louis, homenagem ao rei Luís XIII. Essa foi a principal construção do período, sendo ponto principal da praça do então município, que atualmente se chama Dom Pedro II. Porém, os rituais políticos e religiosos de fundação da colônia se deram em 1612, enquanto a reconquista do Maranhão pelos portugueses ocorreu apenas em 1615. Para que se fosse possível formalizar o domínio de Portugal, o primeiro governador do Maranhão, Jerônimo de Albuquerque solicitou uma organização administrativa a cidade.

Frias de Mesquita foi o responsável pelo desenvolvimento físico de São Luís. Criou um plano que possuía como objetivo principal orientar o arruamento da cidade. Adotou então as *Ordenanzas de Descubrimiento, Nueva Población y Pacificación de las Indias*, documento de 1573, incluso nas Ordenações Filipinas. A partir disso se teria as reflexões acerca das expectativas renascentistas voltadas a

estética, ordenação dos espaços públicos e simetria. Assim, ocorreu o desenvolvimento de um traçado que proporcionava arruamento organizado em malha ortogonal, sem hierarquização ou distinção funcional das ruas, com orientação dos pontos cardeais que favorecem insolação e ventilação uniforme para todas as edificações. As fachadas, por sua vez, eram regulares, ocupando as testadas principais dos lotes, não possuindo recuos frontais. Este modelo de disposição é considerado como a mais antiga planta da capital.

Prosseguindo em sua linha de raciocínio, José Antônio (2004) ainda cita que a cidade apresenta em seu Centro Antigo o modelo de Plaza Mayor, onde se localizam os principais edifícios da administração: o Palácio dos Leões (inicialmente Palácio dos Governadores); Arquidiocese e Catedral da Sé, importantes prédios religiosos; o Palácio La Ravardière, sede da Prefeitura Municipal (onde antes se situava a Casa da Câmara e Cadeia); no século XX, no entanto, recebeu o Palácio da Justiça e o Banco do Brasil. Dado este modelo, se iniciou a ocupação de São Luís, que seguiu as características de ocupação lusitanas: com a cidade baixa voltada as atividades comerciais, enquanto a alta, possui as edificações restritas aos serviços administrativos, religiosos e militares. Foi a partir da consolidação urbanística que se iniciou o processo para integrar o estado a Coroa Portuguesa. Seu desenvolvimento se manteve esse modelo nos séculos XVIII e XIX, se expandindo em direção ao interior da ilha.

Figura 03 – Mapa da cidade de São Luís em 1640.



Fonte: Reis Filho, 2000.

No século XVIII foi desenvolvida a Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, em 1755. Neste momento o estado foi introduzido ao cultivo de algodão em larga escala, sendo assim, integrado ao sistema mundial de comércio, ficando responsável pela exportação do próprio algodão, arroz e materiais regionais. Junto a Alcântara, São Luís possuía os principais portos de escoamento do Maranhão, o que gerou a movimentação de riquezas no território, contribuindo para o desenvolvimento da urbanização e da cultura de forma significativa. Os ciclos da monocultura algodoeira (1780-1920), que se voltava ao abastecimento das fábricas inglesas durante a Revolução Industrial, e da produção açucareira (1850-1870), a partir do aumento dos engenhos e aproveitamento da cana-de-açúcar. Ambos os períodos possibilitaram o rápido crescimento da província, gerando dinheiro e oportunidades:

Reflexos do desenvolvimento da cidade, com a diversificação do capital acumulado na agroexportação, podem ser exemplificados com a implantação da iluminação e gás hidrogênio em 1863, do transporte de bondes puxados a burro (1871) e dos serviços de água canalizada (os chafarizes da Companhia do Rio Anil, em 1874) (LOPES, 2004, p. 27).



Figura 04 – Mapa da cidade de São Luís em 1844



Fonte: Reis Filho, 2000.

Em contribuição, Luís Phelipe Andrés (2006) discorre que no final do século XVIII, as casas que possuíam estrutura precária, até então sendo construídas com taipa e palha, foram sendo substituídas gradativamente com alvenaria de pedra e argamassa com cal de conchas marinhas, madeira de lei e óleo de peixe. Vindos de Lisboa ou do Porto, os construtores começaram a utilizar materiais importados, como os já conhecidos líoz, serralheria e azulejos. É neste momento que detalhes construtivos mais sofisticados e adequados ao clima tropical úmido surgem, como as varandas posteriores em madeira com rótulas móveis, o pé direito elevado e o forro espinha de peixe.

O autor ainda afirma que a cidade ao ser transformada em um porto comercial com suma importância na região do meio norte do Brasil, o Maranhão começou a desenvolver uma sociedade elitista que adotava o que se passava na Europa. Logo, os casarões eram muito parecidos com aqueles construídos em Lisboa, na mesma época, sendo os daqui apenas adaptados ao clima da região. Além da

arquitetura, a organização e infraestrutura urbana também seguia os padrões das capitais ocidentais.

Já no século XIX, José Antônio Viana Lopes (2004) completa ao apontar em suas análises, que os Códigos de Posturas de 1832, 1842, 1866 e 1896, que foram regulados no presente momento, acabam por comandar a expansão do modelo urbano em malha ortogonal, com suas dimensões e larguras já pré-estabelecidas.

Figura 05 – Praça Gonçalves Dias em sua urbanidade, século XIX.



Fonte: Luíz Phelipe Andrés, 2006.

Logo, neste século a cidade já possuía teatro, igrejas, hospitais militares, sobrados de até quatro pavimentos e solares exuberantes. O calçamento de ruas, implantação do Cais da Sagração (atual Avenida Beira-mar) e reurbanização das principais praças de São Luís foram algumas das melhorias realizadas. É também nesse momento que a arquitetura segue os princípios do Barroco Pombalino. José Antônio (2004) ainda discorre que o modelo adotado em São Luís se aproxima do utilizado na reconstrução da Baixa Pombalina. O período marca a chegada dos azulejos portugueses e a famosa pedra da cantaria (*lióz*) que faz parte do acervo arquitetônico da cidade.

Algumas das características do Barroco Pombalino presentes na arquitetura que compõe o conjunto histórico da cidade: o uso de sacadas em pedra

de lióz, emolduramento dos vãos, guarnecidas com balcões de ferro fundido ou forjado, pisos, soleiras e porta em cantaria. Quanto as tipologias, deve-se incluir a porta e janela, a menor; a meia morada, composta por uma porta e duas janelas; morada inteira, com a porta central e quatro janelas; sobrado, tendo mais de um pavimento, com ou sem mirante.

Ao longo do tempo foram feitas algumas adaptações com objetivo de adequar as técnicas adotadas na Europa a realidade maranhense:

[..] colocando azulejos em fachadas e esquadrias de madeira nos fundos, substituindo pedras por frisos de argamassa em torno de portas e janelas ou apropriando-se da tipologia arquitetônica e enriquecendo-a com novas variações, para citar alguns exemplos. Esses elementos arquitetônicos e a flexibilização da tipologia, com sua adequação as condições locais, mantendo a unidade formal da arquitetura, conferiram-lhe um caráter peculiar (LOPES, 2004, p. 29).

Assim se teve origem a Arquitetura Tradicional Luso-Brasileira, que se refere a arquitetura desenvolvida no Maranhão durante o período do século XIX. Isso, a partir dos elementos da arquitetura popular portuguesa, seus modelos e tipologias, que foram adotadas e adaptadas as condições locais.

Portanto, no início do século XX, da cidade colonial portuguesa das primeiras décadas do século XVII restam o traçado urbano do núcleo original e a permanência de alguns usos (o mercado, as praças, habitações). A esses elementos agrega-se a arquitetura tradicional luso-brasileira construída no século XIX, com seu padrão de ocupação dos lotes e suas tipologias, como elemento característico da paisagem urbana ludovicense. No decorrer do século XX, esses elementos serão os objetos das políticas de preservação municipais, estaduais, nacionais e internacionais (LOPES, 2004, p. 30).

A sobrevivência do conjunto arquitetônico até os dias atuais tem como fator a estagnação econômica que assolou o meio norte brasileiro na primeira metade do século XX. Segundo Luís Phelipe Andrés (2006) a falta de capital para a execução de obras não tornou possível os movimentos de renovação urbana, como ocorreu em outras grandes cidades brasileiras, onde foi predominante as demolições de áreas históricas. Além disso, se pode citar que a natureza sólida das edificações possibilitou o trabalho urbano da preservação.

A permanência da região histórica da capital maranhense também se dá devido ao Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís (PPRCHSL) que foi implantado em 1979 com o objetivo de reabilitar a área degradada, que atualmente é tombada pelo Governo Federal e integrada pela

UNESCO na lista de Patrimônio Mundial da Humanidade. Andrés (2006), um dos grandes responsáveis pelo desenvolvimento do projeto, relata que entre os problemas a que a zona estava submetida se pode citar o abandono do Porto com a falência das navegações, a transferência do comércio para a parte mais alta da cidade degradando os maiores e ricos sobrados em decorrência do descaso dos antigos proprietários e edificações em ruínas. Os problemas, no entanto, não se restringiam apenas aos casarões, mas também a malha urbana, que compreendia o caos dos engarrafamentos, buracos e erosões nas vias, que acabavam gerando transtornos.

Figura 06 – Tráfego intenso e ruínas na Praça do Comércio em 1985.



Fonte: Luíz Phelipe Andrés, 2006.

Em conformidade, o autor ainda explica que entre os objetivos do programa se tinha: proporcionar a manutenção do uso residencial, incentivar as manifestações culturais a partir dos centros de criatividade, restaurar e preservar o patrimônio arquitetônico, promover revitalizações econômicas, adequar as redes de utilidades e serviços, públicos e logradouros públicos, entre outras ações. A partir da criação de subprogramas com intuito de atender aos propósitos citados foi possível contribuir para a recuperação da cidade histórica.



Figura 07 e Figura 08 – Ruas da Estrela e do Desterro, respectivamente, em 1987.



Fonte: Centro de Documentação do IPHAN/MA, 2019.

Até os dias atuais, a Cidade Histórica de São Luís é tida como um modelo excepcional de cidade colonial portuguesa. Silva Filho (2014) discorre que o chamado Centro possui proteção por tombamento estadual e federal, compreendendo uma área contínua de aproximadamente 220 hectares. Relata que no sentido norte-sul se estende do Cais da Sagração, Praça Gonçalves Dias até o bairro da Madre Deus. No sentido leste-oeste vai da Praia Grande até a Praça Deodoro. Nesse espaço estão reunidos cerca de 5.600 imóveis.

Figura 09 e Figura 10 – Vistas atuais da Rua Portugal no Centro Histórico de São Luís, que apresenta características pombalinas.



Fonte: arquivo pessoal, 2019.

Quanto ao seu conjunto arquitetônico, Andrés (2006) possui um estudo amplo e bem solidificado, apontando que em suas edificações a predominância é do estilo de arquitetura tradicional portuguesa com influência do período Pombalino, marcado principalmente entre os séculos XVII e XIX. O conjunto é homogêneo, sempre seguindo o traçado original de Frias de Mesquita, garantindo um caráter único:



Como principais características destacam-se: a dimensão das ruas e quadras; a localização das praças em relação a malha urbana; o sítio privilegiado diante da baía de São Marcos; calçadas e escadarias de pedra de lióz, ladeiras, becos, ladeados de imponentes sobrados e solares (ANDRÉS, 2006, p. 70).

Figura 11 – Dimensões de gabarito, vias e traçado em vista aérea do Centro Antigo, sítio voltado a Baía de São Marcos.



Fonte: Meireles Júnior, 2016.

O autor continua sua análise ao observar que foi possível manter até os dias de hoje a malha compactada e regular, com edificações implantadas continuamente, afirmando o alinhamento sobre as calçadas a partir das testadas dos lotes. Entretanto, algumas modificações foram sutilmente feitas em relação a direção e largura das vias e a criação de paisagens urbanas com a implantação de pequenos espaços abertos espalhados na região. O traçado ortogonal com as vias estreitas que delimitam quadras menores, baixo gabarito das construções, topografia e simetria permanecem.

As edificações seguiram um estilo de implantação do lote onde se possibilitou suas geminações. Situadas, geralmente, em plantas com formato em “L”, onde as maiores possuem o modelo em “U”. Pátios internos, telhas de barro com tipo capa-e-canal, beirais curtos com cimalthas trabalhadas, balcões com grades de ferro, lajes de pedra e vãos estreitos emoldurados caracterizam as edificações. Como elementos de adaptação ao clima equatorial se pode citar pés direitos elevados, esquadrias venezianas, mirantes e varandas posteriores, madeira. Os azulejos também são peça fundamental, visto que além de atender as questões estéticas necessárias e aos padrões da época, contribuem significativamente na impermeabilização, garantindo proteção contra chuvas e proporcionando maior conforto térmico no interior das edificações, refletindo os raios solares.

Figura 12 e Figura 13 – Venezianas no Sobrado da Pacotilha e balcões isolados em sobrado no Centro Histórico.



Fonte: Olavo Pereira da Silva Filho, 2012.

Figura 14 e Figura 15 – Azulejos na Rua Portugal e edificação com alvenaria de cal e pedra.



Fonte: Olavo Pereira da Silva Filho, 2012.

Por fim, se faz importante comentar que o autor discorre sobre um número expressivo de construções com características neoclássicas do século XIX, com



desenhos e adornos compoem as fachadas, como: frontões triangulares, platibandas, escadarias e colunatas. É possível observar também discretas influências oriundas do século XX, como o Rococó, Art Nouveau e Art Deco. A imponência e solidez dos sobrados também impressiona.

No tocante ao uso do solo fica claro que Cidade Histórica sempre contou com a integração de diversos serviços. Dos imóveis preservados, grande parte tem uso destinado à habitação unifamiliar e multifamiliar, outros se estabelecem para a parte comercial e institucional, encontrando-se em sua maioria ocupados. Em contribuição, Luís Felipe Andrés (2006) declara que a diversidade do uso do solo urbano é uma das características que mais valoriza o Centro. Desde a sua fundação, como sede da capital do Maranhão, o perímetro sempre se integrou de forma heterogênea, unindo as atividades administrativas e institucionais do governo estadual, federal e municipal, o comércio formal e informal, moradia e atuações relacionadas a prestação de serviços.

Seguindo seu pensamento, aponta que o Centro se subdivide em bairros pequenos com usos predominantes determinados. A exemplo, se pode citar a Praia Grande onde o uso comercial e institucional. Já o Desterro ocupa edificações mais voltadas a moradia. Mesmo com o surgimento de grandes e novos bairros residenciais, o núcleo original continuou sendo o hipercentro da cidade, contando com escolas, hospitais, bancos, repartições públicas e habitações. Quanto a dimensão urbana, a malha é composta por ruas estreitas, praças e logradouros funcionam como espaço de convívio comunitário.

Quanto ao estado de conservação das edificações, Paula Cardoso (2012) frisa que ao se comparar as tipologias arquitetônicas, o uso do solo e de estado de conservação é visível uma relação entre a função dos imóveis e sua então preservação. Ela comenta que nos pontos onde se tem a ocupação da maioria dos imóveis, que desempenham alguma atividade, é também onde tem um melhor estado dos prédios, entretanto, é onde há uma maior descaracterização das respectivas tipologias. Já um perímetro com edifícios em desuso se tem uma deterioração mais significativa, apresentando estado de conservação precário, porém com as tipologias arquitetônicas preservadas. Os dados levam ao parâmetro que ocupação correta dos casarões é essencial para sua integridade física.

O berço do patrimônio cultural da cidade, portanto, possui desenvolvimento longo e está sempre em constante manutenção para que continue

mantendo viva a história da capital maranhense. Com um conjunto arquitetônico rico e malha urbana bem definida, é até hoje considerado um dos grandes exemplos de cidade colonial portuguesa, com adaptações voltadas ao clima equatorial. Por muito tempo, a cidade ludovicense se restringia basicamente ao Centro Histórico e seus bairros adjacentes, entretanto, com a expansão urbana orientada principalmente através da construção de pontes, em 1970, com função de ligar a região a outros pontos ainda não ocupados do território, foi possível visualizar um considerável esvaziamento do perímetro histórico da cidade, que acabou por comprometer diversas áreas da localidade: a comercial e, principalmente, habitacional.

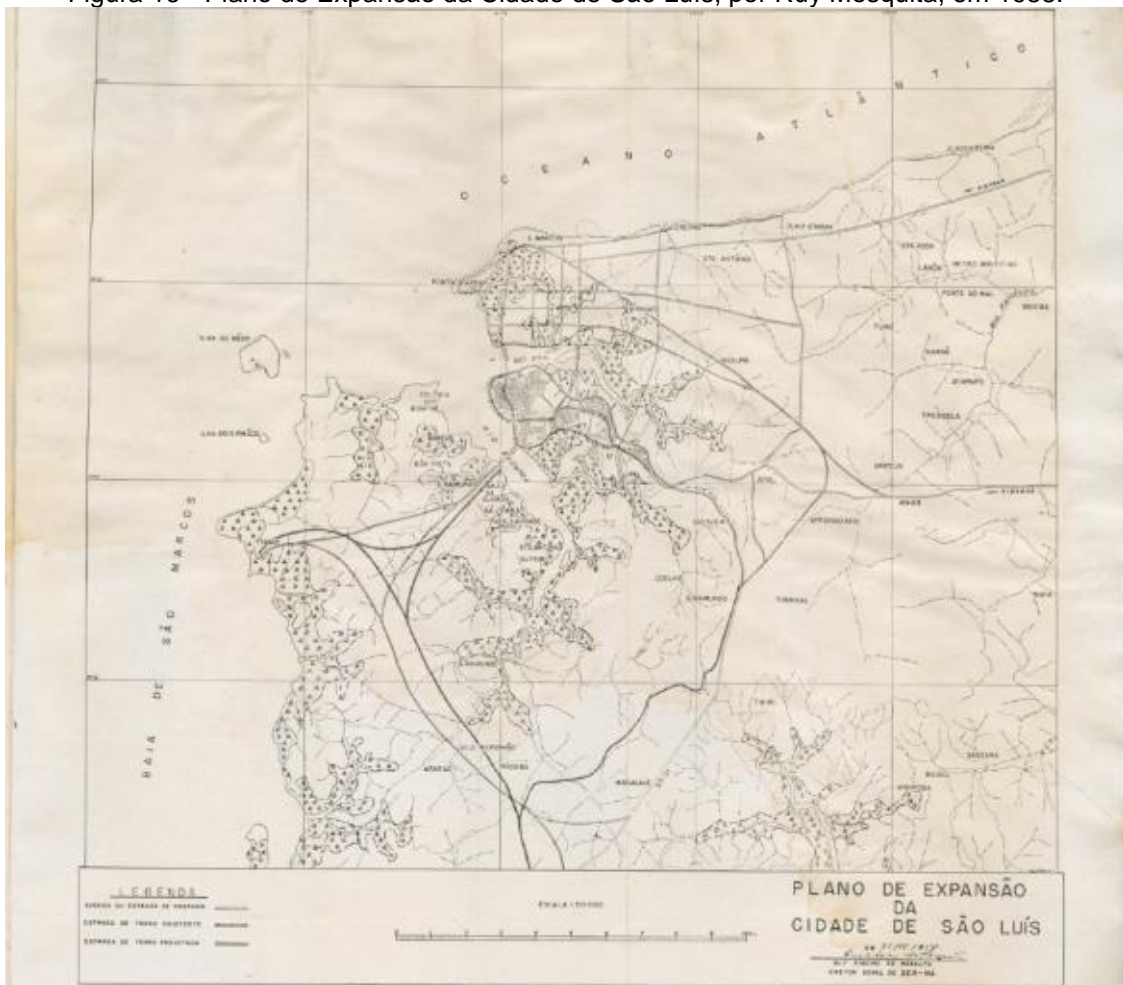
### **3.2 O processo de esvaziamento do Centro Histórico e perda da referência habitacional**

Ao falar de Centro Histórico e o tocante ao seu desenvolvimento e inserção na vida contemporânea, é praticamente impossível não discorrer sobre o importante processo de expansão a que foi submetida a cidade de São Luís ainda no século XX, mais precisamente em sua segunda metade. Durante um bom tempo o Centro foi visto como o melhor lugar da cidade para se ocupar. O perímetro era praticamente unanimidade e era nesse território que se dividiam os diversos serviços integrados da capital: moradia, trabalho e lazer. Foi a evolução da malha da capital maranhense que desencadeou uma série de mudanças no perímetro histórico em suas mais diversas vertentes.

Aqui se faz importante a inserção do pensamento de Luís Phelipe Andrés (2006), que pontua o transporte marítimo e fluvial como predominante até o final do século XIX. Entretanto, os benefícios que eram usufruídos dessas atividades pela cidade perderam força no século XX, que ficou marcado pela estagnação econômica. Em 1920 foram reduzidos os serviços e com a chegada dos transportes rodoviário e ferroviário houveram algumas modificações na área. A Praia Grande que se destacava pela supremacia das navegações, sendo até então a principal entrada para a o município, passou a ser apenas uma alternativa. A situação exposta deu início a novas áreas de expansão urbana que contribuíram para diminuir a especulação imobiliária na região. O crescimento começou no sentido interior da ilha, onde hoje está localizado o atual bairro João Paulo.

Pereira e Júnior (2017), de uma forma bem simples, propõem que durante o período de 1612 até 1950 a ocupação urbana ficou restrita basicamente ao núcleo funcional, crescendo na área entre os rios Anil e Bacanga. Em outras palavras, a cidade ainda não havia experimentado um crescimento significativo para além do polo onde se concentrava. Mas foi em 1940 que começou a expandir para outras áreas com a implantação de bondes elétricos até o bairro do Anil e construção das avenidas Getúlio Vargas e João Pessoa, o que favoreceu o transporte público e o deslocamento da população.

Figura 16 - Plano de Expansão da Cidade de São Luís, por Ruy Mesquita, em 1958.



Fonte: Sá Vale, 2018.

A década de 50 também foi marcada por inúmeras mudanças, entre elas a construção de rodovias federais e estaduais, fazendo da capital maranhense um ponto de convergência. Porém, o marco principal foi a criação do Plano de Expansão da Cidade de São Luís, elaborado em 1958 por Ruy Ribeiro de Mesquita. Os autores

discorrem que a implantação da cidade entre os rios Anil e Bacanga colocava a navegação como um dos meios mais favoráveis de transporte. Porém, com o inconveniente da maré forte, se fazia necessário a criação de estradas.

Entre as propostas do Plano de Expansão estava a construção de uma ponte sobre o rio Anil, ligando o centro a outra área, atualmente o atual bairro do São Francisco. Outros elementos como estradas de rodagem e de ferro, existentes e a serem projetadas; novos acessos para municípios de São José de Ribamar e da Raposa; até uma via na orla marítima localizada entre a região do Calhau e do Olho d'Água, onde hoje se situa a Avenida Litorânea. No entanto, nem tudo o que foi planejado teve sua execução logo imediatamente.

A partir das preposições solicitadas no Plano de Expansão se tinha a possibilidade de uma mobilidade na localidade até então inexistente:

Ultrapassar a barreira do rio Anil significava permitir o deslocamento das pessoas, por meio de veículos automotivos, do centro (núcleo fundacional) para a parte norte da ilha, ocupando as áreas situadas entre a orla marítima e o rio Anil (PEREIRA; JÚNIOR, 2017, p. 984).

Sendo assim, foi sugerido um traçado ortogonal de vias a ser implantado entre a Ponta d'Areia, São Marcos e Vinhais, acarretando em uma nova divisão territorial juntamente a morfologia urbana, para uma região que até então não possuía ocupação efetiva.

A partir do século XX, começaram se expandir ideias que vinham de outros estados, mais propriamente do Rio de Janeiro, cidade com praias exuberantes. A nova tendência era a ocupação das regiões próximas a orla marítima. Portanto, um dos ideais propostos para a expansão da cidade era justamente a nova forma de apropriação das terras adjacentes aos litorais. Com a construção da ponte do São Francisco e das avenidas Maestro João Nunes, responsáveis por ligar bairros do São Francisco e Ponta d'Areia, o centro finalmente se conecta as praias, o que acabou contribuindo de forma eficaz para a evasão ocorrida no perímetro histórico:

O Departamento de Estradas e Rodagens (DER-MA) iniciou a elaboração de planos de expansão urbana na cidade de São Luís, com o intuito de implantar a infraestrutura rodoviária, que permitiria o deslocamento da população das áreas centrais para aquelas próximas ao mar. Portanto, parte da população teria acesso àquelas regiões mais distantes do Centro Histórico, já que não se trataria de um simples deslocamento espacial (PEREIRA; JÚNIOR, 2017, p. 990).

Figura 17 – Beira Mar e embarcação responsável por travessia para a ponta do São Francisco.



Fonte: Gabriela Melo Silva, 2012

Foi, principalmente, a partir da construção de pontes, em 1970, com função de ligar a região a outros pontos ainda não ocupados da capital, que foi possível visualizar um considerável esvaziamento do perímetro histórico da cidade. A expansão da região acabou por gerar uma nova maneira de habitar no município, criando um novo padrão de comportamento onde as classes com maior poder de aquisição usufruíam de novos espaços com características locais: paisagens naturais e vista para o mar. É nesse momento que se tem o incentivo a diferenciação do solo urbano. Levando em consideração este pensamento, a população começou a migrar e ocupar outras áreas do território, ocasionando uma perda da referência que o Centro Histórico possuía, o que acaba por também favorecer a desvalorização na questão residencial. Em suas explanações, Frederico Burnett (2012) define as décadas de 60 e 70 como uma guinada nas formas de ocupar socialmente o espaço ludovicense, atravessando os rios para multiplicar por dez o seu perímetro.

Por sua vez, José Antônio Viana Lopes (2004) cita a ponte sobre o rio Anil para o bairro do São Francisco e na barragem do rio Bacanga, na década de 70, como grandes vetores de crescimento e a construção da Avenida Jaime Tavares, Anel Viário, em 1985, obra fundamental para preservação do sítio histórico. O autor ainda comenta que com o processo de expansão da cidade, se preservou o acervo arquitetônico e urbanístico, também estimulando a saída da classe média para os

conjuntos residenciais modernos, por meio da atividade das cooperativas habitacionais (COHAB's) e dos financiamentos do Banco Nacional de Habitação (BNH), o que gradativamente acabou contribuindo para o agravamento do processo de esvaziamento do Centro Antigo.

Figura 18 – Avenida Beira Mar e Ponte Governador José Sarney, popularmente conhecida como São Francisco.



Fonte: Gabriela Melo Silva, 2012.

É fato que o processo de crescimento de São Luís ocasionou diversas mudanças ao núcleo antigo da cidade. Nada permanece estático e à medida que novas áreas foram surgindo, novas oportunidades foram se manifestando. O espaço está sempre em constante movimento. Ao mesmo tempo em que as especulações do mercado imobiliário em outras zonas trouxeram benefícios, foi responsável por gerar também malefícios. Entre os bons aspectos se pode citar a contribuição para uma maior preservação do Centro, já que a superpopulação do perímetro trazia consigo o descaso em relação ao conjunto arquitetônico e urbano. Sobre os pontos ruins, se deve comentar principalmente sobre a perda de referência da localidade como um dos melhores bairros para se ocupar.



Marluce Venâncio (2002) faz um estudo importantíssimo sobre a vida no Centro Histórico, intitulado de “As razões, as paixões, as contradições de morar no lugar antigo. Uma investigação sobre o habitar contemporâneo no patrimônio cultural urbano. Polo Santo Antônio, São Luís, Maranhão”. O trabalho conta com pesquisas e entrevistas realizadas com objetivo de compreender a habitação contemporânea em um espaço tombado sob a perspectiva de seus próprios moradores. A partir de sua pesquisa, contribui de forma interessante ao relatar que com o crescimento da cidade em direção as praias, foi possível aliviar as tensões de renovação urbana na localidade. Até aquele presente momento só existia o Centro, porém, ao mesmo tempo em que São Luís cresce rumo a novas áreas, nasce um “novo centro”, uma vez que a cidade histórica surge quase no mesmo período, sendo protegida pelas leis de conservação e preservação do patrimônio construído e também regida pelo interesse econômico local.

Figura 19 – Dia-a-dia nas Ruas Portugal e Estrela, Centro Histórico.



Fonte: arquivo pessoal, 2017.

Apesar dos fatos expostos, a autora ainda afirma que a maioria da população que estabelece moradia no perímetro histórico gosta do Centro, se mostra satisfeita e quer permanecer ali. Destaca que tanto crianças, jovens universitários e aposentados “não trocam suas casas por gaiolas”, frase dita por moradores locais em realização de entrevistas que compõem seu estudo. Ou seja, mesmo com o crescimento da cidade e o bairro não possuindo mais a referência de antes relacionada à habitação, o local ainda pode ser considerado predominantemente residencial, com valor de preservação cada vez mais ativo.

### 3.3 O patrimônio histórico e suas múltiplas dimensões

Ao propor um estudo sobre a Cidade Histórica se faz extremamente necessário que se compreenda o patrimônio e suas múltiplas facetas, visto que o território e o título de tombamento se tornam inseparáveis. Estaria então a questão patrimonial diretamente ligada, de uma forma geral, a cidade. Primeiramente, a definição do conceito de cidade surge com a necessidade de delimitar o espaço territorial e físico, onde ocorrem inúmeras atividades: econômicas, sociais e culturais, que juntas se englobam em uma trama. Com o passar dos anos, ocorreram várias modificações quanto à caracterização desta categoria, entretanto, continua sendo complicado conceitua-la. Segundo Brumes (2001) deve ser analisada tomando por base suas transformações a partir de algo maior que ela mesma, ou seja, devem ser levadas em consideração, no seu estudo, as transformações e as relações da própria sociedade que nela se insere.

Apresentando tal discurso, se patrimônio e cidade estão intimamente ligados, se faz necessário compreender o conceito de patrimônio, por isso, através de seus estudos, Marluce Venâncio (2002) discorre sobre a questão patrimonial como sendo bens que remetem a uma história importante do passado:

[...] um complexo de bens, tais como obras de arte e produtos dos mais diversos do trabalho e do conhecimento humano, reunidos por uma característica comum: o fato de pertencerem ao passado ou à História, ao mesmo tempo em que lhes é atribuído um determinado valor enquanto manifestações culturais e enquanto símbolos, o que lhes confere o direito de proteção visando sua conservação. (VENANCIO, 2002, p. 01).

Em outras palavras, o patrimônio histórico se refere a tudo o que é tido de forma material ou imaterial por um dado povo, e devido a sua importância deve ser preservado para a sociedade e suas próximas gerações com objetivo de garantir permanência histórica e ensinamentos futuros. O Patrimônio Histórico vem estando atrelado a conservação do passado, bem como uma ferramenta de preservação da memória de um dado lugar. Em seus relatos, Venâncio (2002) aponta que uma particularidade que se aplica ao Patrimônio Construído é que não é possível colecionar edificações ou expô-las como obras de arte. É, portanto, testemunha e produto da atividade humana, sendo a própria representação da sociedade que o

construiu. Sendo assim, se torna indispensável a adoção de uma política de conservação e preservação.

Em suas explicações, Sílvia Zanirato (2005) afirma que as formas de difundir, gerir e conservar o patrimônio cultural vem causando uma preocupação crescente nas vertentes históricas. Por sua vez, a proteção dos testemunhos da história dos diversos povos se encontra diretamente relacionado a salvaguarda das memórias e identidade cultural. A autora frisa que nos dias atuais o patrimônio cultural de uma sociedade deve abranger bens móveis e imóveis, materiais e imateriais, sendo de propriedades particularidades ou de instituições públicas, contendo valor histórico, cultural, de arte e ciência, que sejam importantes para a conservação.

Françoise Choay (1995) propõe que a cidade material se transformou em ferramenta do conhecimento histórico, onde o patrimônio construído é parte fundamental sobre a urbanização e planejamento do território. Ao se falar sobre planejar urbanamente um espaço, automaticamente se discorre sobre a organização da cidade. Ao mesmo tempo, é preciso observar também as edificações, inclusive as que já perduram ao longo dos anos possuindo carga histórica e importância nacional. Em concordância, Tatiana Colasante (2010) aponta que a produção do meio urbano concebe figuras que apresentam representações formadas no decorrer do tempo. No entanto, apesar de só as formas da atualidade criarem um vínculo maior com a sociedade, não se pode descartar os aspectos antigos, se configurando como um ato de ignorar a própria constituição de cidade.

Logo, é possível perceber que habitar uma Cidade Histórica já se torna diferente de morar em outros locais da cidade pelo rótulo de patrimônio histórico e as questões relacionadas a tombamento. A circunstância de que para os habitantes, o bairro do Centro parece se diferenciar completamente dos outros por um motivo principal: o fato de ser central. Assim, existe um sentimento enraizado na localidade de que o perímetro histórico é importante pela carga histórica e justamente por estar centralizado, noção que foi construída ao longo do tempo e de alguma maneira permanece. Ao mesmo tempo, está enraizado em normas e leis que tornam o convívio com o perímetro tombado um pouco mais complicado. Assim, fazer morada em um território como esse é cercado de contrastes.

Bógus e Sousa (2016) discorrem a respeito das questões patrimoniais e os Centros Históricos. Comentam que é sempre comum, na maioria das vezes, se vulgarizar a ideia de que patrimônios históricos são fundamentalmente centros, sendo

relacionados de forma conflituosa. Geralmente, o uso da cidade histórica é encarado como um desvirtuamento do patrimônio, sendo os moradores, acusados de não conservar a identidade local. Entretanto, são eles os responsáveis pela manutenção dos modos de vida do perímetro. Desta forma, ao correlacionar patrimônio e centros históricos os discursos estão sempre pautados em perspectivas sociais (hábitos) ou espaciais (paisagem):

Parece, assim, mais compreensível falar de patrimônio histórico suportado pelas experiências que ocorrem no campo simbólico e das representações sociais, amplamente reconhecidas pelo grupo social, às quais se adere de forma qualificada, com conhecimento e apropriação dos valores, identificando as possibilidades de construção da memória e da identidade (BÓGUS e SOUSA, 2016, p. 5).

Figura 20 e Figura 21 – Dia-a-dia nas Ruas da Estrela e do Giz respectivamente.



Fonte: arquivo pessoal, 2019.

O habitar no patrimônio histórico, dessa maneira, também carrega suas várias dimensões. Marluce Venâncio (2002), em conversas com os moradores da Cidade Histórica ludovicense, defende a postura que as novas propostas de habitação nos centros históricos contam com o sentimento que os habitantes têm pelo espaço e toda sua história. No entanto, aponta as novas formas de morar e o modernismo como influências significativas para migração para outros bairros. Além disso, alerta que apesar de o fato do Centro se encontrar na esfera de tombamento, quem se assenta na região não recebe um rebatimento econômico. Sendo assim, a compensação é muitas vezes simbólica e moral.

Em palavras mais simples, habitar a Cidade Histórica é sempre carregado de dualidade. As compensações de morar em um perímetro tombado, no entanto,

podem não bastar, e tal fato começar a ser encarado como fardo. A autora frisa que a moradia no Centro é sempre cheia de contradições.

As dimensões patrimoniais são questões que se fazem complexas, entretanto, são de extrema importância. É preciso conhecer as diferentes faces do patrimônio, ainda mais quando se possui residência fixada em áreas que possuem tombamento. Suas particularidades, bem como seus benefícios e malefícios ao se confrontar com as formas de habitações contemporâneas se faz fundamental para ressignificação das Cidades Históricas e recomposição das relações entre moradores e o próprio espaço.







#### 4 A LINGUAGEM DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Com os resultados obtidos nos tópicos anteriores é preciso imergir em outro ponto: as representações sociais. O capítulo iniciado tem como pauta a discussão das formas de como a teoria é apresentada em seu conceito fundamental. Ao se compreender a teoria de uma forma mais aprofundada, se torna mais fácil entender onde sua aplicação se faz essencial para o trabalho exposto.

Falar sobre as representações sociais é sempre um feito complicado. A grandeza de seu conceito e forma de emprego acarreta uma problemática quanto a sua compreensão. Serge Moscovici é o autor da teoria apresentada. Grande influente nos campos das ciências sociais, história e psicologia, foi um psicólogo social romeno, atuante na França. Na década de 1960, pela primeira vez, apresenta seu pensamento ao mundo publicando “La psychanalyse, son image et son public” (1961), na cidade luz. A obra que não possuía tradução, abordou sua maneira de pensar e, talvez, a falta de transposição para outras línguas seja um dos grandes motivos que ofereceram dificuldade para aceitação da presente teoria.

Neste momento se faz fundamental a inserção do conceito das representações sociais de Serge Moscovici. O seu livro “A representação social da psicanálise” (1978), apesar do título, não tende a se fixar na vertente psicanalista, e sim, utilizar da ciência para pautar uma análise de seu estudo. Ele se solidifica quanto ao seu entendimento como parte do produto e processo social, estimulado quanto a existência da coletividade.

“A representação social é uma modalidade de conhecimento particular que tem por função a elaboração de comportamentos e a comunicação entre indivíduos” (MOSCOVICI, 1978, p. 26). Desta forma, pela sua praticidade, se torna capaz de também definir as identidades pessoais e sociais de uma dada comunidade, destacando a lógica do senso comum permeada de ideias e sentimentos, através da conversação, linguagem e orientação pelo cotidiano. Portanto, se insere no contexto de cada indivíduo, compreendendo os saberes que produzem, os espaços e suas maneiras de comunicação. Se evidencia pelas condutas baseadas em experiências individuais e coletivas, tornando real o fenômeno social. Pautada por um suporte metodológico e teórico, busca entender as relações entre as pessoas e o mundo.

A representação social é um corpus organizado de conhecimentos e uma das atividades psíquicas graças às quais os homens tornam inteligível a realidade física e social, inserem-se num grupo ou numa ligação cotidiana de trocas, e liberam os poderes de sua imaginação. (MOSCOVICI, 1978, p.28).

No tocante a obra “Representações sociais: ensaios em psicologia social” (2007) se tem um compilado de afirmações de Moscovici a respeito das representações e características desse ponto de vista aplicado a psicologia social<sup>1</sup>, bem como se obteve resposta desse emprego aos pensamentos nas ciências sociais. Aqui, ele introduz a ideia de que a comunicação tem papel importante nas representações e define a forma como ela se torna senso comum. De uma maneira mais simples, quando fundamentadas pela conversação e pautadas nas vidas reais de cada indivíduo, servem como meio para ligar as relações entre os seres.

Por meio do fato exposto se pode afirmar que é a partir da comunicação que se obtém o conhecimento. Ou seja, o conhecimento surge no momento em que ocorre contato entre os indivíduos, onde seus interesses, desejos e necessidades enfrentam as frustrações, opiniões e satisfações. Toda vez que ele é expresso vem carregado de segundas intenções, possui uma dada razão. É gerado através da interação entre as pessoas e sua forma de expressão está sempre relacionada aos interesses de cada ser humano. É a partir do conhecimento que se traz à tona a vida humana, se moldando a partir da comunicação e contribuindo para a relação entre as pessoas. Os diálogos, no entanto, se pautam no poder das ideias, onde pode aproximar-se ou afastar-se de alguém.

Sendo assim, Moscovici (2007) detém que as representações sociais possuem uma essência quase palpável. Elas surgem a partir das expressões, gestos e convívio do cotidiano. Estão presentes nas relações vividas pelo homem e nos itens que são consumidos ou produzidos. Entretanto, define que apesar da realidade da teoria ser de fácil compreensão, o conceito não é, por sua abrangência. E vai além, determina as representações como uma forma de conhecimento, considerando como fenômeno, sendo este ligado aos métodos sociais implicados com as divergências da

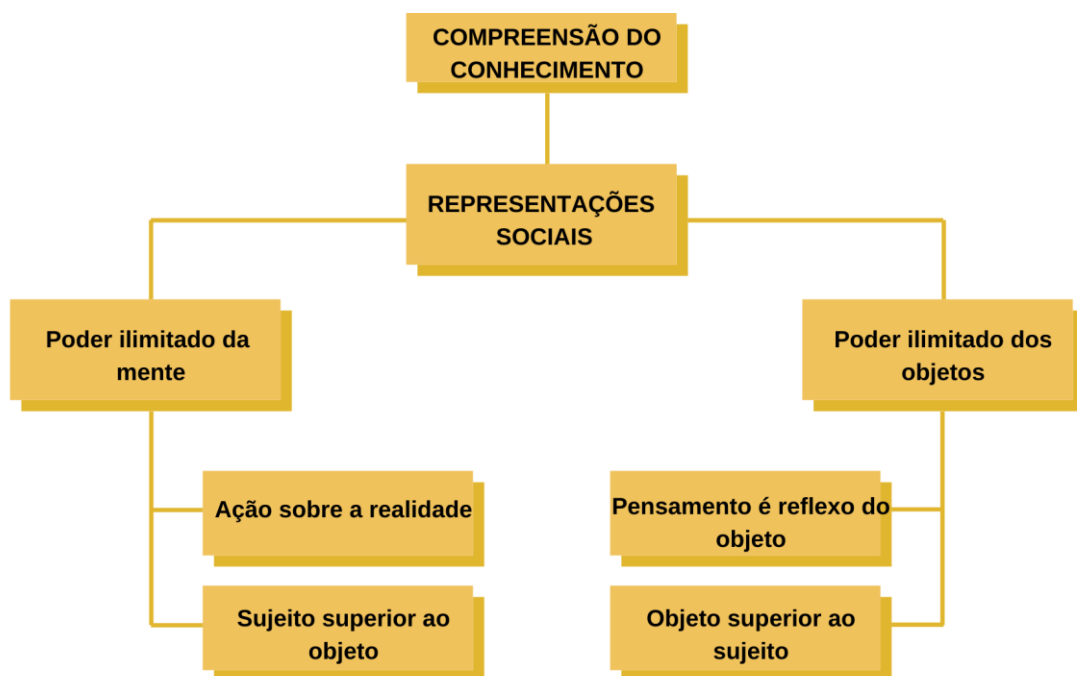
---

<sup>1</sup> Vertente da psicologia que busca compreender o comportamento dos indivíduos em contexto social. Se encontra, geralmente, na linha tênue entre psicologia e sociologia.

sociedade. Logo, busca entender muito além das questões particulares e coletivas, mas também as capacidades de definição, identidade e até um valor simbólico.

O autor pauta a sociedade como pensante, portanto, define duas vertentes com a função de compreender o pensamento. A primeira se nomeia como “poder ilimitado da mente” e se caracteriza pela ação sobre a realidade, ou seja, no decorrer dos acontecimentos a realidade é ativada e conformada. É ligada a forma idealista de ver o mundo, sendo o sujeito superior ao objeto. Já a segunda corrente é identificada como o “poder ilimitado dos objetos”, sendo aqui o pensamento visto como um reflexo do objeto. Assim, a realidade seria, portanto, transformada nos desejos dos seres humanos, onde o objeto predomina sobre o sujeito.

Figura 22 – Quadro esquemático: compreensão do conhecimento e as representações sociais.



Fonte: desenvolvido pelo autor, 2020.

Seguindo sua linha de raciocínio, ambas as correntes de pensamento são pautadas no medo que o homem possui de poderes que não pode controlar, agindo de forma instintiva e tentando compensar tal fato de maneira imaginativa. No entanto, as duas formas de pensar representam aspectos verdadeiros dos mundos externo e interno de cada ser humano. O “poder ilimitado da mente” contribuiu para a sobrevivência por milhões de anos, enquanto o “poder ilimitado dos objetos” garantiu muito ganho em conhecimento e tecnologia.

Ao estudar as representações sociais, de forma direta, também se analisa o ser humano. O indivíduo a reflete quando não apenas processa informações, mas no exato instante em que perguntas são feitas e se tenta achar respostas, colocando em prática o ato do pensamento. Mais especificamente, a função não é acomodar-se, mas entender as circunstâncias ao seu redor. Em outras palavras, se busca além de receptores passivos, mas pessoas que pensam por si mesmas, formulando suas opiniões bem particulares. Dessa maneira, produzem suas próprias e únicas representações, comunicando-as de forma imperativa ao próximo. As ideias, por sua vez, são formuladas nas diversas partes da cidade, espaços públicos ou privados, que possibilitam os impactos nas relações sociais. As ciências, ideologias e eventos se configuram como o combustível para as diversas formas de pensar.

O autor aponta que as representações sociais devem ser observadas como formas únicas e pontuais de expressar algo que já se sabe:

Elas ocupam, com efeito, uma posição curiosa, em algum ponto entre conceitos, que têm como seu objetivo abstrair sentido do mundo e introduzir nele ordem e percepções, que reproduzam o mundo de uma forma significativa. Elas sempre possuem duas faces, que são interdependentes, como duas faces de uma folha de papel: a face icônica e a face simbólica. Nós sabemos que: representação = imagem/significação; em outras palavras, a representação iguala toda imagem a uma ideia e toda ideia a uma imagem (MOSCOVICI, 2007, p.46).

As representações, portanto, teriam dois papéis principais. Primeiro, o de convencionar pessoas, objetos e acontecimentos. Em uma explicação mais simples, são distribuídas formas que se encontram em determinadas categorias e assim, são determinados modelos diferentes que acabam partilhados por um grupo de pessoas. Mesmo quando algo não se adequa a um dado padrão, acaba forçado a se encaixar e assumir determinada figura, sob ameaça de não ser entendido. “Assim, nós passamos a afirmar que a terra é redonda, associamos comunismo com a cor vermelha, inflação como decréscimo do valor do dinheiro” (MOSCOVICI, 2007, p. 34). O segundo papel seria de prescrever, ou seja, se impor sobre o indivíduo de forma imperativa. Essa vertente, no entanto, se encontra ligada as tradições e toda uma estrutura que orienta a forma de pensar, comunicar e idealizar de uma dada pessoa.

Se faz expressamente importante pontuar que as experiências de cada indivíduo permanecem com ele. As vivências e ideias do passado não deixam de existir, não morrem, continuam ativas, influenciando e agindo nos pensamentos atuais

de cada ser humano. Nesse caso, o passado se torna tão real quanto o presente. É o aprendizado oriundo das práticas passadas que guiam os indivíduos em suas posições da atualidade. A partir disto, através da compreensão pela formação da consciência individual de cada um, que se torna reflexo do objeto, se produz a representação.

Serge Moscovici (2007), cita Durkheim, pai da sociologia, como pioneiro a expressar a tese das representações coletivas. A presente teoria estaria pautada no pensar e suas categorias, onde uma dada sociedade elabora sua realidade e a manifesta. Apesar de frisar que as sociedades produzem suas próprias representações sociais, Durkheim dissocia as representações coletivas das individuais. Por sua visão, as coletivas englobam um leque completo de dados intelectuais formados por mitos, ciência, religião, tempo e espaço. As individuais, por sua vez, são pautadas pela consciência de cada pessoa, se encaixando como um fenômeno psíquico.

Os pensamentos sociólogos possuem ângulos opostos ao analisar as representações. Durkheim apontava a religião, ciência, os saberes e opiniões como parte das representações coletivas. As considerava como homogêneas, transmitidas por gerações e compartilhadas por indivíduos de um grupo. Por este motivo carregam o termo “coletivo”. Moscovici (2007) pontua que na vertente de Durkheim, elas eram vistas apenas como artifícios explanatórios. Ou seja, se sabia de sua existência e que se aplicava a sociedade, porém, não perdurava um interesse de aprofundamento, visando investigar sua dinâmica e estrutura. Entretanto, na psicologia social, já resiste a preocupação com o estudo mais a fundo, enraizado.

Moscovici (2007), no entanto, sempre garantiu uma maior preocupação em trabalhar as variantes das ideias coletivas nas sociedades da modernidade. Para ele, as representações devem ser explicadas, já que dispõem de formas únicas de compreensão e comunicação. As diversidades presentes no coletivo comprovam a heterogeneidade presente nas questões sociais atuais, onde as diferenças se caracterizam como reflexo do poder distribuído de forma desigual, o que acarreta em uma falta de homogeneidade nas representações. A partir deste pensamento, estariam as representações ligadas aos inúmeros processos sociais compreendidos pelas diversidades da sociedade.

A partir das informações, portanto, se pode compreender que a teoria de Durkheim não conseguiria abranger as questões voltadas a modernidade. A



contemporaneidade traz consigo uma movimentação rápida e informações diversificadas. As noções oriundas da nova vida moderna ocorrem com fervor, fazendo com que o conceito trazido pelo sociólogo francês se torne defasado. É dessa maneira que ocorre a substituição das representações coletivas pelas sociais.

Aqui se faz importante a inserção da ideia significativa sobre a ligação individual e coletiva. A representação poderia funcionar como uma ponte entre os mundos. Apesar do pensar ser um ato individual, onde cada pessoa desenvolve suas perspectivas, opiniões e visões próprias, o mundo sobrevive da coletividade: ninguém vive sozinho. Por mais que o conceito das representações rejeite uma dualidade entre as questões individuais e sociais, afirmando que o conflito entre as duas vertentes se configura como fundamental, o viver é compartilhado. “Qualificar uma representação de social equivale a optar pela hipótese de que ela é produzida e engendrada coletivamente” (VENÂNCIO, 2002, p. 31).

Figura 23 – Quadro esquemático: as três dimensões das representações sociais.



Fonte: desenvolvido pelo autor, 2020.

Em outra análise, Moscovici (1978) determina três categorias que serão fundamentais para o desenvolvimento do presente trabalho. Por sua vez, as representações sociais se fazem presentes em cada um dos grupos citados a seguir. A primeira, a atitude, que possui ação universal em relação ao objeto. Ou seja, se

refere a uma resposta organizada do indivíduo sobre um dado item. Geralmente, está ligada as narrativas de cada sujeito ou grupo. A segunda, é a informação, que se configura como a ordenação dos conhecimentos que se possui sobre um objeto social. Aqui, possui uma certa conexão com a qualidade relativa ao conhecimento obtido, sendo possível a imposição de níveis de entendimento. E em terceiro, o próprio campo da representação, como um modelo social, que acaba por estruturar os dois tópicos anteriores. Ao se conseguir compreender essas esferas, é possível fazer uma análise concisa das questões voltadas as diferenciações sociais, de forma coletiva e individual.

Trazendo a questão das representações sociais para a atualidade, de uma forma mais direta, se torna indispensável apontar os avanços e os meios de comunicação que se reproduzem aceleradamente. São esses pontos que contribuem com as mudanças sociais, gerando novas possibilidades e formas de pensar, produzindo outras maneiras de conhecimento. Marluce Venâncio (2002), em seu estudo no patrimônio cultural urbano da cidade de São Luís, afirma que as representações se caracterizam como uma forma importante para análise local e compilação de dados, de forma empirista, a partir de seu conceito.

Quando se repete, insistentemente, que o lugar antigo não responde às necessidades atuais do habitar, não se pode deixar de pontuar que essa escolha do lugar e do modo de habitar também vai depender do modo como esse habitar é representado (VENÂNCIO, 2002, p. 33).

A autora utiliza de um fundamento onde afirma que uma das maiores dificuldades da vida cotidiana para preservação de um determinado perímetro é justamente o fato de que existem diferentes formas de pensamentos e ideias, ou, em outras palavras, divergentes tipos de representações. Cada indivíduo produz as suas próprias. É aqui que se pode inserir a contradição entre os proprietários dos imóveis e os órgãos responsáveis por eles, algo que não é tão simples de ser visualizado. “Muitas das representações, se não todas, podem ter sua qualidade social derivada do fato de refletirem interações entre grupos” (CANTER; MONTEIRO, 1993, p.246). Neste momento, se faz interessante o pensamento dos dois autores citados, já que a presente pesquisa, neste aspecto, busca a comprovação das diferentes representações de cada morador a respeito da moradia na Cidade Histórica de São Luís.

Ao se falar do Centro Histórico, várias são as ideias já formadas sobre o lugar. Em outras palavras, se pode dizer que são as representações já desenvolvidas, em massa, sobre o perímetro. Entre elas, é possível citar diversas afirmações que são disseminadas: que a zona não é um bom lugar para se fixar residência, que a região é de difícil acesso, já que não são todos os lugares onde o trânsito de veículos é permitido; que a mobilidade é comprometida, da mesma forma que a segurança. Uma das mais fortes, no entanto, é a que os moradores possuem relações conflituosas com os órgãos de preservação, visto que não se sentem tão representados pelo patrimônio. Venâncio (2002), através das entrevistas que aplicou no espaço, conseguiu obter uma nova visão a respeito da Cidade Histórica, correspondendo a algumas representações, ao mesmo tempo em que contesta outras.

O Centro, por sua vez, não é um lugar homogêneo e nem muito diferente dos outros localizados mundo a fora, sendo históricos ou não. Existem áreas degradadas, a própria desvalorização do uso residencial, o abandono progressivo e a deterioração dos imóveis:

Há o centro das casas abandonadas que vai, pouco a pouco, perdendo a batalha para o tempo e para as novas especialidades. O centro da espera prolongada pela venda ou aluguel da casa quando não é mais possível resistir ao isolamento e que não sabe ao certo que destino o espera. Há o centro que se pode observar nas cadeiras na frente da casa para “dois dedinhos de prosa” ao final da tarde. O centro “nicho” que permite ainda a vida comunitária. Onde vemos crianças brincando na rua, bandeirinhas estendidas, jogos de dama ou jovens tocando violão. Há o centro histórico, a Praia Grande, o Reviver. Cartão de visita, ponto turístico internacional. Patrimônio da Humanidade. (VENANCIO, 2002, p. 102).

O objetivo aqui, portanto, seria analisar as diferentes representações sobre o dado espaço, levando em consideração que no Centro se possui perímetros, edificações e formas de ocupação diferentes, logo, representações diversas por parte de seus usuários.

Desta forma, com as informações apresentadas, a teoria das representações sociais se torna ferramenta essencial para ser aplicada como uma forma de análise no presente trabalho. A partir de suas três categorias voltadas as diferenciações sociais, através da atitude, informação e campo da representação, será possível compreender como se dá a relação dos moradores ao perímetro em que estão inseridos, o patrimônio cultural edificado de São Luís, bem como com suas respectivas residências. Ainda, se poderá comprovar ou não as correspondências

com as citadas representações locais, que se apresentam, até o momento, como claras e concisas. Uma vez entendido o conceito das representações, onde ela utiliza da lógica do senso comum a partir de ideias, sentimentos e a própria imagem, se pode também repensar a forma de observar a cidade.





## 5. PROCEDIMENTOS E INSTRUMENTOS APLICADOS



## **5 PROCEDIMENTOS E INSTRUMENTOS APLICADOS**

O presente capítulo tem como finalidade a apresentação da pesquisa em suas variantes. Ao se realizar um estudo de campo é fundamental que alguns pontos estejam esclarecidos, desde os procedimentos que foram efetivados até os instrumentos utilizados para sua consumação. Aqui, se discorrerá sobre estes aspectos.

### **5.1 Metodologia desenvolvida**

Ao se estudar arquitetura, de uma forma geral, é muito comum relaciona-la apenas com demandas práticas, a exemplo de desenhos técnicos, colocando de lado questões singelas de suas diversas vertentes, como os aspectos implícitos e subjetivos. É preciso ter em mente que, se fixa como matéria que trata de questões exatas e diretas, mas que também se postula como um trabalho voltado as indagações sociais. Sendo assim, um de seus grandes protagonistas é, na verdade, a sociedade. Por sim, é sempre importante pensar em dimensões de cidade e pessoas para que se possa ter arquitetos em sua excelência máxima.

Na arquitetura, portanto, a pesquisa se faz fundamental para compreender suas exigências. É a partir dela e seus resultados que se pode entender como algumas atuações podem vir a interferir na vivência em um dado local e, logo, sua relação com as pessoas que fazem parte de seu cotidiano. Com o dado aparato, é preciso ressaltar que o objetivo do trabalho é justamente discorrer sobre a ligação entre o ser humano e uma cidade histórica, ambiente desenvolvido em uma época diferente, com outra finalidade, que sobreviveu ao longo do tempo e que até hoje é utilizado amplamente, guardando memórias de eras passadas.

Tendo em vista estes aspectos, para que se pudesse obter as decorrências esperadas, a abordagem do presente trabalho possui caráter qualitativo, onde se procurou realçar questões subjetivas e implícitas da arquitetura que, na maioria das vezes, não são devidamente enaltecidas e permanecem em segundo plano: a relação

dos indivíduos com o objeto arquitetônico. Aqui, criam como forma as edificações situadas no Centro Histórico de São Luís, Maranhão.

Dessa maneira, expostos os fatos, a intenção, portanto, não é quantificar, e sim, analisar de forma mais singular, profunda e intimista os resultados obtidos com as narrativas de cada pessoa. A pesquisa qualitativa se caracteriza principalmente por necessitar de um estudo mais amplo, levando em consideração o contexto das situações impostas, assim como as características da sociedade onde se fixa para que seja possível diagnosticar com eficácia seus fenômenos.

Para isto, a metodologia utilizada abordará as Representações Sociais dos moradores ligadas a uma análise espacial das casas, o que inclui: forma, agenciamento do espaço, programa da edificação, sistemas, assim como reformas ocorridas buscando delinear uma trajetória de transformações ao longo do tempo.

#### 5.1.1 As representações sociais aplicadas

Ao se realizar uma pesquisa se faz importante a inserção de teses que possam contribuir de forma positiva para os resultados finais. Aqui, acabou se optando pela utilização da teoria das representações sociais de Serge Moscovici. Tendo seu conceito fundamental já abordado ao longo do estudo, a intenção é que ela possa colaborar de forma eficiente na aplicação das ideias que estarão dispostas no trabalho. De uma maneira mais específica, no estudo apresentado, foi inserida principalmente nas entrevistas que foram efetivadas no perímetro histórico da cidade.

Moscovici (1978) relata que a teoria das representações sociais junto aos saberes populares e senso comum se fazem importantes, e isto se dá através das conversações. Ao mesmo tempo, se fazem variantes conforme grupos, culturas e classes a que cada indivíduo está inserido. Nessa perspectiva, a tese se situa em um espaço onde as probabilidades se tornam atuantes, no momento em que suas ferramentas de acesso são pautadas em questões construídas socialmente.

Com os conhecimentos expostos, ao se utilizar a teoria das representações sociais, o principal objetivo foi colocar o indivíduo como autor da própria história. Ou seja, nesse momento, o sujeito se torna atuante. O morador ganha um papel importante ao contribuir com suas narrativas, sua história e relação fundamental com

a edificação que foi analisada, saindo da passividade e deixando de ser mero espectador. Aqui, se buscou privilegiar o ser humano através de suas vivências, seus pontos de vista e experiências ao longo dos anos que em que habitou uma residência tombada, que compõe memória respeitável do perímetro histórico da cidade.

“Uma forma de conhecimento socialmente elaborada e partilhada, tendo uma visão prática e concorrendo para a construção de uma realidade comum a um conjunto social” (JODELET, 1997, p.53). O pensamento da autora sobre a tese utilizada, dessa forma, testemunha a favor da afirmação de que as representações seriam orientadas pelos acontecimentos do cotidiano. Dessa forma, se faz importante que os moradores falem sobre o seu dia-a-dia, e conseqüentemente, suas perspectivas e ideias desenvolvidas a partir da experiência de habitar o Centro Histórico.

Em sua teoria, o autor faz a definição de três categorias que serão amplamente usadas no decorrer da metodologia. São elas:

- Atitude: está diretamente ligada a ação de um indivíduo ou grupo sobre um respectivo objeto. Aqui, estarão expressos nas orientações dos entrevistados, favoráveis ou não, sobre o Centro Histórico.
- Informação: se caracteriza como a organização de conhecimentos que um dado indivíduo ou coletividade possui sobre um objeto. No caso do trabalho desenvolvido aqui, é o entendimento dos entrevistados referente ao Centro Histórico.
- Campo das representações: esta, no entanto, se caracteriza como a construção da imagem que um indivíduo ou grupo realiza sobre um determinado objeto. Nesse caso, o objeto é o Centro Histórico.

Com a exposição desses dados específicos, foi desenvolvida uma tabela com o objetivo de sintetizar as representações mais fortes, destacadas durante a entrevista com os moradores locais. Nela, se terá a compilação de dados referentes a informação, campo de representação e atitude. Dessa forma, se poderá fazer uma análise mais científica, tomando por base a teoria de Moscovici, compreendendo se tais representações se configuram como verdadeiras ou não, a partir da visão dos entrevistados.

Tabela 01 – Modelo de tabela para análise das representações sociais.

INFORMAÇÃO	CAMPO DE REPRESENTAÇÃO	ATITUDE
Representações sociais (conhecimentos) impostas pela coletividade, podendo se caracterizarem como frágeis ou não.	Falas dos moradores que comprovem seus pontos de vista sobre tais representações.	Orientações, favoráveis ou não, as representações sociais impostas.

Fonte: desenvolvido pelo autor, 2020.

Sendo assim, com a aplicação da teoria de Moscovici, o propósito foi deixar que cada pessoa discorresse seus relatos a partir de seus conhecimentos, sem que fosse necessário um entendimento específico sobre qualquer abordagem. O guia foi o senso comum. Cada indivíduo ficou livre para se expressar da forma que melhor identificasse e preferisse, pautado nas conversações e diálogos propostos. A partir desse cenário, foi possível compreender as afetividades, ideias e pensamentos de cada morador com o local em que habita, encaixando-os nas categorias citadas, para obter uma análise mais profunda, tomando como base a teoria estudada, trazendo aspectos únicos para a pesquisa desenvolvida, e não só a aplicação de um simples questionário.

## 5.2 Participantes

Referente a escolha dos indivíduos estudados, se confere pessoas que habitam o Centro Histórico da cidade de São Luís, Maranhão. Estas, possuem moradias que se configuram como produto importante para história do perímetro trabalhado, visto que se fixam como objetos arquitetônicos que integram o conjunto urbano tombado. A delimitação dos participantes se deu em função da relação de moradia e coincidente propriedade dos moradores para com as edificações/moradas/casas escolhidas. Acrescente-se a isso a contribuição que cada sujeito pode fornecer aos questionamentos do presente trabalho monográfico.

Ao todo, foram entrevistadas quatro pessoas que se encaixam nas perspectivas citadas anteriormente. Fatores como idade, sexo, nível de escolaridade

e aspectos profissionais não foram levados em consideração para escolha dos participantes. No tocante ao grande objetivo do trabalho, que é compreender como se dá a moradia contemporânea em uma cidade antiga, frisando as adaptações do modo de vida local ao longo do tempo, tendo em vista edificações com arquitetura luso-maranhense, foi pensado em habitações que se diferenciavam por seus usos e tipologias.

“As representações sociais estão organizadas de maneira muito diversa segundo as classes, as culturas ou os grupos e constituem tantos universos de opinião quantas classes, culturas ou grupos que existem” (MOSCOVICI, 1978, p. 67). A partir da frase formulada pelo autor, precursor da teoria inserida no trabalho, as representações variam de acordo com o modo de vida de cada sujeito, bem como a realidade a que estão expostos. Portanto, não caberia optar por aplicar o estudo em apenas uma rua do perímetro histórico, ou escolher só uma tipologia para ser analisada, bem como uma única maneira de morar em uma edificação tombada.

Logo, a alternativa encontrada foi balancear as entrevistas aplicadas em pontos diferentes da cidade histórica da capital maranhense. Ao mesmo tempo, foram selecionadas tipologias diversas, que por consequência, objetiva maneiras variantes de habitar. Sendo assim, quatro edificações foram pautadas para estudo: a Casa Frankie (morada inteira), Pequena Companhia de Teatro (sobrado), uma meia morada e uma casa singular de esquina, recuada. Todas localizadas nas ruas do Giz, do Ribeirão e do Alecrim, respectivamente. Dessa forma, é possível analisar nichos distintos de um mesmo perímetro. Outro ponto também levado em consideração, foi a facilidade para contato com os respectivos moradores desses imóveis. Com objetivo de garantir a privacidade dos participantes da pesquisa, na ordem, foram identificados com nomes fictícios: **Paulo, Pedro, Nina e Jonas**.



Figura 24 e Figura 25 – Casa Frankie e Pequena Companhia de Teatro, respectivamente, na Rua do Giz.



Fonte: arquivo pessoal.

Figura 26 e Figura 27 – Meia morada e casa térrea, nas ruas Ribeirão e Alecrim, respectivamente.



Fonte: arquivo pessoal.

Visto que a pesquisa também é pautada pelo viés da sensibilidade, tratando narrativas de uma forma singular e quase poética, um dos critérios máximos a serem trabalhados é justamente as histórias que cada indivíduo poderia contar, contribuindo significativamente para o estudo apresentado, de forma a enriquece-lo grandiosamente em conteúdo. É possível perceber que as dissertações de cada sujeito mudam, à medida que suas representações variam. De um modo mais simples, como cada ser possui uma vida diferente, com perspectivas múltiplas, ideias diversas e jeitos divergentes de encarar seus próprios enredos, foi inevitável se obter resultados plurais.

Como já citado anteriormente, já que a pesquisa se postula em uma vertente qualitativa, os participantes foram selecionados levando em consideração os valores e propriedades que suas histórias poderiam oferecer. Sendo assim, se tornou

possível que seus conteúdos fossem analisados de um modo mais profundo e singelo. Dessa maneira, em momento algum, o objetivo visou escolher indivíduos de forma a validar um estudo pretendendo a quantificação, traçada em um viés quantitativo.

### **5.3 Ferramentas**

No tocante as ferramentas utilizadas para concepção da pesquisa, se faz necessário frisar inicialmente que o estudo é pautado por questões implícitas e subjetivas presentes na arquitetura, que na maioria das vezes não são enaltecidas em seu devido merecimento, como a relação entre os indivíduos e os objetos arquitetônicos, aqui, relatados pelas edificações analisadas e pelo Centro Antigo. Dessa maneira, como o viés se fixa em questões sociais, lidando com pessoas, a coleta de dados se torna peça fundamental para efetividade dos resultados. Assim, esse passo foi dividido em algumas etapas: levantamentos bibliográficos e fotográficos, entrevistas, elaboração de layouts e compilação de dados.

Foi assim, elaborado um conjunto dinâmico para que se conseguisse levantar um material de forma a contribuir significativamente para o estudo apresentado. Levantamentos bibliográficos através de livros, artigos, dissertações e materiais no acervo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Maranhão (IPHAN). Dessa maneira, a partir da colaboração de outros autores, foi possível a formulação da fundamentação teórica. Aqui, as fotografias adquiridas, tanto por meio do órgão responsável, a partir de outros autores, como por arquivo pessoal, servirão como complementação do material, um jeito de ilustrar o trabalho apresentado.

As entrevistas também configuraram parte importante do processo de desenvolvimento do trabalho. Essas, foram realizadas com objetivo de compreender a habitação contemporânea em um espaço tombado sob a perspectiva de seus moradores, colocando-os como autores da sua própria história. Ao todo, foram 18 perguntas que abordam o Centro em escala urbana, as respectivas edificações, questões patrimoniais e também a pandemia do COVID-19, causada pelo coronavírus, que transformou a rotina mundial em razão do rápido contágio, sendo necessária a entrada em quarentena. Nesse último aspecto, a finalidade das

perguntas seria entender como se deu a relação de cada entrevistado com o imóvel, a rua e o perímetro central de maneira geral.

Os relatos foram gravados, mediante autorização, através do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que conta no apêndice A da pesquisa, com intenção de garantir um discurso mais fluído, sem que fosse necessária a interrupção do entrevistado para anotações por parte do pesquisador. Dessa maneira, se possibilita o mantimento de uma só linha de raciocínio, evitando interpretações errôneas ao se tentar transcrever falas dos mesmos. Para que fosse plausível, se utilizou de um gravador de voz.

## **5.4 Métodos**

No momento em que foi finalizada a coleta de dados, concluindo a fundamentação teórica, foram iniciadas as entrevistas. Com o término da delimitação dos moradores da cidade histórica a serem entrevistados, foram agendadas visitas as edificações. O estudo de campo foi pautado através da estrutura dos roteiros da entrevista, presente no apêndice A. Como já citado anteriormente, como se tratam de tipologias diferentes, indivíduos expostos a realidades diversas e, conseqüentemente, vidas e maneiras distintas de morar, é comum que as perspectivas sejam também dessemelhantes.

É importante frisar que a ética se faz responsável pelas questões morais apresentadas, através da conduta do autor do trabalho. No tocante a esse ponto da pesquisa apresentada, foi utilizado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Esse se configura como peça fundamental, sendo um documento para análise ética aplicada em um estudo, garantindo os respectivos direitos, evitando qualquer constrangimento ou incômodo que possam atingir a integridade de algum cidadão. A partir dele, se torna possível cessar possíveis dúvidas e autorizar o uso dos dados coletados.

## 5.5 Análise de dados

No tocante a análise dos dados coletados, no momento em que foram encerradas as entrevistas, foi realizada a compilação de dados. Por se tratar de uma pesquisa com cunho qualitativo, visando tratar as informações obtidas levando muito mais em consideração a qualidade do conteúdo que sua quantidade, propriamente dita, uma das exigências impostas foi que as temáticas fossem abordadas de uma maneira mais intimista, a partir de diálogos, conversações.

Os dados obtidos a partir do estudo de campo foram relacionados com os desenhos para melhor compreensão das edificações. Portanto, os mesmos possuem um papel fundamental no trabalho disposto. Foi a partir desses aspectos que se tornou possível o entendimento das residências como objetos arquitetônicos.







## **6 O HABITAR ATRAVÉS DA FALA DOS MORADORES**

O presente capítulo possui máxima função de abordar o espaço através do olhar dos próprios moradores, integrando narrativas que contem suas histórias a partir do sítio estudado. Para isso, foram analisados o Centro Histórico, como escala de cidade, visando interpretar seus pontos fortes e fracos, suas riquezas e mazelas; bem como as edificações escolhidas, discorrendo sobre a forma, uso do espaço, programa da casa, áreas e sistemas, relatando reformas ocorridas que buscaram delinear uma trajetória de transformações. Toda a apresentação buscou garantir uma livre manifestação dos indivíduos sobre o morar no perímetro tombado.

### **6.1 Casa Frankie – Rua do Giz, nº 394**

O passeio pelo Centro Histórico, aqui, se iniciará pela Rua 28 de Julho, ou como é mais conhecida, a Rua do Giz. Tradicional por ser uma das mais extensas do perímetro tombado, possui típicas edificações de arquitetura luso-maranhense. É impossível não se encantar com o traçado dos grandes sobrados que despontam de forma singular. Os gradis, portas e balões e venezianas demonstram a forte herança colonial. Ao caminhar, é possível perceber as riquezas arquitetônicas que sondam a região. Nesse momento, só se pode ter uma certeza: os prédios encontrados aqui contam uma história, transportam para outro período e refletem a cultura e costumes de um povo, abrangendo também o contexto político da época.

Filho (1971) apresenta uma explicação para o desenvolvimento do nome da conhecida rua da zona histórica. Segundo ele, 28 de julho de 1823 é um marco importante para o Maranhão. Foi nesse dia que ocorreu, por parte das forças portuguesas, a capitulação do pensamento voltado a recolonização brasileira, que inicialmente, começaria no estado dito, localizado no nordeste do país. Logo, na mesma data, se declarou oficialmente a aprovação da localidade a Independência do Império do Brasil. Assim, foram dias de festa para a comemoração. Portanto, a Rua do Giz traz história até no nome.

Figura 28 e Figura 29 – Rua do Giz, entorno da Casa Frankie.



Fonte: arquivo pessoal, 2020.

E é aqui que se encontra a Casa Frankie, charmosa morada inteira, situada já ao fim da via, a um quarteirão do Convento das Mercês, também importante edificação do Centro Histórico. Aqui, habita Paulo, que por suas origens, apelidou carinhosamente o local de Casa do Dinamarquês, como também ficou conhecida. Adentrar a habitação é também como adentrar a própria história. O local faz a união de moradia e trabalho. Se caracterizando como residência e também pousada. Os serviços de hospedagem são destinados, principalmente, para quem busca uma imersão a cultura e narrativas local.

Situada na quadra 135, nº 394, a edificação está localizada em área tombada pelo Governo Federal. Segundo processo nº 64, do Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico e do nº 513 do Livro da Belas Artes, de acordo com decreto-lei nº 25, de novembro de 1937, é parte integrante da área inscrita na Lista de Patrimônio da Humanidade/UNESCO.

A fachada traz consigo elementos ricos da arquitetura luso-maranhense. Possui porta central, ladeada por duas janelas. Dispõe de esquadrias feitas com madeira relhada e bandeira em ferro trabalhado, onde é possível ler “1860”. Possui arco pleno também em ferro moldado. As janelas contam com guarda-corpo entalado, esquadrias almofadadas em três folhas e bandeira em arco pleno de madeira e vidro. É possível observar elementos decorativos ecléticos e platibanda com balaústres. Aberturas para ventilação do porão, vedadas com grades de ferro, constituem seus componentes arquitetônicos. Por fim, é delicadamente pintada em amarelo claro, azul e terracota.

Figura 30 – Casa Frankie, Rua do Giz.



Fonte: arquivo pessoal, 2020.

Com tais características, a Casa Frankie é ponto já conhecido do Centro Histórico. Levando em consideração o cenário atual de pandemia, o contato não é feito como idealizado inicialmente. Paulo se mostra um tanto desgastado e, resolvendo as questões relativas a pousada, não possui muito tempo para uma conversa. Portanto, a entrevista utilizada aqui, foi desenvolvida em 2016, por Tayana Figueiredo, orientadora do trabalho. Inicialmente, em sua narrativa, relata que é construtor de barcos, restaurador e era vendedor de casas na Dinamarca, seu país de origem. Seu fascínio pelo Centro começou em 1991, quando esteve pela primeira vez em São Luís. O amor pelas casas coloniais o atraiu. Meses depois, retornou com um amigo, onde passaram mais algum tempo.

O foco inicial é relativo ao perímetro central. Para compreender a moradia é necessário entender o espaço onde ela está situada. As visões de Paulo demonstram ser consistentes, pautadas pela adoração construída ao bairro que há tanto tempo já é sua morada. É perceptível que o Centro histórico chama a sua atenção. Para ele, a zona tombada é também uma causa. Em seu discurso, revela não entender ao certo

o motivo de a região não ser valorizada pelos próprios habitantes da cidade, enquanto ele, como estrangeiro, consegue apreciar uma série de vantagens que despontam na localidade.

Realmente, esse aspecto traz consigo uma verdade. É muito comum observar a desvalorização do Centro Histórico pelos próprios ludovicenses. O perímetro rico em cultura e história, muitas vezes, não possui o reconhecimento ideal. Na verdade, é habitual encontrar pessoas que nunca sequer pisaram na zona tombada. Deixar de perceber o patrimônio é perder conhecimento.

Sobre os pontos positivos e negativos da área tombada, Paulo traz as questões afetivas ao falar da boa vizinhança e das pessoas, o que torna nítido que habitar a região, para ele, se caracteriza como um ato tranquilo. Cita também a vida artística do perímetro que, realmente, possui essa vertente como característica forte. Sobre os aspectos negativos, aborda que a quantidade de automóveis circulando no espaço é muito alta, o que causa um certo desconforto. Em sua opinião, inclusive, é algo que não devia ser permitido. Em sua visão, o ideal seria que o Centro fosse ocupado por pessoas que moram e trabalham no bairro, o que possibilitaria a diminuição no número de veículos.

Quando questionado sobre a segurança da região, que se caracteriza como forte representação do Centro, Paulo desmistifica tal temas. Em sua opinião, discorre que o lugar, diferentemente do que a maioria das pessoas pensam, visto que já impuseram estigmas negativos, a zona central é muito segura, relatando que nunca teve problemas na região. “O perigo está em toda São Luís. Eu nunca tive problemas. Eu deixo minhas janelas abertas. Há uma relação transparente com a cidade”. Outro ponto que ele faz questão de tocar, é referente a chegada de seus amigos na capital. Discorre que, geralmente, a maioria dos taxistas classifica a região histórica como muito perigosa, deixando negativa a primeira imagem da localidade.

Quando eu caminho aqui à noite me sinto seguro, com essas pessoas que moram aqui já. Inclusive pelo fato de que essas pessoas já me conhecem. Acho que corro mais riscos andando no bairro do Calhau a noite. Eu não valorizo Avenida dos Holandeses, nada disso. Mas acho que as renovações e reabilitações tem aumentado. Ainda tem muita gente comprando casas aqui (PAULO, 2016).

Quanto a mobilidade, discorre que também não vê problema. Tem a facilidade de tudo ser muito próximo, o que permite caminhadas sem o uso de automóveis. Cita suas idas a pé ao Mercado Central, ponto também conhecido, onde

se tem a venda de artesanato e itens voltados a gastronomia. Em sua opinião, revela que acredita ser o que há de único para os turistas, já que dispensar o carro é uma raridade na cidade.

Ao ser questionado sobre os órgãos de preservação, Paulo afirma que o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) deveria ajudar e se interessar mais quando o assunto é voltado para as linhas de financiamento de restauro. Ele emenda que o instituto deveria ajudar nas restaurações de edificações, mesmo quando elas forem privadas, já que, em sua opinião, é inadmissível que os imóveis estejam tão degradados. “Eles agem mais como política. Os arquitetos que estão lá não estão voltados *pra* comunidade”. Fica evidente que o construtor de barcos se sente contrariado com o estado dos prédios locais e com a falta de ações da entidade voltadas para o reestabelecimento dos mesmos, por isso, aponta com pesar, que “é muito triste ver que as casas estão caindo pela falta de pequenas intervenções de conservação”.

No momento em que a conversa muda o foco para a sua edificação, é animação em suas palavras. Primeiramente, Paulo explica o processo de compra do imóvel. Ele relata que, inicialmente, o mesmo não estava à venda. Entretanto, em uma de suas vindas a São Luís, junto a um amigo, em um feriado, o dono da residência fez uma proposta, lhe oferecendo o local por cerca de 47 mil reais, algo que ele classificou como “muito barato”.

A morada inteira, apesar de parecer pequena quando se observa apenas a fachada, é na verdade, ampla e espaçosa. Conta com grandes salas, sendo de estar e jantar, varanda, banheiros, quartos, cozinha, lavanderia, porão e terraço aberto com piscina. Como já citado, eles na edificação se tem a aliança de moradia e trabalho, já que há o aluguel de quartos por temporada. Em aplicativos de reservas e acomodações, as avaliações da Casa Frankie são muito positivas. Paulo aparenta levar de maneira natural a união de morar e trabalhar em um mesmo espaço. Nos croquis abaixo, é possível compreender de melhor maneira a disposição do imóvel:

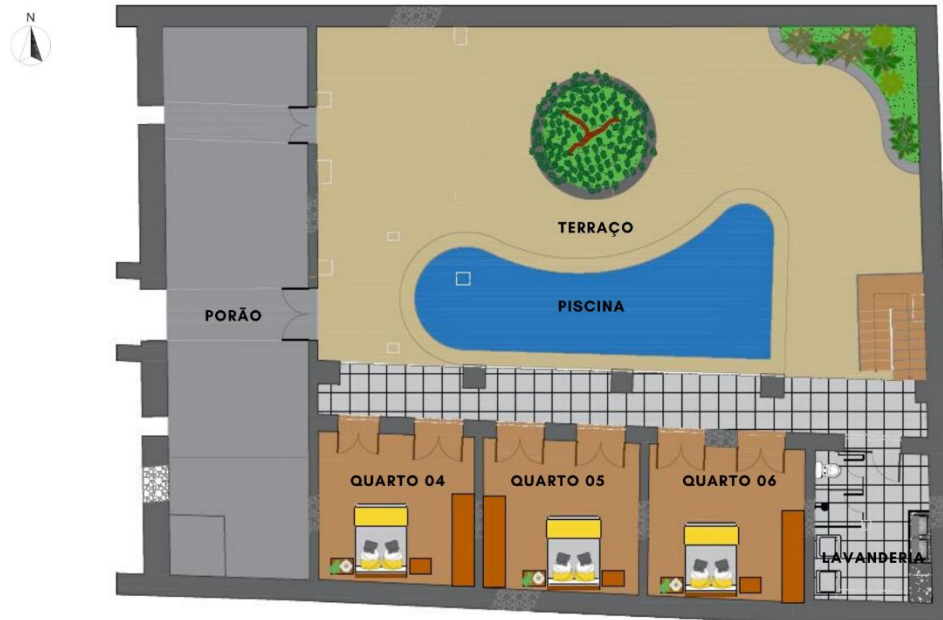


Figura 31 – Layout do térreo da morada inteira.



Fonte: desenvolvido pelo autor, 2020.

Figura 32 – Layout do subsolo da morada inteira.



Fonte: desenvolvido pelo autor, 2020.

Quanto a adaptação do modo de morar, Paulo não teve dificuldade. É importante citar a sua paixão pelas casas coloniais. Desde o início ele se denomina como amante das edificações antigas. Afirma que os imóveis locais conseguem atender a vida moderna sem nenhum problema. Relata, inclusive que, Copenhague,

cidade onde nasceu e cresceu, é uma localidade considerada velha, portanto, já está acostumado. Ele também cita a inteligência dos portugueses na construção, já que não é necessário o uso de ar condicionado, visto que a residência é arejada. Se faz necessário comentar que, a sua grande ideia para a Casa Frankie, era restaurar o imóvel de maneira a reproduzir, forma mais próxima possível, o que já tinha existido ali um dia. Logo, essa questão com o antigo o atrai, fazendo parte de seu gosto.

Nesse momento, Paulo relata o processo de reforma pelo o qual a edificação passou, há anos atrás. Todas as modificações foram feitas com o auxílio do IPHAN. Entretanto, ele teve algumas dificuldades para entrar em consenso com o órgão responsável. Primeiro, questionado sobre a situação dos detalhes construtivos, na época, explica que “não havia muita coisa”. Depois, comenta que, inicialmente, o instituto queria que todas as alterações possuíssem características da atualidade, algo que ele chama de “restauro contemporâneo”, enquanto que a sua vontade era refazer tudo como foi um dia. “Eles disseram que, se não havia portas, você não sabe como elas eram, deveria fazer novas, pois não havia diferenças”. Dessa forma, foi necessária uma longa discussão, onde impôs que achava vergonhosa a restauração proposta.

A Casa Frankie conta também com alguns elementos contemporâneos propostos por Paulo, entre eles, a piscina localizada no terraço. Questionado se os mesmos foram motivos de crítica por parte dos órgãos de preservação, ele comenta que, de início, a piscina não foi bem aceita. Entretanto, expõe que o IPHAN mudou de ideia após a mídia noticiar sua reforma. “Eles queriam mostrar para quem sabe os brasileiros se interessassem por isso”. Por fim, o construtor de barcos afirma que achou a ideia estimulante, para que se pudesse desmistificar a moradia no Centro Histórico, já que no perímetro, as residências também podem ser feitas “no valor comercial de uma outra qualquer”.

Paulo relata que o momento mais complicado de toda reforma, no entanto, foi fazer tudo como era antes. Essa era a sua principal intenção. Na época, a restauração rendeu gastos, chegando a totalizar 250 mil reais. Porém, ele deixa claro que morar no Centro Histórico se caracteriza como simples, e apesar dos pontos negativos, que também se apresentam em outros bairros, é possível perceber sua adoração pelo perímetro central.

Figura 33 e Figura 34 – Sala de jantar e varanda, ambas no térreo da morada inteira.



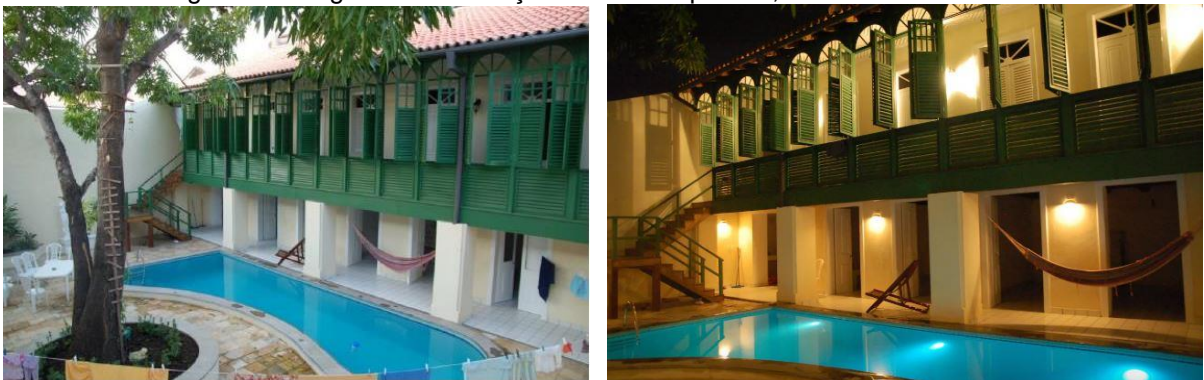
Fonte: arquivo pessoal de Paulo.

Figura 35 e Figura 36 – Quarto e cozinha, ambos no térreo da morada inteira.



Fonte: arquivo pessoal de Paulo.

Figura 37 e Figura 38 – Terraço aberto com piscina, localizado no subsolo.



Fonte: arquivo pessoal de Paulo.

Através das falas de Paulo foi possível perceber sua adoração pela região em que habita. É possível dizer que a ligação com o local tombado surgiu desde o primeiro encontro, ainda em 1991, quando esteve na cidade pela primeira vez. Ao

longo de suas representações, fica nítido que o dono da Casa Frankie leva a moradia no Centro Histórico de maneira leve e serena, conseguindo apreciar inúmeras vantagens da localidade. Na tabela a seguir, tais representações foram organizadas de maneira que facilite suas classificações.

Tabela 02 – Tabela de análise das representações sociais – Paulo.

INFORMAÇÃO	CAMPO DE REPRESENTAÇÃO	ATITUDE
O Centro Histórico não é mais pensado como um lugar de moradia	<p>“[...] Ainda tem muita gente comprando casas aqui”.</p> <p>“Eu simplesmente acho o melhor lugar”.</p> <p>“[...] Talvez o melhor lugar em São Luís pra morar [...]”.</p>	<p>Orientação do entrevistado não favorável à representação social.</p> <p>Representação se caracteriza como frágil.</p>
A população reconhece o patrimônio como seu	<p>“Vejo que a elite daqui não se conecta com esse espaço. As pessoas de fora reconhecem um valor que vocês não veem. É muito estranho. Faço muitas festas aqui para essas pessoas. Elas não gostam daqui, não respeitam, não valorizam. Eles não valorizam calçadas, não querem sair dos carros com ar condicionado”.</p>	<p>Orientação do entrevistado não favorável à representação social.</p> <p>Representação se caracteriza como frágil.</p>
A população usufrui dos espaços públicos	<p>“[...] Gosto dessa vida artística do bairro, já tem duas boas galerias de arte aqui”.</p>	<p>Orientação do entrevistado foi favorável à representação social.</p> <p>Representação se caracteriza como verdadeira.</p>
O Centro Histórico é um dos lugares mais inseguros da cidade	<p>“[...] Eu acho morar aqui muito seguro”.</p> <p>: O perigo está em toda São Luís. Eu nunca tive problema. Eu deixo minhas janelas abertas. Há uma relação transparente com a cidade. É o lugar mais seguro de morar”.</p>	<p>Orientação do entrevistado não favorável à representação social.</p>



		Representação se caracteriza como frágil.
O Centro Histórico possui mobilidade ruim	“Uso muito taxi, e adoro ir ao Mercado Central andando. Acho que os turistas que estão chegando, <i>pra</i> eles, é o que há de único é o Centro”.	Orientação do entrevistado não favorável à representação social. Representação se caracteriza como frágil.
Os órgãos de preservação não mantêm uma boa relação com os moradores	“O Iphan deveria ajudar mais. Eles agem mais como polícia. Os arquitetos que estão lá não estão voltados <i>pra</i> comunidade [...]”. “[...] Acho que o IPHAN deveria ter arquitetos que saiam e ajudem as pessoas com projetos simples [...]”.	Orientação do entrevistado foi favorável à representação social. Representação se caracteriza como verdadeira.
As reformas nas edificações são complicadas	“[...] o IPHAN queria que eu fizesse tudo com a cara do presente, simplificando os elementos. E tive uma longa discussão com o Iphan dizendo que eu não queria”. “[...] comprei um imóvel em frente ao IPHAN, pior lugar possível <i>pra</i> fazer um café. Queria colocar piso de concreto, pois tudo já estava perdido dentro. E não pude. Tudo estava caindo, não havia piso, mas me fizeram resgatar um piso de madeira”.	Orientação do entrevistado foi favorável à representação social. Representação se caracteriza como verdadeira.
Morar em uma edificação histórica, de arquitetura luso-maranhense, é ruim	“[...] Essas casas abrigam a vida moderna muito bem, com toda certeza e com todas as tecnologias. São ventiladas, sustentáveis, nem uso ar condicionado aqui”.	Orientação do entrevistado não favorável à representação social. Representação se caracteriza como frágil.

Fonte: desenvolvido pelo autor, 2020.

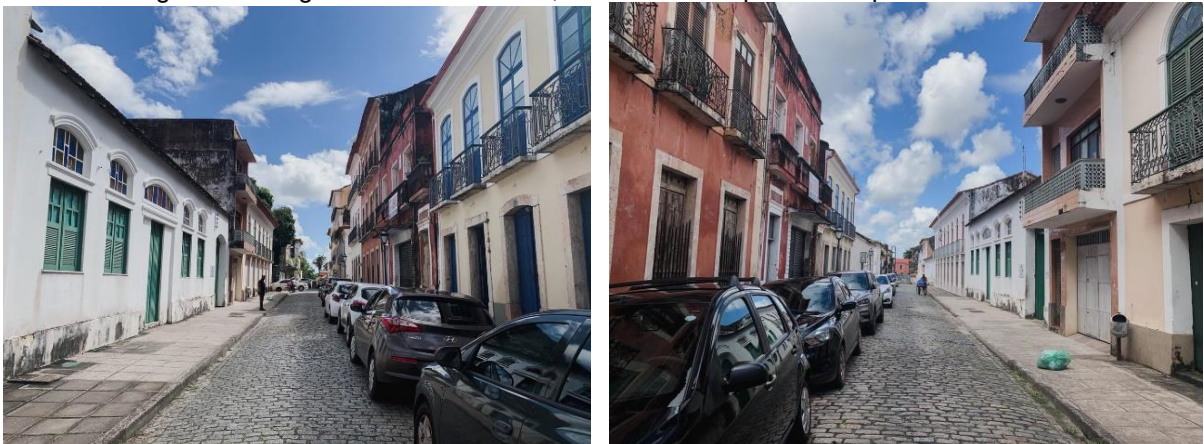


Com a tabela de análise das representações sociais de Paulo, se tem o ponto de partida para a construção da visão dos moradores sobre o perímetro tombado. A partir desse contexto, é possível compreender os pontos que se configuram como verdadeiros ou não. Observando tais aspectos, se pode observar o mesmo a partir de uma inegável fragilidade (des)qualificando muitas das representações como “mitos”. Dessa forma, fica claro que grande parte das representações impostas, assimiladas e/ou reconhecidas de forma crítica pela coletividade, na verdade, são estigmas já altamente enraizadas sobre a localidade.

## 6.2 Pequena Companhia de Teatro – Rua do Giz, nº 295

Atravessando ainda mais a charmosa rua do Giz, é impossível não perceber a vitalidade das linhas que despontam dos sobrados, evidenciando a variedade de gabaritos, lotes e fachadas da região. A cada caminhada a riqueza dos gradis, varandas e azulejos se torna mais evidente, aflorando as heranças arquitetônicas do período colonial. Para quem nunca esteve no Centro Histórico de São Luís, a rua do Giz é uma via extensa que abriga edificações dotadas de tempo, bares e restaurantes que compõem a tradicional boemia local. Caminhando um pouco mais à frente, ainda na mesma via onde se localiza a Casa Frankie, se avista a Pequena Companhia de Teatro, grande casarão luso-maranhense que se caracteriza como ponto de referência na Cidade Histórica da capital do Maranhão.

Figura 39 e Figura 40 – Rua do Giz, entorno da Pequena Companhia de Teatro.



Fonte: Arquivo pessoal, 2020.

Situado na quadra 109, nº 295, o imóvel em questão se encontra em área tombada pelo Governo Federal. De acordo com processo nº 64, do Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico e do nº 513 do Livro da Belas Artes, segundo decreto-lei nº 25, de novembro de 1937, é parte integrante da área inscrita na Lista de Patrimônio da Humanidade/UNESCO.

Ao percorrer a famosa rua do Giz é difícil não notar o sobrado de três pavimentos. A fachada, apesar de desgastada, ainda traz consigo riquíssimos elementos tradicionais da arquitetura luso-maranhense. As molduras em pedra *lióz*, esquadrias em almofadas de madeira e venezianas, com balcões sacados e gradis de ferro batido constituem um conjunto harmônico característico da dada tipologia da era colonial. A entrada é marcada por quatro vãos de portas com verga reta, enquanto os demais andares também contêm aberturas de janelas com as mesmas particularidades. Por sua vez, seu acabamento superior é feito com cimalha, beiral em dupla bica e telha cerâmica com seção curva.

Figura 41 – Pequena Companhia de Teatro, Rua do Giz.



Fonte: arquivo pessoal, 2020.

Atualmente, a edificação de aproximadamente 600m<sup>2</sup> abriga a Pequena Companhia de Teatro, sede artística em atividade desde 2005. Analisando de uma forma mais profunda, é possível dizer que não se pode imaginar esse núcleo de artes situado em outro lugar que não seja o Centro Histórico, região já conhecida pelas raízes culturais e veios artísticos. O sobrado é também lar de Pedro, artista local, 52 anos. Nesse momento, fica bem perceptível as funções mistas presentes no imóvel: moradia e trabalho em um mesmo ambiente, sendo regido ainda pelas questões teatrais. Em conversa com o morador, tais ponderações ficam ainda mais evidentes. Em suas narrativas, ele une lembranças afetivas as questões políticas, contando de forma singular sua experiência única de residência no perímetro tombado.

Pedro é morador do espaço histórico há 24 anos, desde o dia em que chegou na cidade. Logo ao iniciar a entrevista, é fácil perceber a adoração construída pelo local ao longo do tempo. Inicialmente, morava em uma casa menor, também no Centro, junto a sua esposa. A moradia no sobrado que institui atualmente a Pequena Companhia só se deu anos depois. Ao ser questionado sobre a representatividade do bairro em sua história de vida, é muito enfático ao frisar que a escolha pela região central vai muito além das conveniências cotidianas e se fixa como um ato político adotado pelos dois.

[...] o que eu mais insisto sempre, é que morar no Centro Histórico, morar no Centro da cidade é mais um ato político. Não é só o ato de moradia. É um ato político, justamente por essa questão de habitação. Habitar um lugar tão emblemático, de... humanizar esse Centro pelos equívocos recorrentes que acontecem em relação a essa ideia de ocupar o Centro. Essa coisa de secretarias, essa coisa de turismo, essa coisa de festas... e não se entende que a essência política da ocupação do local é a habitação, é a moradia, é o viver. (PEDRO, 2020).

A entrevista se inicia falando sobre o perímetro central. Para abordar a moradia é também fundamental sair da escala da edificação e se concentrar na esfera de cidade. Compreender o espaço em que a sua casa está inserida se faz essencial. De fato, para quem transpira arte, habitar um perímetro com uma herança cultural muito forte é parte importante da adoção de um conceito. Quando perguntado sobre os pontos positivos e negativos do bairro, Pedro frisa que, como qualquer região, o Centro possui benefícios e malefícios. Dentre as benesses, destaca o apego a questão patrimonial. O gosto pela história e cultura são aspectos primordiais, da mesma forma que o acesso é fácil, tudo é perto. Cita as qualidades como inegáveis,

entretanto, afirma que os aspectos negativos são comumente destacados com uma frequência muito maior, através da falta de entendimento do poder público.

Realmente, de uma forma mais geral, quando se fala do Centro Histórico as opiniões tendem a ser mais negativas do que positivas. Muitas das vezes, essas posições são colocadas de forma equivocada, sem o real conhecimento de causa. Pedro traduz muito bem esse pensamento ao afirmar que, geralmente, as “desvirtudes” são postas de maneira desacertada e, em sua maioria, perpassam pelo campo subjetivo do entendimento de cada sujeito. Aqui, cita consistentemente uma das maiores “difamações” a que o perímetro tombado é exposto: a de a área é perigosa. No entanto, não quer dizer que o perímetro histórico não possua defeitos. Porém, as representações estigmáticas já impostas pelo senso comum acabam ganhando mais espaço.

Pedro aponta que as tais “desvirtudes” são, na verdade, compostas por equívocos de opção e investimentos. Erros causados pelo poder público. Dessa forma, acaba por se ter um linear entre prós e contras. Ele comenta que, essa questão, não afeta diretamente o seu entendimento de boa moradia junto à esposa, apesar de que toca a cidade e seu entorno. É, de uma forma mais direta, um abalo no “que a gente gostaria que o Centro fosse”. Portanto, os pontos negativos estariam muito mais vinculados as questões políticas e a falta de um planejamento público e não ao espaço em si.

A cidade histórica, ao longo dos anos, já passou por algumas transformações consideráveis. Como morador de anos da rua do Giz, Pedro viu algumas delas acontecerem. Quando perguntado sobre as edificações locais e mudanças ao longo do tempo, ele afirma que as modificações, no entanto, não são habitacionais, e sim, relacionadas ao patrimônio construído. Há algum tempo atrás, a tradicional via possuía algumas edificações em estado de calamidade, caindo em ruínas. Entretanto, passou por um período de requalificação patrimonial extremo, que coincidiu com a chegada do entrevistado ao perímetro. O artista, busca na memória, o relato das alterações locais:

[...] a gente teve a sorte, a virtude de que quando a gente comprou esse prédio, tinha a rua praticamente em ruínas, digamos, e houve uma coincidência porque o Museu da Vale começou a ser construído aqui na esquina. O prédio da frente, que também era uma ruína, foi comprado e foi restaurado. Então, de repente, em 7 anos, a rua, especificamente, onde se encontra a Pequena Companhia de Teatro, sofreu uma transformação

absurda. Não habitacional, uma reforma absurda patrimonial. Ou seja, patrimonialmente a gente tem, eu falo sorte porque foi muito do acaso, não foi *duma* iniciativa pública específica, como agora *tá* acontecendo esse PAC das.... do Centro Histórico. Foi uma coincidência *dum* investidor que comprou o da frente, da Vale do Rio Doce que já tinha o projeto do Museu e de alguns vizinhos. Então, eu percebo sim nesse entorno mais próximo e agora a gente tem, por exemplo, o teatro da UFMA sendo construído aqui a um quarteirão também. Então, o entorno, patrimonialmente, menos por uma ação política e mais por uma ação imobiliária né, especulação imobiliária, sofreu uma transformação muito grande. Abrindo um pouco esse perímetro, aí não, aí a gente vê um pouco do mesmo né (PEDRO, 2020).

Um ponto importante a se destacar é que a região onde se encontra a Pequena Companhia de Teatro é cercada por órgãos públicos e secretarias do Governo, o que torna fraca a questão residencial da localidade. Transitando pela área, é comum observar o entra e sai de pessoas nos prédios relacionados ao Estado. Uma característica peculiar do entorno, são os carros estacionados nas laterais das vias. Estes permanecem até o término do horário comercial. Depois, as ruas ficam vazias, dando lugar a desertificação. Pedro confirma tal situação, afirmando que o que predomina na localidade é o funcionalismo público e que em dias de pontos facultativos a movimentação desaparece, dando lugar a uma calma sem igual.

Predominantemente, o entorno de onde se encontra a Pequena Companhia de Teatro não é residencial. Sendo assim, algumas questões importantes se vinculam a isso. Pedro aponta o “isolamento” como uma delas. Se sabe, que por natureza, a habitação é uma das grandes responsáveis por dar vida a um dado perímetro. Quando, em uma região, há a moradia como algo preponderante, conseqüentemente se tem a circulação de pessoas pelo espaço, logo a humanização da localidade. Ele dá um exemplo bem simples, relata que a existência de moradores atrai negócios e promove a convivência entre os indivíduos. Dessa maneira, se promove a socialização da zona e uso das áreas públicas.

Como decorrência da utilização de prédios da região para implantação de órgãos públicos, a humanização do perímetro diminui. Logo, Pedro aponta que usa muito mais sua própria edificação do que áreas públicas destinadas a convivência ou locais privados que proporcionem lazer e diversão, ao afirmar que “vivíamos em quarentena e não sabíamos”. Ao ser questionado sobre os espaços que mais frequenta em seu dia-a-dia, é enfático ao relatar que nas redondezas, praticamente nenhum. Porém, elege o Centro Cultural da Vale como maior estabelecimento de uso.



Para justificar a afirmativa, Pedro aponta os prédios desabitados que, segundo ele, são muitos. Mesmo que alguns tenham passado por um processo de restauração recente, não há habitantes, estão sem uso. Como a moradia não é forte na região, destaca, com pesar, que não costuma frequentar a casa de um vizinho para assistir um jogo, pedir um açúcar ou trocar uma ideia. Relata ainda que apesar de a Praça Valdelino Cécio ser bem perto, frequentar esse ambiente fora do “momento de celebração” do espaço se torna inviável: “você pensar numa quarta-feira, 9 da noite, descer na pracinha *pra* tomar um chimarrão é praticamente impossível, porque é tão deserto que você se assusta”. Assim, infelizmente, a praça se resume a um lugar de trânsito, onde esporadicamente, acaba se passando próximo.

É certo que o Centro já possui algumas representações impostas como estigmas. Entre as mais famosas, se pode citar a péssima mobilidade e a insegurança presente na região. Não é de hoje que esses pontos são fixados, de uma forma geral, por frequentadores e até por não usuários da localidade. Nesse momento, Pedro é questionado sobre esses dois aspectos. Aqui, faz questão de desmistificar, de forma singela, tais questões. Aponta que a segurança da área não se difere de nenhum outro bairro da cidade. Existe um bom policiamento, entretanto, garante que, como em todas as áreas da cidade, se deve sempre evitar exposições desnecessárias. Quanto a mobilidade, é enfático ao relatar que um dos maiores problemas que a zona histórica possui é em relação aos carros. Não se tem garagens nas edificações, da mesma maneira, não se tem estacionamentos para todos os veículos. Sobre esse ponto, é direto ao dizer que poderiam ser tomadas melhores soluções para minimizar essa situação, o que torna essa vertente mal resolvida. Por fim, novamente cita a falta de políticas públicas voltadas a proporcionar uma qualidade de vida melhor para o espaço.

A questão das políticas públicas volta ao foco no momento em que o questionamento é sobre o uso do “lado de lá” da cidade para resolução de problemas, necessidades e do desfrute direcionado ao lazer. Novamente, Pedro critica a falta de empenho relacionada a moradia local, o que acaba gerando limitações aos habitantes da região. De acordo com ele, não é que não existam estabelecimentos essenciais, é que as opções são reduzidas se comparadas aos outros bairros, garantindo uma certa frustração por parte dos moradores e ocasionando a precisão de atravessar a ponte. Um dos exemplos citados, é direcionado a gastronomia, onde as alternativas são poucas, o que gera a urgência de uma relação com outros bairros.

[...] é uma questão de necessidade mesmo, é uma questão de ocupação, é... do espaço como um todo. Mas, tem esse agravante por falta da política pública para habitação, para moradia no Centro, naturalmente que você acaba tendo limitações. Por exemplo, vamos falar da questão gastronômica. Ou seja, a questão gastronômica para a pluralidade que se tem aqui, para o tamanho desse entorno, falando aqui do tamanho desse projeto como um todo, não só o Reviver, é evidentemente, que em matéria de gastronomia as opções são poucas, pouquíssimas até. Ou seja, do outro lado você vai ter um leque muitíssimo maior em relação a questão. Aí você sai do horário comercial que digamos que é o mais delicado em relação a você precisar duma farmácia, você precisar *dum...* café, duma padaria, *duma* coisa, naturalmente que as opções são muito reduzidas, acaba tendo que estabelecer uma relação com o outro lado (PEDRO, 2020).

A falta de investimento nesse aspecto também acaba acarretando uma dificuldade na manutenção dos negócios locais. Nesse momento, Pedro cita um quadro que é comum na cidade toda e não se restringe só ao Centro Histórico. Por tempo, ocorre uma certa empolgação relativa a alguns espaços. É possível observar com clareza o número de estabelecimentos aumentar na mesma medida em que há o crescimento de frequentadores. Ocorre que, depois de um certo período, o entusiasmo cessa e se faz visível o fechamento de lojas e vendas. A este aspecto, se poderia culpar a falta de uma ideia mais ativa e políticas públicas relativas a ocupação e moradia de um perímetro que é, por si só, tão importante para a capital como um todo.

A essa altura, Pedro é questionado sobre o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) e seu trabalho na localidade. Esse órgão constitui outra representação forte. Como instituto responsável pela preservação do patrimônio, é dever do mesmo estabelecer ordens que devem ser seguidas, garantindo a permanência dos bens para as gerações presentes e futuras. É nesse momento que surgem as desavenças entre moradores e a instituição. No entanto, Pedro revela uma visão ímpar sobre o assunto. É possível dizer que essa questão perpassa, novamente, pelo campo da subjetividade: varia de pessoa para pessoa. O artista, como exímio residente local, possui o verdadeiro espírito de cidadão do patrimônio histórico. Diferente da maioria dos residentes do Centro, seu pensamento se mostra solícito. Suas opiniões são consistentes e se direcionam da melhor maneira para a manutenção da área.

Apesar de destacar o trabalho espetacular que é realizado pela instituição, também cabe uma crítica a falta de informações divulgadas pelo próprio órgão. Geralmente, um dos grandes responsáveis pela degradação de um espaço é justamente o pouco conhecimento relativo a ele e suas formas de preservação. Se os

moradores soubessem as melhorias que são trazidas pelas ordens estabelecidas, teriam menos problemas e, conseqüentemente, as edificações locais estariam em cenário superior ao que se encontram atualmente.

Eu acho que o trabalho do IPHAN é espetacular e muito mal compreendido. Ou seja, nós dentro das experiências aqui... essa ideia de que o IPHAN não deixa isso, não deixa aquilo e tal, que não sei o que, que é absurdo, que pedem pra usar menos cimento na massa.... ou seja, os absurdos eu a gente ouve do IPHAN, também é desinformação. Acho que o IPHAN, nesse caso, deveria investir em informação sobre o próprio órgão, que é incrível o que eles fazem. Ou seja, é fácil de entender. Quando eles oferecem uma orientação sobre que tipo de reboco usar na parede, não é que são malucos. Na verdade, se você usa a porcentagem 100% cimento, 30% de cal e o resto de areia e tal, você *tá* favorecendo a sua reforma. Isso deixa a parede respirar, porque *tá* com cal. Mas, isso são orientações que quem não tem informação, pensa que é uma loucura, que é uma frescura e que vai deixar feio, e, na verdade, não. São coisas que vão preservar o seu patrimônio, vão preservar o que você investe (PEDRO, 2020).

Ainda em decorrência da preservação das edificações tombadas e a frustração recorrente dos moradores devido as restrições impostas pelo IPHAN, é correto apontar que tal situação também depende do senso adquirido por cada habitante. Pedro reforça o fato exposto através de experiências adquiridas ao longo dos anos e de uma opinião forte sobre indivíduos que não respeitam as normas estabelecidas para o mantimento adequado dos prédios que constituem o patrimônio.

[...] ele presta um serviço muito importante. Nós aqui fizemos pequenas reformas, mas tudo sobre orientação deles. Ou seja, facilitando o caminho. Só que aí, lógico, aí entra o problema, você não pode botar forro, você tem todo um *madeirão* incrível, de 200 anos históricos, certo? Você não pode cobrir, você tem que deixar isso a vista. Isso esteticamente é incrível. Mas se você não gosta disso e gosta do forro de gesso e tal, você não pode adquirir um prédio no Centro Histórico, você vai comprar um apartamento lá do outro lado da ponte, que você não vai ter um *madeirão* exposto. Então, aí também, novamente, vai muito dessa... dessa questão cultural, dessa educação formal mesmo. Acho que você ao longo de toda a tua entrevista, acho que o que tu mais vai ouvir é o povo xigando o IPHAN, porque não deixou eu fazer piscina, porque não deixou eu fazer não sei o que, porque não deixou eu fazer não sei quanto. Você quer ter uma piscina em casa, você não compre um prédio tombado e no Centro Histórico, vá comprar sua piscina lá na Península. Então.... nesse sentido não, a gente respeita muito, independente da questão política, das gestões e tudo, porque isso também tem seus problemas, mas é um órgão fundamental pra que aquele que entender a função do IPHAN e estiver a fim de dialogar com ele vai ter sua moradia com melhor qualidade. Ou seja, e não o empecilho e tal, não sei o que. *Pra* nós foi fundamental e respeitamos tudo aquilo que eles nos orientaram (PEDRO, 2020).

O entrevistado também se mostra conhecedor dos planos de reabilitação e requalificação que forma impostos ao Centro. Não formalmente, mas reconhece

algumas pequenas iniciativas que, segundo ele, são ações tímidas. O PAC Cidades Históricas, por exemplo, ele define como um projeto extraordinário. A requalificação de prédios que estavam em ruínas foi, sem dúvidas, importante para o patrimônio. Dessa forma, acaba trazendo melhorias para o bairro e sua qualidade de vida, gerando renda e turismo. Entretanto, aponta que sente falta de projetos relativos a habitação, onde os mesmos poderiam ser melhor dotados as políticas locais.

É notório que, para Pedro, habitar o Centro Histórico é uma questão natural e satisfatória. Através de suas expressões e falas, é impossível não perceber a sua adoração pelo local onde habita. Parte de seu conceito de vida e adoção de seu posicionamento político, morar no patrimônio cultural é uma experiência singular. Não seria precipitado falar que o artista possui o verdadeiro espírito de morador do perímetro tombado. Portanto, aqui se insere parte importante ligada ao conceito de habitação: o pertencimento.

[...] volto a insistir, aqui que eu me sinto. É aqui que eu me sinto morador, é aqui que eu me sinto cidadão, é aqui que eu me sinto pertencendo ao lugar, pertencendo em relação a questão política mesmo. Então, o sentido de pertencimento a gente encontra sim nesse prédio. Mais hoje do que 7 anos atrás. A gente tem uma outra casa, menor, mas que também era. Mas pelo o que representa hoje esse prédio, o que representa a Pequena Companhia de Teatro *pra* cidade, o que representa a nossa história, é... esse pertencimento é importante (PEDRO, 2020).

Quando o foco da entrevista sai da Cidade Histórica e se fixa na sua edificação, é visível sua reverência ao sobrado que abriga a Pequena Companhia. Para introdução nesse contexto, Pedro foi questionado sobre a história de seu imóvel e a sua narrativa mais marcante. Ele é sempre enérgico ao citar a questão histórica. A importância que o prédio possui por sua herança colonial ligada a maior relevância que adquiriu por se tornar palco artístico, sendo reconhecido e deixando seu marco nas vertentes teatrais da cidade, despontam como fundamentais.

Nesse momento, surge a narrativa construída ao longo dos anos. Novamente, se faz presente o tópico relativo ao pertencimento. Ele cita que a parte residencial está ligada a estética e a decoração, que se fixam como parte de seu “DNA” junto a esposa. Este, estaria vinculado as “questões de coração”, onde cada objeto traz consigo uma carga de suas histórias, garantindo uma “estética e um design de interiores que abraça”. Essa afirmativa, novamente, pondera o conceito de vida adotado pelo casal, onde a personalidade é um ponto fundamental, que influenciam suas decisões para o lar: “chegar aqui e contratar um arquiteto, ir numa loja de

interiores do outro lado e daí formalizar toda uma estrutura cética sem identidade, sem história”. A narrativa afetiva se mostra forte ao relatar que “tudo o que a gente vem guardando, as nossas histórias e transformando em decoração, em arte, em estilo e todo esse processo histórico” formam, hoje, quem eles são. Dessa maneira, os laços com a edificação se estreitam e esse “DNA de cada um de nós, dessa história de cada um de nós que dialoga com nosso pensamento político”.

Aqui, se faz importante um questionamento a aliança entre trabalho e moradia, já que o uso misto é característica do sobrado. Indo na contramão de uma das grandes representações impostas pela sociedade, onde se afirma que a união dessas duas vertentes se faz complicada, visto a dificuldade de controle de tempo e espaço, Pedro mostra que habitar e trabalhar em um mesmo prédio é, na verdade, parte simples de seu dia-a-dia. Novamente, essa questão se fixa como subjetiva, variando de acordo com o indivíduo e sua forma de residir.

Em seus relatos, ele deixa claro o peso forte do estigma que uma habitação que se une ao trabalho recebe. É comum que se associe esse fato a uma complexidade e um pessimismo que não é condizente. Mais uma vez, esse ponto varia de acordo com o perfil do morador e sua maneira de utilizar a casa. Quanto a esse assunto, revela só observar virtudes e aponta esse fato como uma experiência singela:

Isso é uma coisa que se considera, de um modo geral, estamos falando de uma coisa muito complexa, uma coisa muito ruim, uma coisa muito difícil... que *pra* nós é totalmente ao contrário. Ou seja, é absurda, e aí é muito mais o perfil do morador, o perfil do artista, do seu perfil psicológico... é absurda a vantagem, o incrível de você poder pensar nessa ideia de que trabalhar, morar, digamos, num lugar onde você trabalha em todos os assuntos, em todos os aspectos. Mas, como artistas que somos, essa *desformalidade* de horários, ou seja, essa questão de você poder usar o seu tempo criativo no momento em que ele aparece e não necessariamente naqueles horários já determinados. Você pensar, imaginar que você tem uma ideia, você precisa desenvolver... você quer trabalhar você sobe uma escada e você tá no trabalho. Da mesma maneira, se exauriu, você desce e vai jantar, vai almoçar. Então, eu só vejo virtudes e é uma experiência única, porque antes disso a gente trabalhava e ensaiava em outro lugar, voltava pra casa e tal (PEDRO, 2020).

Por sua vez, o sobrado possui características marcantes. A edificação é grande, somando 3 pavimentos e quase 600m<sup>2</sup>. O térreo possui dois grandes salões que são destinados a reuniões e trabalhos coletivos. Conta ainda com dois banheiros, cozinha e um grande terraço. O primeiro pavimento já um espaço mais intimista, sua residência junto a mulher. As salas de estar e jantar, uma suíte com grande banheiro e o quarto de hóspedes constituem a área. No último andar, no entanto, já se encontra



a Pequena Companhia de Teatro, em um perímetro amplo para a realização das tarefas artísticas. Em anexo, ainda se tem um banheiro. Os croquis abaixo permitem uma melhor visualização do perímetro:

Figura 42 – Layout do térreo do sobrado.



Fonte: desenvolvido pelo autor, 2020.

Figura 43 – Layout do primeiro pavimento do sobrado.



Fonte: desenvolvido pelo autor, 2020.

Figura 44 – Layout do segundo pavimento do sobrado.



Fonte: desenvolvido pelo autor, 2020.

Pedro discorre que quando comprou o edifício, um grande trabalho de restauro já havia sido feito. As modificações que o casal precisou efetuar ficaram por conta dos pequenos desgastes consequentes dos 6 ou 7 anos em que permaneceu fechado. O artista garante que a reforma sempre seguiu as diretrizes solicitadas pelo IPHAN, da mesma maneira que o órgão também acompanhou e inspecionou todo o processo. Entre as mudanças que foram executadas, ele cita:

[...] foi feita uma parede dividindo os 2 quartos, o que seria um quarto só, virou 2 quartos, com gesso acartonado conforme o IPHAN orienta; o que seria uma área aberta, meio um *loft*, que seria os dois quartos, não tinha portas... tinham as marquises, mas só os vãos... então nós pegamos a porta original e reproduzimos todas portas, botamos as portas no lugar, pros quartos poderem ficar fechados, tanto o quarto do casal, tanto o quarto de hospedes; pintura e reboco mantendo e atendendo as porcentagens do IPHAN; esse pequeno tanque de lavar roupa no pátio do térreo e só. De mudança mesmo, de intervenção, o que fizemos foi só isso (PEDRO, 2020).

Dando mais detalhes, ele revela que todas as modificações foram feitas somente na parte interior da edificação. O casal não teve o fôlego necessário para garantir a revitalização do exterior que, atualmente, necessitaria de um trabalho mais efetivo. Dentre os motivos, cita que a falta de incentivo do Governo, que não oferece apoio aos moradores do Centro da cidade, mas ao mesmo tempo, está sempre reformando prédios para servirem o Estado. A falta de capital também está entre as

motivações que não permitem mudanças no exterior do prédio, já que a fachada possui aproximadamente 11 metros, com três pavimentos, o que provocaria altos custos que, no momento, não teriam condições de arcar.

Pedro também foi questionado sobre os ambientes que mais utiliza no seu dia-a-dia. Esse ponto, inclusive, compõe seu conceito de vida, onde “nada é à toa, nada é de enfeite”. Portanto, aponta que não existe um espaço da casa onde ele e a esposa desfrutem mais ou menos. Isso se estende as áreas voltadas a habitação e as direcionadas ao trabalho com o teatro. A ideia de ocupação do prédio é muito bem pensada para que o mesmo seja sempre ativo, esteja sempre “vivo”. O pensamento de propriedade é tanto, que cita o quarto de hóspedes como o possível cômodo que recebe menor atenção. Entretanto, a visão de um bom lar, para eles, também necessita de uma boa movimentação de parentes e amigos, que costumeiramente estão sempre utilizando tal perímetro.

Figura 45 e Figura 46 – Salão e terraço, ambos no térreo do sobrado.



Fonte: arquivo pessoal de Pedro.

Figura 47 e Figura 48 – Salas de estar e jantar, primeiro pavimento do sobrado.



Fonte: arquivo pessoal de Pedro.



Figura 49 e Figura 50 – Suíte e Pequena Companhia de Teatro, primeiro e segundo pavimento, respectivamente. .



Fonte: arquivo pessoal de Pedro.

Para falar de habitação é sempre imprescindível discorrer sobre a adaptação a edificação ao longo dos anos. Se torna ainda mais essencial, quando o espaço de moradia é localizado na Cidade Histórica, local onde o tempo é peça chave e constitui herança de um período importante na história do país. Como já imaginado, essa ideia de adequação é muito ampla, visto que pode se encaixar em diversas vertentes, seja relativa a outras noções de casa ou direcionada ao ajuste pessoal a um prédio antigo em um perímetro tombado.

Para tocar nesse assunto, Pedro se mostra cauteloso. Primeiro, se refere a adaptação se comparada a outras edificações. É que a vida, para ele, sempre foi ali. Desde que chegou a São Luís, escolheu o Centro para fixar residência. Desse modo, não pode existir uma comparação com outros locais de moradia, já que não conhece outras formas de morar na cidade. Portanto, é ainda mais enfático ao falar que “eu não posso falar o que é morar em condomínio, não posso falar o que é morar em um prédio, pagar condomínio, dividir área de lazer, o espaço privado”.

Depois, discorre sobre os pontos voltados as questões arquitetônicas. Ao ser questionado sobre um possível desconforto, em qualquer âmbito, já que o prédio possui uma estrutura antiga, novamente, cita suas opções políticas. A ideia de preservação, contribuição patrimonial e histórica é muito forte. Se for levado em consideração seu trabalho voltado as raízes artísticas, a “ancestralidade” da edificação, se torna ainda mais importante. Pedro discorre que, desde que inauguraram a Pequena Companhia, milhares de pessoas já transitaram pelo local, em torno de umas 7 ou 8 mil. Portanto, a potente herança colonial do imóvel se torna

ainda mais fundamental, se configurando como um dos motivos que os levaram a decidir habitar o local.

Para embasar ainda mais seu ponto de vista, conta que a vida vai bem e a edificação consegue atender a todas as suas necessidades junto a esposa. Ser antiga e possuir carga histórica não causa frustração, pelo contrário, soma ainda mais ao conceito adotado pelo casal. Os pequenos desconfortos foram bem solucionados com a ajuda do IPHAN, como a pequena adaptação feita no pátio, onde foi colocado um tanque para lavar roupas. Pedro é sempre enfático ao afirmar que o prédio possui sua própria inteligência arquitetônica, onde não há equivoco, dificuldade ou distância do que se tem nas moradias do “outro lado da cidade”.

Finalizando a conversa, o entrevistado é levado a pensar sobre a questão da atualidade: a pandemia do COVID-19. Visto que o vírus modificou vidas ao redor de todo o mundo, se fez necessário abrir um parêntese nessa conversa. Compreender como se tem vivido com esse quadro de quarentena no Centro Histórico, é também fundamental para entender as modificações que ocorreram no perímetro nos últimos meses e como isso tem afetado as formas de morar dos habitantes da região.

Pedro é muito transparente em seu ponto de vista: para ele, tal situação só o fez perceber que, junto a sua esposa, já viviam em quarentena sem saber. Com uma edificação tão grande, de quase 600m<sup>2</sup>, é comum que se tenha ambientes de sobra para entretenimento em sua própria moradia. A vida da atualidade necessita disso. Como já visto, a casa contemporânea tem a difícil função de entreter seus usuários. As demandas do mundo atual são muitas. Portanto, se poderia dizer que esse seria um ponto a favor para o sobrado da Rua do Giz.

Porém, novamente, essa é uma questão que perpassa o campo da subjetividade. Outra vez, ocorre uma variação muito grande de acordo com o perfil do morador. Pedro se classifica como um “ermitão por natureza”, o que facilita sua vida na quarentena. Com a oportunidade de ter uma edificação que comporte a moradia e o trabalho, suas saídas de casa se tornam poucas, se restringindo a idas a farmácia e ao supermercado. Dessa maneira, o quadro de pandemia não afetou em nada a sua rotina pessoal. Entretanto, ao falar das questões empresarias, caracteriza como atroz as modificações que ocorreram em seu empreendimento. O teatro necessita de presença, essa arte necessita do contato entre as pessoas.

[...] Evidentemente, estamos falando que aqui dentro tem um teatro. Então isso foi grotesco, atroz o que isso provoca na nossa dinâmica como



companhia. É atroz porque afeta... nós somos uma ponta. Ou seja, é uma arte que precisa da presença, é uma arte que depende basicamente da presença. Ou seja, nada no teatro se faz sem esse presencial. Então, aí é *pra* tu ter consequências a pequeno, médio e longo prazo. No nosso caso, acredito que só vá ter algum tipo de recuperação daqui a um ano ou um ano e meio. Isso no campo profissional, como uma companhia de teatro, como um prédio histórico que abre as portas *pro* público. Do campo pessoal não, no campo pessoal *tá* muito tranquilo (PEDRO, 2020).

Ao estender os questionamentos para o entorno de sua edificação, Pedro afirma que tudo foi bem assimilado na localidade. Enfatiza, no entanto, que isso ocorre em seu perímetro de habitação, próximo ao Reviver, mas não se aplica a outras áreas como a Rua Grande. A essas regiões onde o isolamento não está sendo seguido à risca, ele faz duras críticas a população sobre o não entendimento do que está se passando no mundo. Em suas idas de urgência a estabelecimentos comerciais, que se localizam mais afastados da sua residência, ele conta ser possível observar filas e aglomerações, o que torna assustadora a falta de compreensão sobre o isolamento.

É possível perceber que, para Pedro, a moradia no Centro Histórico é muito tranquila. Muito por suas questões pessoais e adoções políticas, o habitar o perímetro tombado se torna algo simples e correspondente as suas expectativas. Ao término da conversa, é impossível imaginar o diretor teatral habitando outro bairro que não seja esse, regido por cultura e arte. Não por acaso, ele desmistifica muitas das representações sociais já impostas pelo coletivo ao local estudado.

Através de suas falas e expressões, foi possível destacar ainda mais as fortes representações sociais que rondam o perímetro histórico. Na tabela a seguir, as informações impostas pelo senso comum são expostas junto ao campo de representação do entrevistado e sua devida atitude, que pode ou não confirmar tais apontamentos.

Tabela 03 – Tabela de análise das representações sociais – Pedro.

INFORMAÇÃO	CAMPO DE REPRESENTAÇÃO	ATITUDE
O Centro Histórico não é mais pensado como um lugar de moradia	“[...] Essa coisa de secretarias, essa coisa de turismo, essa coisa de festas... e não se entende que a essência política da ocupação do local é a habitação, é a moradia, é o viver [...]”. “[...]o poder público se mobilize <i>pra</i> que essa consequência aconteça, que a gente tenha um bairro residencial aqui como sempre foi”.	Orientação do entrevistado foi favorável à representação social. Representação se caracteriza

		como verdadeira.
A população reconhece o patrimônio como seu	“Sim, volto a insistir, aqui que eu me sinto. É aqui que eu me sinto morador, é aqui que eu me sinto cidadão, é aqui que eu me sinto pertencendo ao lugar [...]”.	Orientação do entrevistado foi favorável à representação social. Representação se caracteriza como verdadeira.
A população usufrui dos espaços públicos	“[...] o prédio que a gente teoricamente mais usa é o Centro Cultural da Vale. Pelas atividades culturais que ele oferece, né [...] não.... é um prédio público, teoricamente público. Privado hoje, porque a Vale foi vendida equivocadamente muitos anos atrás”. “[...] você pensar numa quarta-feira, 9 da noite, descer na pracinha <i>pra</i> tomar um chimarrão é praticamente impossível, porque é tão deserto que você se assusta [...]”.	Orientação do entrevistado não favorável à representação social. Representação se caracteriza como frágil.
O Centro Histórico é um dos lugares mais inseguros da cidade	[...] a difamação, a ideia de imaginar que o Centro Histórico é um lugar violento. Na verdade, a cidade é violenta em todos os seus espaços, há um estigma de que aqui é a maior ou a menor violência. Não há nenhum estudo em relação a isso, você percebe que a violência impera na cidade toda”. “A segurança eu consideraria boa porque é muito policiado. Ou seja, temos delegacias, temos movimentos [...]”. “[...] Não creio que seja um policiamento inferior aos policiamentos feitos em outros bairros da cidade [...]”. “[...] Então o problema de segurança pública é municipal, e não especificamente do bairro”.	Orientação do entrevistado não favorável à representação social. Representação se caracteriza como frágil.
O Centro Histórico possui mobilidade ruim	“[...] evidentemente o problema maior de mobilidade que o Centro Histórico tem, por conta desse mau pensamento e dessa má organização sobre o quesito de moradia, é a questão, é.... de estacionamento. Ou seja, é a lógica do Estado, do poder público em relação a questão de carros é péssima e muito mal	Orientação do entrevistado foi favorável à representação social.

	<p>resolvida, e tem soluções no mundo todo fácies de serem aplicadas, que poderiam desopilar o Centro Histórico desses carros todos, dessa dificuldade de transito que se tem, dos próprios engarrafamentos, mas basicamente de estacionamento, com “N” possibilidades [...]”.</p> <p>“[...] o Centro é pensado e equivocadamente pensado como funcionalismo público, e não é pensado a quantidade de carros que vão desovar, do outro lado <i>pra cá</i>, no mesmo horário, no mesmo momento e não se pensar numa solução ágil. Então, em matéria de mobilidade é ruim e aí logicamente que o morador, de novo, ele se penaliza, porque você não tem garagens, os prédios não têm garagem e, naturalmente, se você tiver veículo, você fica sem estacionamento”.</p>	<p>Representação se caracteriza como verdadeira.</p>
<p>Os órgãos de preservação não mantêm uma boa relação com os moradores</p>	<p>“Eu acho que o trabalho do IPHAN é espetacular e muito mal compreendido [...]”.</p> <p>“[...] O IPHAN não é só um facilitador, mas como um dos elementos que gerou economia <i>pra gente</i>. Eu já teria pintado essa sala, onde estou, no mínimo 6, 7 vezes nesses 7 anos. Eu já teria gastado em média, sei lá, 15 mil reais só <i>pra</i> essa sala em 7 anos, desde o dia em que nós pintamos, 7 anos atrás, está igual, internamente. Aí externamente já são outras questões. Então, eu tenho muito prestígio, eu gosto muito, digamos, do trabalho do IPHAN”.</p>	<p>Orientação do entrevistado não favorável à representação social. Representação se caracteriza como frágil.</p>
<p>As reformas nas edificações são complicadas</p>	<p>“[...] O IPHAN sempre visitando, olhando, discutindo com a gente, pesquisando. Mas volto a dizer, foi iniciativa nossa. Não só de pedir as autorizações legais e tal, como também, já que a gente <i>tava</i> pedindo autorização e <i>tava</i> tendo que responder, a gente aproveitou pra se orientar com todas as necessidades e orientações possíveis”.</p>	<p>Orientação do entrevistado não favorável à representação social. Representação se caracteriza como frágil.</p>
<p>Morar em uma edificação histórica, de arquitetura luso-</p>	<p>“[...] nenhum tipo de desconforto pelo prédio ser antigo. Os pequenos desconfortos que poderiam acontecer, o IPHAN se encarregou de nos orientar e nos possibilitar [...]”.</p>	<p>Orientação do entrevistado não favorável à representação social.</p>

maranhense, é ruim	“[...] Então não há, por ser velho, por ser antigo, algo de inviabilidade que faça com que o nosso morar seja um morar constrangedor por algum motivo”.	Representação se caracteriza como frágil.
--------------------	---	---

Fonte: desenvolvido pelo autor, 2020.

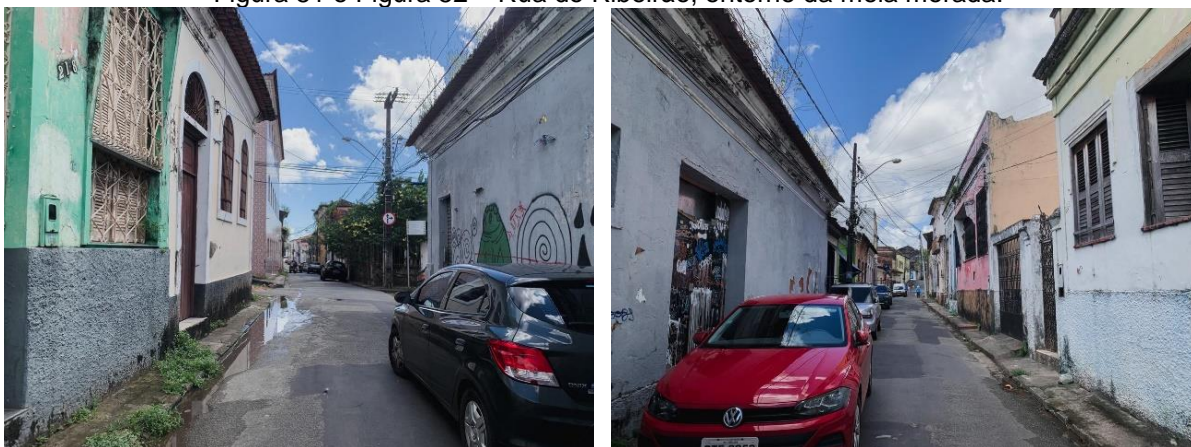
Analisando a tabela exposta, é possível perceber que algumas das representações sociais, de uma forma geral, estabelecidas pela coletividade, se configuram como verdadeiras, e outras, como frágeis e irreais. É interessante perceber como as percepções mudam de indivíduo para indivíduo, pautadas em suas visões de mundo, ideias e reconhecimentos. Para Pedro, a maioria se fixa como narrativas imaginárias, apontadas pela sociedade de uma forma inconstante na realidade.

### 6.3 Meia morada – Rua do Ribeirão, nº 80

Saindo um pouco mais das proximidades do Reviver, adentrando o bairro central, o cenário se transforma. É possível perceber a presença de um perímetro que contém características residenciais, marcado por edificações de menor porte. Aqui, é fácil observar casas com tipologias típicas do período colonial, como a meia morada, morada inteira e porta e janela. Venâncio (2002) caracteriza esse trecho como de predominância habitacional unifamiliar, onde grande parte se situa entre a Rua do Egito e o Largo Santo Antônio, da Rua dos Afogados à Beira Mar. Nessa zona, se encontram a Igreja Santo Antônio e a Fonte do Ribeirão, impostas na lista de Patrimônio Mundial da Unesco.

Segundo Luíz Phelipe Andrés (2008), em colaboração com o livro São Luís: Ilha do Maranhão e Alcântara, a Fonte do Ribeirão foi construída em 1796, objetivando o abastecimento de água para a região. Grande pátio revestido com pedras de cantaria, possui paredes de alvenaria que fazem sua proteção. Com o passar do tempo, perdeu o uso a que foi destinado inicialmente, se transformando em ponto turístico e um dos lugares mais emblemáticos do Centro Histórico. Foi essa construção que tornou famosa a Rua do Ribeirão, também imposta nessa área, se caracterizando como uma tradicional via composta por residências.

Figura 51 e Figura 52 – Rua do Ribeirão, entorno da meia morada.



Fonte: arquivo pessoal, 2020.

A Rua do Ribeirão é também conhecida no Centro. Talvez não tão popular quanto a Rua do Giz, mas possui renome. É aqui que conversamos com Nina, uma contadora de 62 anos que, sozinha, habita a meia morada na tradicional via próxima à Beira Mar. Moradora de uma vida toda da região, suas narrativas são carregadas de lembranças singulares. É fácil perceber a adoração pelo local em que nasceu e cresceu, colecionando boas memórias que foram gentilmente compartilhadas durante o diálogo.

Figura 53 – Meia morada, Rua do Ribeirão.



Fonte: arquivo pessoal, 2020.



Diferentemente do Pedro, da Pequena Companhia de Teatro, Nina habita a região central sem objetivos políticos. Pelo contrário, aqui as questões políticas ficam um pouco de lado, cedendo espaço para as histórias pessoais. De início, discorre um pouco sobre o Centro. Suas visões são consistentes, afinal, são 62 anos inserida no perímetro histórico. Ao ser questionada sobre a representatividade do bairro em sua vida, ela se apega as questões sentimentais. Cita os vizinhos que conhece há anos, apesar de não ter o contato direto diariamente, devido a correria do dia-a-dia. Animada, a via garante esse bom relacionamento. Relata que a rua possui predominância residencial, com a presença de muitas famílias. É um espaço bem localizado, perto de tudo e tranquilo, onde considera ser um bom perímetro para morar.

Quando indagada sobre como é residir no Patrimônio Histórico, Nina revela que acha bom e se pudesse optar escolheria continuar habitando o local. Fica evidente em sua fala, que reconhece um certo abandono ao Centro Histórico, entretanto, relata que o mesmo vem sendo valorizado nos últimos anos. O fato da rua ser predominantemente habitacional, proporciona poucas mudanças. Os vizinhos acabam por ser os mesmos e apesar de novos terem se incorporado a região, já faz um tempo considerável, como 8 ou 9 anos, portanto, já se acostumaram.

Eu gosto de morar aqui, eu gosto da minha casa e eu acho que vou ficar aqui até morrer, eu não pretendo sair, eu gosto muito daqui. Lógico que nenhum lugar é às mil maravilhas, mas eu gosto, eu não tenho nada do que reclamar não, eu gosto daqui (NINA, 2020).

Como em todo o lugar, Nina aponta que existem pontos positivos e negativos. Segundo ela, os benefícios são inegáveis e continua habitando o espaço já que são vários. Entre eles, o fácil deslocamento, tanto no próprio centro quanto para bairros adjacentes. Tudo é muito perto, o comércio existe nas proximidades, o que dispensa a preocupação com estacionamento. Se deslocar para shoppings do outro lado da ponte é também caracterizado como fácil. Seu trabalho, no Parque do Bom Menino, ela pondera como próximo, apesar de nesse ponto, fazer uso do carro. Nesse caso, a praticidade é um ponto alto. Como malefícios, ela cita, principalmente os pedintes que batem de porta em porta ou abordam clientes dos bares do Reviver. Depois, cita a segurança, apesar de afirmar que o Centro não é mais perigoso que os outros bairros da cidade e que o estigma imposto pela população é que se constitui

como forte. Entretanto, acredita que o poder público poderia investir mais nessa questão para maior conforto dos moradores.

Foram esses pontos positivos já citados que contribuíram sobremaneira para a permanência de Nina no Centro. Com o crescimento da cidade de São Luís, várias foram as pessoas que trocaram o perímetro histórico por outros bairros. A contadora, no entanto, decidiu continuar a vida no espaço central. Novamente, ela se mostra apegada a casa onde nasceu e cresceu. Ela frisa que vários foram os investimentos efetuados na residência para que a mesma ficasse a sua cara. Ao falar do espaço tombado, também importante relatar que as edificações não podem ser totalmente alteradas, devem seguir normas de preservação. Com isso, a venda da meia morada se torna mais complexa. A dificuldade para modificações, principalmente na fachada, seriam um empecilho.

Nina relata que vender a casa não seria fácil, já que a mesma não possui garagem e a fachada não pode ser alterada para a implementação de uma. Ela afirma que esse é um dos grandes problemas para seus vizinhos que possuem carro. Geralmente, eles utilizam o estacionamento do posto de combustível do entorno como estacionamento. Entretanto, ficam reféns dos horários onde esse uso é permitido. Pela manhã não pode, só a noite. Por conta da desertificação local, na madrugada também não é recomendável sair, pois o trajeto não é seguro. A vizinhança, no entanto, já está acostumada. Novos moradores teriam uma certa dificuldade para aceitarem tais ponderações.

Quando o assunto são as edificações locais, Nina comprova que o perímetro onde se encontra a Rua do Ribeirão é predominantemente habitacional. No entorno de sua residência, existem alguns pontos comerciais, como uma clínica, a mercearia, um sobrado que foi recentemente vendido para o Estado e o Colégio Santa Teresa, com quem divide o muro dos fundos. No entanto, frisa que esse é o cenário dos arredores de sua casa. Ela faz uma divisão imaginária da “Fonte do Ribeirão *pra lá e pra cá*”. Da Fonte para lá o contexto se transforma, já é possível observar um comércio mais ativo. Ela cita, inclusive, o Edifício Colonial e a Rua do Sol.

As edificações, no entanto, em sua maioria, possuem uma boa conservação. Isso muito se dá graças ao seu tombamento. As fachadas não podem ser alteradas, mas podem ser pintadas. Aqui, tanto as casas quanto os pontos comerciais possuem um bom estado de preservação, Nina afirma que as pessoas, de uma forma geral, cuidam bem de seus imóveis.

Quando questionada sobre as modificações nas edificações ao redor de sua residência, Nina discorre que poucas são as casas que estão sem uso. Ela cita que seu quarteirão é o que possui maior índice de edificações abandonadas, totalizando um total de 4 imóveis. 3 em sua rua, onde os vizinhos, já antigos, faleceram. No mais, não notou que os prédios vêm perdendo o uso, pelo contrário, tudo corre normalmente como sempre.

No entanto, garante que não frequenta muito as edificações ao redor da sua. Em seu entorno, o local que mais usufrui é, na verdade, um espaço público. A Beira Mar é o local que comparece sempre para colocar as caminhadas em dia. Entre os benefícios da avenida, ela aponta as calçadas largas, que contribuem para um trajeto mais confortável e seguro, que geralmente termina na Praça Maria Aragão, subindo a escadaria da Praça Gonçalves Dias, para só então voltar.

Nesse momento da conversa, também é questionada sobre a mobilidade e a segurança local. Esses dois pontos são sempre muito criticados no Centro Histórico pela população em geral. Entretanto, de uma forma muito calma, desmistifica esses assuntos. Quanto a mobilidade, ela relata que não vê problema. Os ônibus são de fácil acesso e levam para todos os locais da cidade, da mesma maneira, pedir táxis ou carros de aplicativos é também muito simples. Além disso, tem a praticidade de tudo ser muito perto, onde nem sempre é necessário fazer uso de automóveis. Sobre a segurança, ela revela que poderia ser melhor, mas nada pior que em outros bairros. Porém, confessa que não fica exposta e sempre procura ter o cuidado necessário, o mesmo que é preciso ter em outras áreas de São Luís. Sua rua, porém, conta com o trabalho de um ronda, que percorre o perímetro durante a noite.

Durante o diálogo, Nina se mostra muito confortável ao relatar sua experiência habitando o Centro Histórico. É perceptível o carinho que desenvolveu ao longo dos anos pelo espaço em que mora. Quando perguntada sobre sua relação com o “lado de lá” da cidade, confessa que consegue fazer tudo pelo perímetro central, entretanto, frequenta muito os outros bairros de São Luís. Por gosto, se descreve como “*shoppiana*”, sempre frequentando os Shoppings da capital. As praias, casas de parentes e amigos também entram na lista de locais que se localizam “no outro lado”. Portanto, acaba reconhecendo que utiliza mais os outros locais que o perímetro onde mora.

Nesse contexto, falar sobre o Centro Histórico é também falar sobre o patrimônio. Nina reconhece que não possui muito conhecimento sobre os programas

de reabilitação e requalificação que são impostos ao local, somente o que é exposto na mídia. No entanto, é bem enfática ao apontar que seria necessário um cuidado bem maior com a zona histórica, já que alguns planos que são adotados, acabam não possuindo continuidade. Ao falar sobre a sua rua, destaca a vontade de ver a via com um melhor asfaltamento, porém, preferia que fosse dada uma atenção maior aos prédios do Reviver. Frisa que, se existisse um olhar mais cuidadoso em relação ao patrimônio, toda a área seria muito melhor. Logo, a revitalização das edificações se faz necessária.

Esse, é o único momento, onde as questões políticas são expostas por Nina, ao longo de toda a conversa. Ao falar sobre alguns dos planos de reabilitação, cita o Projeto de revitalização do Reviver. É sempre bem enfática ao afirmar que acompanhou o processo pois a área faz parte de sua história de vida, sempre foi frequentadora ativa do local, já que gosta dos restaurantes e bares da região. Apesar de ter diminuído sua ida ao perímetro, por não concordar com algumas situações que acontecem na atualidade, afirma que as melhorias que o plano trouxe ao ambiente foram visíveis. Quanto ao PAC Cidades Históricas, outro projeto de seu conhecimento, aponta que, em sua opinião, pouca coisa foi feita. Embora não tenha total conhecimento de causa, discorre que um dos empecilhos dos planos que são elaborados para a Cidade Histórica é justamente o chamado “período de gestão”. Quando o tempo de administração dos políticos responsáveis acaba, nada é levado adiante. Com isso, só o patrimônio tem a perder.

Quanto aos órgãos de preservação, como o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), prefere não se ater a nenhum comentário específico. Entretanto, acaba por expor que os considera falhos. Dentre suas justificativas, afirma que é tudo muito burocrático, e chegar a um consenso é, na maioria das vezes, desgastante. Aqui, novamente, é citado o dito “período de gestão”, onde se “trabalha o tempo todo sobre a questão de que, se fulano vai assumir a direção disso, ele tem um pensamento. Aí fulano sai, entra outro, com outro pensamento”. Ou seja, existe dificuldade no processo de continuidade, o que acaba passando uma certa falta de credibilidade, contribuindo para gerar uma visão de fraqueza. Portanto, Nina é enfática ao declarar que não confia nos institutos de preservação e por isso não considera o patrimônio como seu.

Quando o foco muda para sua casa, o olhar de Nina se suaviza. É nítida a adoração pela edificação que habitou durante toda a vida. Questionada sobre a

história de sua residência e a narrativa mais marcante que possui dela, a contadora volta seu olhar para as lembranças afetivas que possui do local. Emocionada, discorre sobre as datas comemorativas que foram festejadas no local, relembando momentos com a família:

Essa casa... ai essa casa, é como eu te disse, é a minha vida. Eu nasci aqui, passei minha infância aqui, convivendo com moradores que até hoje moram também aqui. Os Natais na minha casa eram ótimos, os aniversários da minha mãe, que já é falecida, esses aí são inesquecíveis porque sempre era uma festa. Eu convivo com muita gente aqui na minha casa, é uma casa pequena, mas que sempre foi cheia de muita gente, né (NINA, 2020).

Mesmo com o passar dos anos, revela que o cenário continua o mesmo: ainda gosta de receber muita gente em casa. Apesar de ser um local pequeno, relata que as pessoas gostam de frequentar a sua residência. É evidente a satisfação que sente ao contar que seu lar poderia facilmente ser definido como acolhimento, já que as pessoas se sentem bem e apreciam visitar seu espaço. Tais aspectos a enchem de orgulho.

A meia morada, apesar de pequena, é bem organizada. Entre os cômodos presentes na edificação, se pode citar dois pequenos corredores que foram aproveitados para servirem como varanda e área de estudo, salas de estar e jantar, cozinha, banheiro, dois quartos, quintal, lavanderia, cozinha de apoio e terraço. Ao ser questionada sobre os ambientes que mais utiliza, é impetuosa ao afirmar que isso se resume a antes e durante a quarentena. Com a pandemia do COVID-19, ela tem utilizado todos os ambientes da casa, com frequência. No entanto, anterior a isso, pela correria do dia-a-dia, confessa que fazia uso de poucos cômodos durante a semana. Como saía de manhã e só retornava à noite, Nina usava com regularidade apenas a cozinha, sala, banheiro e quarto. Tal situação mostra que o modo de morar também se modificou com a eminência do vírus.

A adaptação do modo de morar também foi abordada ao longo do diálogo. Um dos grandes questionamentos sobre a moradia no Centro Histórico, em edificações tombadas e de arquitetura luso-maranhense, é se tais imóveis conseguem atender as necessidades do mundo atual, mesmo tendo sido construídos no passado, em uma época totalmente diferente. Ao analisar esse ponto, é possível se deparar com representações que afirmem que a o habitar em prédios que compõem o patrimônio deixa a desejar. Nina, novamente, desmistifica tal assunto. Ela aponta que,



nesse caso, o cenário perpassa pelo campo subjetivo. Depende muito dos moradores de cada residência e seus reais objetivos para com as mesmas.

Figura 54 – Layout da meia morada.



Fonte: desenvolvido pelo autor.

Por se tratar de uma edificação tombada, não são todas as modificações desejadas que podem ser realmente efetivadas. Mas Nina se denomina como “*cri cri*” e confessa que anualmente faz breves mudanças para se sentir bem. A casa nunca passou por uma grande reforma, são pequenas alterações para que possa ampliar seu conforto, que é sua grande preocupação. Revela que algumas atualizações já foram feitas, outras não, pois não possui a autorização necessária para isso. Logo, certas estruturas permanecem iguais, há apenas a conservação necessária para sua durabilidade. Mesmo assim, há o uso do antigo e do novo, de forma conjunta, e que o que não foi alterado consegue satisfazer suas necessidades da mesma maneira que as áreas que já foram. Tudo é uma questão de adaptação e isso não se caracteriza como um problema.

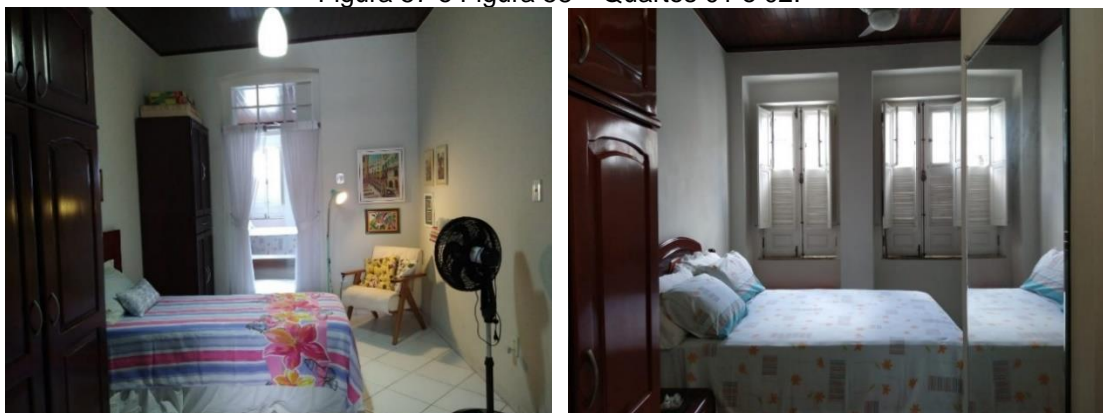
As reformas, no entanto, são feitas sem o contato com o órgão de preservação. Diferentemente de Pedro, a contadora não possui uma relação tão boa com os mesmos. Apesar de esse panorama não ser o mais recomendado, a comunicação com o IPHAN foi cortada há um tempo, após uma denúncia anônima prestada ao instituto, contra Nina. Atualmente, as alterações que são efetivadas na residência são conversadas com um funcionário que trabalha acompanhando suas pequenas reformas.

Figura 55 e Figura 56 – Salas de estar e jantar.



Fonte: arquivo pessoal de Nina.

Figura 57 e Figura 58 – Quartos 01 e 02.



Fonte: arquivo pessoal de Nina.

Figura 59 e Figura 60 – Cozinha e terraço.



Fonte: arquivo pessoal de Nina.

Durante a entrevista, Nina faz questão de deixar claro que a moradia no Centro Histórico é muito tranquila. Apesar das negatividades relativas ao espaço, que todos possuem, seja na região central ou outros bairros, afirma que não tem do que se queixar e gosta de habitar a região tombada. É possível perceber que a senhora de 62 anos desenvolveu uma relação afetiva com o local que nasceu e cresceu. Suas

narrativas são sempre carregadas de boas lembranças e um toque sentimental, que caracterizam a sua habitação na localidade como uma experiência singular.

Finalizando a conversa, Nina é questionada sobre o cenário atual em que se encontra o mundo, que modificou a vida da população em geral: a pandemia do COVID-19. Nina se mostra bem tranquila quanto a essa questão, apesar de confessar que, às vezes, sente vontade de ir ao shopping ou abraçar as pessoas que ama. Entretanto, essa situação tem estreitado ainda mais os laços com sua casa, já que ela desfruta de todos os ambientes para conviver harmonicamente. Além disso, o amor pela sua residência ajuda no processo de isolamento. Quando estende essa visão para seu entorno, revela que apesar de sua rua ser bem movimentada, ela tem estado vazia, os indivíduos continuam permanecendo em suas edificações. Para embasar tal afirmativa, cita um bar, em suas proximidades, que reúne muita gente. Entretanto, em tempos de pandemia, suspendeu suas atividades. Seu perímetro, portanto, fica imerso a uma quietude profunda.

Pelas falas de Nina, é possível analisar as representações sociais mais fortes que são impostas pela população em geral e rondam o perímetro histórico. Na tabela a seguir, são dispostas as informações mais ativas sobre o local, o campo de representação da contadora e suas respectivas atitudes, que comprovam ou não os estigmas apresentados.

Tabela 04 – Tabela de análise das representações sociais – Nina.

<b>INFORMAÇÃO</b>	<b>CAMPO DE REPRESENTAÇÃO</b>	<b>ATITUDE</b>
O Centro Histórico não é mais pensado como um lugar de moradia	“[...] eu moro no Centro mais <i>pra</i> Beira Mar. Eu acho que a minha rua, é uma rua que ainda tem muitas famílias, porque tem muitas ruas onde o Centro já virou mais comercial que residencial, mas a minha tem muita residência ainda”. “Se eu pudesse optar, eu escolheria continuar morando no Centro Histórico”.	Orientação do entrevistado não favorável à representação social. Representação se caracteriza como frágil.
A população reconhece o patrimônio como seu	“[...] Eu não sinto o patrimônio como se fosse meu”.	Orientação do entrevistado não favorável à representação social.

		Representação se caracteriza como frágil.
A população usufrui dos espaços públicos	<p>“[...]Eu acho que o que eu mais frequento é a Beira Mar, para caminhar, muito cedo, no horário de 6 horas”.</p> <p>“[...] eu uso muito a Beira Mar <i>pra</i> poder caminhar. Aqui do início da Ponte do São Francisco você vai na Maria Aragão, pode usar a Maria Aragão, subir aquelas escadarias da Praça Gonçalves Dias e voltar... quer dizer, então o espaço que eu mais uso é a Beira Mar”.</p>	<p>Orientação do entrevistado foi favorável à representação social.</p> <p>Representação se caracteriza como verdadeira.</p>
O Centro Histórico é um dos lugares mais inseguros da cidade	<p>“[...] eu acho que é um cuidado que todo mundo tem que ter, que é com a segurança em todos os lugares de São Luís, né. Às vezes a pessoa pode achar que aqui é mais perigoso, não é... eu acho que todos os lugares são perigosos. Eu acho que a gente não pode é dar oportunidade <i>pra</i> isso. Então, acho assim, que a gente precisaria, não só aqui, mas em todos os bairros, de uma segurança melhor”.</p> <p>“[...] Então, a gente procura se cuidar. Agora, isso eu acho que é geral, né, <i>pra</i> cidade toda”.</p>	<p>Orientação do entrevistado não favorável à representação social.</p> <p>Representação se caracteriza como frágil.</p>
O Centro Histórico possui mobilidade ruim	<p>“[...] isso não tenho problema não. Aqui na Beira Mar, se eu quiser pegar um ônibus, eu acho que vou <i>pra</i> qualquer lugar de São Luís, até pra São José de Ribamar, porque tem linha que passa aqui na Beira Mar. A Beira Mar ela tem um volume muito grande de ônibus que serve praticamente a Ilha”.</p> <p>“[...] eu acho que em termo de mobilidade, não tem problema. Se você quiser chamar um taxi ou um aplicativo é também muito fácil. E ainda tem isso, né... a praticidade das coisas terem perto”.</p> <p>“[...] Se você quiser pedir um ônibus também não demora, pode ir de carro... então, em termos de mobilidade eu acho muito tranquilo, <i>pra</i> mim, não vejo problema”.</p>	<p>Orientação do entrevistado não favorável à representação social.</p> <p>Representação se caracteriza como frágil.</p>
Os órgãos de preservação não mantêm	<p>“[...] acho falhos os órgãos que poderiam estar diretamente ligados a essa preservação”.</p>	<p>Orientação do entrevistado foi favorável à</p>

uma boa relação com os moradores	“[...] Então, eu acho que os órgãos são muito fracos. Fracos e falhos. Precisa ainda melhorar, eu não confio não”.	representação social. Representação se caracteriza como verdadeira.
As reformas nas edificações são complicadas	“[...] Eu acho tudo muito burocrático para a gente tentar chegar a um denominador comum”. “[...] Eu ia fazer uma reforma na frente da casa e eu ia colocar azulejo português. Eles não deixaram, disse que eu não podia colocar, que tinha que ser, é... tinha que pintar, mas eles escolheriam a cor para eu pintar. Só que aí eu disse que não”.	Orientação do entrevistado foi favorável à representação social. Representação se caracteriza como verdadeira.
Morar em uma edificação histórica, de arquitetura luso-maranhense, é ruim	“[...] tem coisas que eu já modernizei total e outras que não, porque eu não posso fazer mesmo”. “[...] Eu vou adaptando tudo direitinho, eu não tenho muito problema com isso não”.	Orientação do entrevistado não favorável à representação social. Representação se caracteriza como frágil.

Fonte: desenvolvido pelo autor, 2020.

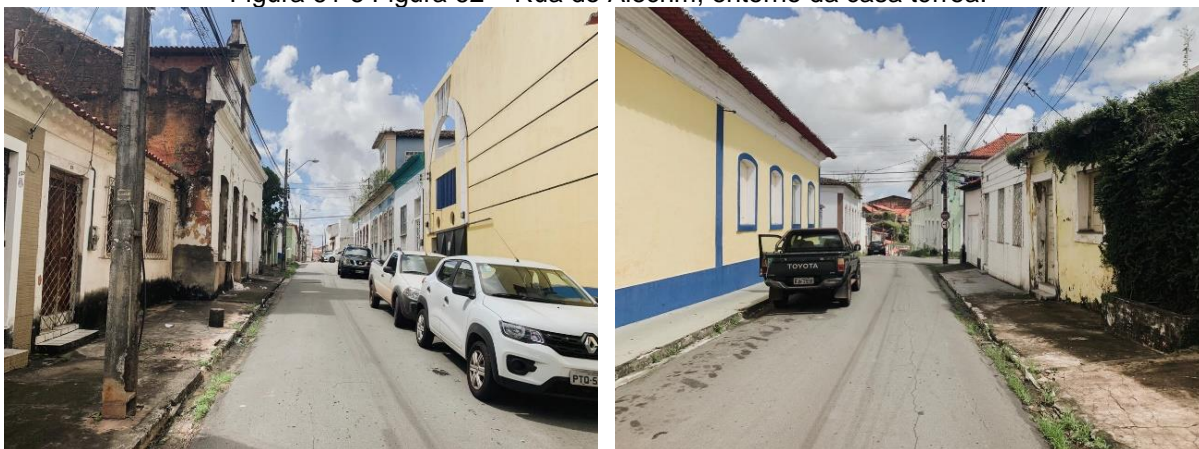
A partir da na análise feita com a exposição da tabela, se torna perceptível que as representações sociais impostas pela coletividade, podem se posicionar como verdade ou mito. Assim como Pedro, a maioria das representações de Nina também se configuram como mito. Entretanto, elas variam. Alguns dos pontos que se estabelecem como narrativas fantasiosas para o artista, para a contadora, já se fixam como uma verdade. É interessante a percepção das questões colocadas, e como o entendimento desses aspectos variam de pessoa para pessoa, baseadas em suas visões de mundo.



#### 6.4 Casa térrea – Rua do Alecrim, nº 301

Próxima à Rua do Ribeirão se encontra a Rua do Alecrim, também conhecida do Centro. Percorrendo o local, é possível perceber que o panorama se transforma de maneira sutil. É notória a predominância residencial, apesar de possuir mais pontos comerciais que o perímetro do Ribeirão, analisado anteriormente. Inserida na lista do Patrimônio Mundial da Unesco, é uma via tradicional, calma e tranquila. É nela que se situa uma casa singular de esquina, térrea, recuada e possuínte de um jardim frontal, características um tanto impares para a região onde está localizada. Aqui, a conversa ocorre com Jonas, funcionário público de 61 anos. Nascido e crescido na edificação, divide suas narrativas saudosas, marcadas por lembranças familiares.

Figura 61 e Figura 62 – Rua do Alecrim, entorno da casa térrea.



Fonte: arquivo pessoal, 2020.

Diferentemente de Paulo, Pedro e Nina, Jonas não habita mais a casa na Rua do Alecrim. Nela, permanece sua mãe, já idosa. Entretanto, ele se define como um exímio morador da região central, preferindo a vida aqui, que a do “outro lado” da cidade. A conversa flui naturalmente e, de início, discorre sobre o Centro em si. Questionado sobre a moradia no local, relata que, durante todo o período que morou em São Luís, habitou o perímetro tombado, exceto o tempo em que viveu em São Paulo, totalizando cerca de 30 anos.

Figura 63 – Casa singular térrea, Rua do Alecrim.



Fonte: arquivo pessoal, 2020.

Quando perguntado sobre a sua história com o Centro e o que o bairro representa em sua vida, Jonas é direto ao afirmar que a relação é a melhor possível: “eu adoro o Centro da cidade”. Entretanto, revela que só não volta a habitar a região tombada pela falta de garagem na edificação de sua mãe. Sobre morar no patrimônio histórico, relatou que gosta muito, frequentando veementemente o Reviver e seus barzinhos, declarando amor também pela Madre Deus. “Eu sou bem do Centro de São Luís. Eu prefiro aqui do que os bairros badalados do Renascença”.

Quando o assunto adentra os pontos positivos e negativos do Centro, Jonas aponta que, como todos os lugares, há a presença de benefícios e malefícios e que, de forma alguma, isso tira os méritos da região. O funcionário público revela que as benesses são várias, a começar mobilidade. É tudo perto, o que proporciona que os moradores não precisem sempre do carro. Novamente, cita que o único ponto que não o faz habitar a região tombada é a falta de garagem, o que, naturalmente, se caracteriza como uma desvantagem. Os aspectos ruins, no entanto, também existem e se nesse momento ele opta por fazer uma forte crítica ao poder público.

Jonas cita que muitos dos problemas que hoje se fixam na região central poderiam ser evitados ou, pelo menos, amenizados com políticas públicas adequadas. Em sua opinião, o Estado deveria incentivar a moradia na região, utilizando estratégias como a diminuição do IPTU e possibilitando maiores garantias a área para, dessa forma, proporcionar a manutenção da habitação local. No entanto, o que ele percebe é o gradativo abandono de edificações. Imóveis esses que teriam um grande potencial de uso. Relata ainda que o poder público também é culpado por alugar prédios, não pagando os responsáveis, concebendo débitos e ainda abandonando os mesmos, onde para se embasar, cita exemplos que ocorreram com entes próximos. Para ele, são essas questões que desmoralizam a moradia na zona tombada.

Os pontos negativos, no entanto, tendem a afastar indivíduos do Centro Histórico da capital. A cidade se desenvolveu muito nos últimos anos e tal crescimento acabou por chamar atenção de vários moradores da região central, que sua vez, migraram para os novos bairros. Jonas foi um deles. A falta de garagem na edificação da Rua do Alecrim foi fundamental para que o mesmo fixasse moradia no Renascença, do outro lado da ponte. Entretanto, ele afirma que mesmo não habitando mais a zona tombada, a frequenta sempre, por vários motivos. Entre eles, relata que a residência de sua mãe é bonita, bem reformada e cuidada. Além disso, esse é o espaço em que se sente melhor, onde se considera pertencente.

Sobre as edificações locais, Jonas considera que o cenário mudou com o passar dos anos. Ainda há a presença de famílias que habitam a região há bastante tempo. Cita a existência de uma vizinha “de toda a vida e de um senhor que faleceu há poucos anos, mas a casa continua a ser habitada por sua esposa. Com o passar dos anos, no entanto, foi possível perceber de forma nítida que algumas casas se tornaram abandonadas, fechadas. Ele revela a dificuldade de encontrar compradores e, nesse momento, a culpa respinga sobre o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). Ele considera o órgão de preservação como um dos grandes problemas do Centro, o que dificulta a venda dos imóveis pela dificuldade de se chegar a um senso comum. Quanto a presença de comércio, afirma que não são tantos, porém suficientes.

Ao ser questionado sobre o uso das edificações em seu entorno ou de espaços públicos, Jonas analisa que não tem costume de frequentar muitos espaços. Relata que o local que mais frequenta é o reviver e seus bares, no entanto, essa região

já fica um pouco mais distante da Rua do Alecrim. Apesar de desfrutar da Praça Antônio Lobo em seu quarteirão, ele afirma que sua utilização é complicada devido à presença de mendigos e pedintes, que acabam por afastar usuários com regularidade. Durante a conversa, é perceptível que apesar de adorar a região central, há muitos pontos em que não concorda.

Aqui, se faz importante o questionamento sobre a mobilidade e a segurança local. De uma forma geral, é muito comum observar críticas a esses dois aspectos. Essas duas representações voltadas ao Centro da cidade se caracterizam como muito fortes. No entanto, Jonas ameniza os posicionamentos negativos. Em seu ponto de vista, quanto a mobilidade, garante que o fato de conhecer o Centro como a palma da mão o faz um pouco suspeito, entretanto, garante que não possui dificuldades para transitar e não vê essa questão como um problema. Em relação a segurança, afirma que é a mesma de qualquer outro bairro de São Luís. Obviamente, os cuidados devem sempre estar presentes, mas não se difere de outras regiões. Aponta também que as pessoas costumam aumentar essa situação e que, na verdade, isso já virou um estigma da localidade.

Jonas expressa de forma enfática a sua experiência de habitar o Centro Histórico. Quando questionado sobre sua relação com o “lado de lá” da cidade, já se possui uma análise diferente da dos outros entrevistados. Enquanto Pedro e Nina moram na região tombada, o funcionário público já habita o bairro do Renascença, também tradicional na cidade. No entanto, garante que em suas temporadas com a mãe, na localidade central, consegue usufruir de todos os estabelecimentos para sanar suas necessidades e não encontra problemas relativos a essa questão.

Eu não preciso. Se eu tô aqui no Centro e eu preciso resolver alguma coisa, eu resolvo aqui. Tem tudo que tem no outro lado. Tudo o que eu preciso tem aqui no Centro. Tem banco, tem supermercado, tem farmácia, tem restaurantes, tem tudo (JONAS, 2020).

Dessa forma, é impossível falar sobre o Centro Histórico sem citar as questões patrimoniais. Nesse ponto, é possível perceber uma certa revolta ao tocar esse aspecto. Questionado sobre seus conhecimentos voltados aos planos de requalificação do perímetro, é efusivo ao afirmar que não possui entendimento de nenhum, pelo contrário, tudo o que sabe é que a área está abandonada. Apesar disso, ainda é indagado sobre as propostas de qualificação que podem ou não ter sido cumpridas ao longo do tempo. Ele cita que os habitantes, geralmente, são os últimos

a ficarem sabendo de decisões voltadas para o espaço e que quando o Governo faz algum parecer relacionado ao local, informa apenas a associação de moradores, expõe os eventos, mas não convida quem mora na localidade.

A revolta se estende aos órgãos de preservação. Jonas aponta que o trabalho do IPHAN é péssimo e incompetente. Lamenta os 20 anos em que a ex-presidente do órgão atuou, afirmando que a instituição queria impor regras voltadas as reformas e materiais que serão utilizados nas mesmas. “Ela quer que você use o barro, o mesmo barro que foi feito há 30 mil anos atrás e você sabe que barro não se constrói mais nada, que infiltra e essas coisas todas”. Aponta também que várias edificações estão abandonadas pela dificuldade de um acordo entre as partes, o que acaba tornando inviável financeiramente para os moradores locais. Por fim, lamenta que a maioria dos prédios estejam fadados a se tornarem estacionamentos.

[...] o grande problema aqui do Centro, é que o IPHAN ou a Secretaria de Patrimônio do Estado ou a Secretaria de Patrimônio do Município nunca prestam atenção nas casas, mas quando você vai passar uma mão de tinta nela, no outro dia eles *tão* aqui fiscalizando. Não pode fazer isso, não pode fazer aquilo. Passa a vida inteira sem fiscalizar, mas quando você quer melhorar, eles querem dar *pitaco*. Aí eu já expulso todo mundo, já escolhambo todo mundo (JONAS, 2020).

Ao mudar o foco do diálogo para a edificação da Rua do Alecrim, os ânimos se acalmam. As narrativas voltam para lembranças afetivas do passado, a infância no Centro Histórico. Cita que a sua mãe habita o local desde 1940 e que ele e todos os seus irmãos nasceram e cresceram no local. Relembra que a casa era o ponto de encontro da família que morava nas proximidades, no Anil e Monte Castelo. Define a residência de uma forma muito simples, como alegre e cheia de gente.

A casa na Rua do Alecrim é consideravelmente espaçosa. Logo na entrada é possível ver um jardim na frente, a sala de estar e jantar, formam dois ambientes grandes. Dois quartos, sendo um suíte com banheiro adaptado para a idosa. Um escritório, banheiro, área de televisão, copa, cozinha, jardim de inverno e quintal formam a residência. Questionado sobre qual dos cômodos mais utiliza, Jonas, que optou por passar a quarentena junto a mãe, relatou que usa todos na mesma proporção. A edificação por ser muito boa e ampla, proporciona esse feito.



Figura 64 – Layout da casa térrea.

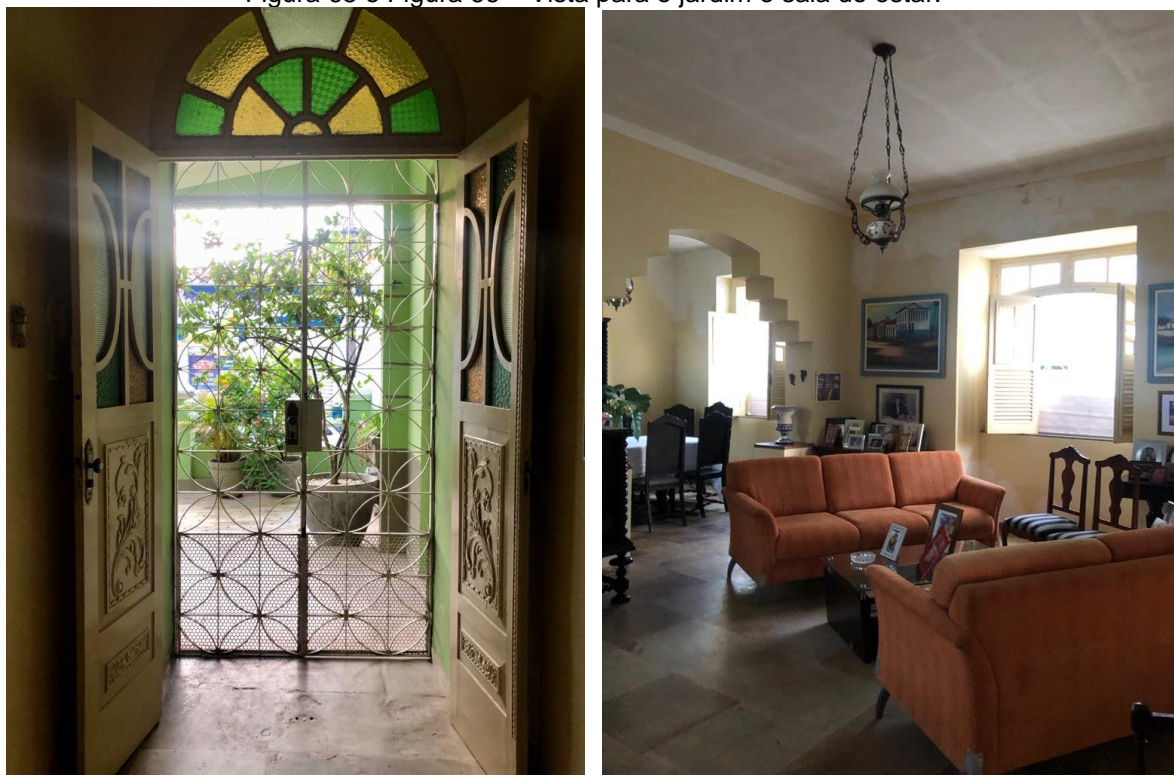


Fonte: produzido pelo autor.

Seguindo a linha de raciocínio, falar de uma casa tombada no Centro Histórico é também discorrer sobre a adaptação as modificações ao longo do tempo. Jonas revela que é um tanto complicado dizer como se deu as adequações relacionadas a forma de morar com o passar dos anos. Ele sempre viveu na residência do Centro, portanto, afirma que se algo mudou, ele não percebeu. Pelo contrário, as modificações, na sua visão, ocorreram após a sua migração para seu apartamento no São Francisco. O funcionário público relata que o imóvel da região central é onde se sente realmente confortável: “aqui estou em casa”.

Ao falar de mudanças, é também comum que se discorra sobre as transformações físicas que o espaço sofreu. Nesse momento, Jonas é questionado sobre as reformas que a casa sofreu. Ele afirma que várias foram as alterações que fizeram ao longo do tempo. Entre elas, a construção de um jardim de inverno, a suíte era um grande quarto que foi dividido, se transformando em dois. Além disso, as adaptações no banheiro de sua mãe e algumas ampliações. Ele afirma que todas as alterações foram efetuadas para o maior conforto dos moradores. Algumas são bem antigas, possuindo mais de 30 anos, outras já são mais recentes.

Figura 65 e Figura 66 – Vista para o jardim e sala de estar.



Fonte: arquivo pessoal de Jonas.

Figura 67 e Figura 68 – Sala de jantar e jardim de inverno.



Fonte: arquivo pessoal de Jonas.

Figura 69 e Figura 70 – Escritório e quarto 01.



Fonte: arquivo pessoal de Jonas.

Apesar de não ser o panorama ideal, Jonas revela que as reformas, no entanto, não são efetuadas com a autorização ou acompanhamento dos órgãos de preservação. É visível que não foi fincada uma boa relação entre as partes. Quando questionado sobre esse aspecto, rebate de forma irônica “*pra quê? Pra dizer que não pode? Não, não precisa*”. Em seu ponto de vista, revela não haver necessidade de sinalizar os institutos de proteção do patrimônio histórico. É bem enfático ao assegurar que, se o IPHAN fosse informado sobre as modificações realizadas no imóvel, não iriam permitir suas realizações.

Contudo, Jonas faz questão de expor que, apesar dos pesares, a vida no Centro Histórico é tranquila. É na região central que ele sente a real sensação de pertencimento. Como forma de encerrar o diálogo, é indagado sobre atual situação da pandemia do COVID-19. Tal panorama transformou a vida da população mundial, portanto, se faz necessário observar como a nova realidade modificou sua forma de habitar e quais mudanças ele observou em seu entorno. Apesar disso, relata que não tem sentido grandes alterações em sua rotina, entretanto, tem utilizado mais a casa. A imersão total na casa acaba por obrigar um relacionamento mais estreito do morador a edificação.

Sobre o entorno de sua casa, Jonas revela não ter percebido grandes mudanças. As pessoas continuam de quarentena e a rua, que já era calma, apenas entrou em um processo de inercia maior. A população tem saído menos de casa, preferindo ir à rua apenas quando necessário. Nesse caso, a forma de habitar a região não recebeu grandes alterações.



Ao final da entrevista com Jonas, é possível fazer uma análise relacionada as grandes representações sociais impostas a zona central. Ele desmitifica em seu campo de representação algumas informações impostas pelo senso comum, revelando atitudes favoráveis ou não a elas. Dentre as que foram analisadas, se optou pela observação das que se caracterizam como as mais fortes. Na tabela a seguir, informações, campo de representação e atitudes são expostas com o objetivo de avaliar tal panorama.

Tabela 05 – Tabela de análise das representações sociais – Jonas.

INFORMAÇÃO	CAMPO DE REPRESENTAÇÃO	ATITUDE
O Centro Histórico não é mais pensado como um lugar de moradia	“[...] aqui ainda tem uma vizinha de toda a vida que mora aqui na frente, aí tinha a família de um vizinho também que tem um sobrado, ele faleceu a pouco tempo, mas a mulher dele continua morando. O resto, tem duas ou três casas residências, mais... quatro”. “Eu adoro o Centro da cidade. A única coisa que me faz não vir morar aqui é porque não tem garagem. Se eu tivesse garagem, eu voltaria a morar no Centro”.	Orientação do entrevistado não favorável à representação social. Representação se caracteriza como frágil.
A população reconhece o patrimônio como seu	“Olha, os moradores do Centro são os últimos a saber. Quando eles têm alguma proposição, eles falam com a sociedade de morador do lado da ponte, <i>pro</i> grande evento e expõem. O pessoal do Centro não é convidado”.	Orientação do entrevistado não favorável à representação social. Representação se caracteriza como frágil.
A população usufrui dos espaços públicos	“[...] Nenhum, aqui próximo nenhum, porque a praça é cheia de mendigos, é suja, né. Então, não tem nenhum”.	Orientação do entrevistado não favorável à representação social. Representação se caracteriza como frágil.
O Centro Histórico é um dos lugares	“[...] Dizem que é perigoso, mas perigoso é no Renascença, perigoso é em frente ao Crescimento, tem assalto todo dia, né. Perigoso é nas ruas do Calhau que <i>tão</i> assaltando à torto e a direita. No	Orientação do entrevistado não favorável à

mais inseguros da cidade	Centro da cidade eu não vejo perigo. Claro que em São Luís, em todos os lugares tem seus perigos, mas não tanto quanto nos outros bairros.”. “A segurança é igual em tudo quanto é lugar [...]”.	representação social. Representação se caracteriza como frágil.
O Centro Histórico possui mobilidade ruim	“[...] Não encontro muita dificuldade. Eu conheço o Centro como a palma da minha mão, se uma rua <i>tá</i> interditada, eu pego a outra e chego no mesmo lugar. Não encontro dificuldade <i>pra</i> transitar”.	Orientação do entrevistado não favorável à representação social. Representação se caracteriza como frágil.
Os órgãos de preservação não mantêm uma boa relação com os moradores	“[...] Mas sabe, o grande problema aqui do Centro, é que o IPHAN ou a Secretaria de Patrimônio do Estado ou a Secretaria de Patrimônio do Município nunca prestam atenção nas casas, mas quando você vai passar uma mão de tinta nela, no outro dia eles <i>tão</i> aqui fiscalizando”. “Péssimos, péssimos. Nem comento. Péssimos. Incompetentes”. [...] Não consultamos, <i>pra</i> quê? <i>Pra</i> quê? <i>Pra</i> dizer que não pode? Não, não precisa”.	Orientação do entrevistado foi favorável à representação social. Representação se caracteriza como verdadeira.
As reformas nas edificações são complicadas	“[...] Não pode fazer isso, não pode fazer aquilo. Passa a vida inteira sem fiscalizar, mas quando você quer melhorar, eles querem dar <i>pitaco</i> . Aí eu já expulso todo mundo, já escolhambo todo mundo”.	Orientação do entrevistado foi favorável à representação social. Representação se caracteriza como verdadeira.
Morar em uma edificação histórica, de arquitetura luso-maranhense, é ruim	“[...] a casa de mamãe é muito boa. Foi tudo reformado, é muito boa, é muito bonita, ela cuida da casa. Então... é muito boa, eu gosto muito”. “[...] Adequamos <i>pro</i> conforto, né [...]”	Orientação do entrevistado não favorável à representação social.



		Representação se caracteriza como frágil.
--	--	---

Fonte: desenvolvido pelo autor, 2020.

Através da tabela para análise das representações de Jonas, é possível perceber que algumas das ideias impostas pela coletividade se apresentam como verdadeiras ou não. Aqui, também se manteve o mesmo cenário encontrado com Pedro e Nina. A maioria das afirmativas fixadas, de uma forma geral, pela população, se apresentam como narrativas imaginárias. Novamente, fica nítido que as percepções a respeito desses aspectos variam. Alguns dos itens que se configuram como mito para o funcionário público, aparecem como verdades para o artista e para a contadora, e vice-versa. Panorama esse, que se altera de acordo com as visões de mundo de cada indivíduo.





## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS



## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreender as questões voltadas à habitação é sempre uma tarefa complexa. Para entender a moradia, de forma mais aprofundada possível, é necessário assimilar seus conceitos, que perpassam pela subjetividade de análise, dando margem para diversas interpretações. Apesar de todo mundo conhecer o sentido de morar, sua conceituação é complicada, estando sempre mais voltada para a prática. Nesse trabalho, no entanto, o habitar foi posto como uma ação essencial voltada ao homem. Aqui, os vínculos com um determinado local foram abarcados, onde se estabelecer e se fazer presente é fundamental. Dessa forma, o fenômeno da habitação está voltado a apropriação de um dado espaço. No entanto, é muito comum a ligação da moradia a um espaço físico, como a casa. Esse, porém, é apenas o perímetro onde ocorre tal ação.

Se faz importante frisar que o habitar é uma variante. Uma vez que a moradia está diretamente ligada a individualidade de cada ser, elas se alteram conforme os aspectos a que são impostas. Os modos de morar se apresentam como diversos, se modificando conforme valores intrínsecos a casa do sujeito, questões culturais, sociais e geográficas. Tais pontos, possuem grande força quando relacionados ao homem e o local onde ele se insere. Portanto, se pode compreender a habitação como um produto sociocultural.

Com os fatos expostos, é impossível falar sobre moradia sem estabelecer uma conexão com a casa, ambiente onde ocorre o fenômeno da habitação. Inicialmente, a residência se configurava apenas como um espaço fundamental para abrigo de seus usuários. Se faz importante destacar que esta não possuía as características que tem na atualidade. Com o passar do tempo novas funções foram sendo dadas ao lar. Dentre as diversas transformações, nos dias de hoje, a casa contemporânea possui muitas exigências e deve oferecer oportunidades aos seus moradores.

Uma vez que as questões voltadas a moradia foram compreendidas, é importante entender os Centros Históricos. As Cidades Históricas, trazem consigo, fortes heranças de um período importante na história do país. O Centro Histórico de São Luís é marcado pela era colonial e traduz tal fato perfeitamente em seu traçado. Incluído na Lista de Patrimônio Cultural da Humanidade da Unesco, é considerado

um exemplo singular de cidade colonial portuguesa, devidamente adaptado as condições climáticas da América do Sul, levando seus visitantes a uma viagem única de volta ao passado.

O Centro Histórico sempre foi um perímetro vivo da cidade. A habitação e o comércio sempre existiram no local e o perímetro era considerado um dos melhores espaços para se morar. Entretanto, nos últimos anos, com a expansão de São Luís rumo aos litorais, a região tombada se viu envolta em ideias que desmoralizam a moradia local. Várias são as representações impostas sobre o perímetro, que afirmam que a zona não é mais uma área voltada para a residência.

Para entender uma localidade, no entanto, é preciso desconstruir representações já impostas e analisar as subjetividades dos indivíduos, já que a protagonista da arquitetura é, na verdade, a sociedade. A presente pesquisa trouxe consigo uma análise da habitação no Centro Histórico de São Luís, onde os aspectos patrimoniais foram amparados pelas narrativas de moradores locais, que utilizam suas histórias já consolidadas, para contar outra. O trabalho então, convida a uma reflexão sobre o habitar no perímetro tombado da capital maranhense, compreendendo o espaço em escala de cidade e suas edificações de caráter luso-maranhense.

Ao adentrar o Centro Histórico, percorrendo suas vielas e observando atentamente suas edificações, é impossível não se impressionar com a riqueza arquitetônica local. A virtude das esquadrias, balcões, azulejos e telhados conferem beleza singular ao cenário atravessado. Um dos primeiros pontos a se aprender sobre a região, é que os imóveis realmente contam histórias. Narrativas de um período, costumes de um povo e o contexto político e social de uma era ficam evidentes em uma simples caminhada pela zona central. Assim, é nítido que as questões que envolvem o patrimônio constituem uma vertente complexa da arquitetura. Para falar de cidades e edifícios históricos, é necessário dispor de uma sensibilidade extrema, visto que perder, mesmo que minimamente, parte desse acervo, é perder história viva.

Aos poucos, é possível mesclar o que se vê com o que se ouve. A tabela abaixo faz uma compilação dos dados das outras quatro tabelas anteriores, referentes as narrativas individuais de cada entrevistado. Nesta, é possível observar se as representações se configuram como falsas (X) ou verdadeiras (✓):

Tabela 06 – Tabela de análise das representações sociais – compilação dos dados.

INFORMAÇÃO	ATITUDE			
	Paulo	Pedro	Nina	Jonas
O Centro Histórico não é mais pensado como um lugar de moradia	X	✓	X	X
A população reconhece o patrimônio como seu	X	✓	X	X
A população usufrui dos espaços públicos	✓	X	✓	X
O Centro Histórico é um dos lugares mais inseguros da cidade	X	X	X	X
O Centro Histórico possui mobilidade ruim	X	✓	X	X
Os órgãos de preservação não mantêm uma boa relação com os moradores	✓	X	✓	✓
As reformas nas edificações são complicadas	✓	X	✓	✓
Morar em uma edificação histórica, de arquitetura luso-maranhense, é ruim	X	X	X	X

Fonte: desenvolvido pelo autor, 2020.

As narrativas dos entrevistados despontam outro aspecto importantíssimo sobre o Centro Histórico: ele possui nichos. O perímetro central é muito extenso, entretanto, de uma forma geral, se tem o hábito de entendê-lo como um espaço único. Aqui, desponta o primeiro erro da coletividade: é preciso compreender que uma área tão grande como a zona histórica possui suas variantes e não se configura como um perímetro homogêneo.

Portanto, existem nichos que apresentam suas próprias características. Locais onde ainda se tem a predominância da moradia, outros onde o comércio se impera como preponderante, assim como aqueles onde o funcionalismo público se faz mais presente. Se faz vivo o Centro onde ainda se perduram costumes antigos, como a conversa na porta de casa e os laços afetivos com vizinhos de uma vida toda, no tocante em que se tem zonas onde velhas práticas não se tornam mais existentes.



Espaços em que as edificações, em sua maioria, possuem uso e áreas em que o tempo vêm gradativamente vencendo, transformando prédios em ruínas. Existe o Reviver, a Beira Mar. Para compreender o Centro Histórico é preciso entender suas complexidades e diversas facetas.

Através das representações dos moradores, é possível se confirmar certas ideias já impostas, ao mesmo tempo em que se pode negar outras. Paulo, Pedro, Nina e Jonas, através de seus conhecimentos, constroem a imagem do perímetro tombado, às suas versões. A concepção de que o Centro não é mais pensado como um local de moradia é um dos primeiros pontos que se configuram como incoerentes. Como já exposto, há uma variante muito grande entre as áreas. É possível perceber que em alguns pontos a habitação não se faz mais predominante. Porém, tal fato não eleva a Cidade Histórica a um patamar onde não se é mais compatível com a moradia. Pelo contrário, a importância da manutenção residencial local se faz de suma importância para que o espaço tombado continue sendo humanizado.

A fala dos moradores pôde demonstrar outro ponto importante. É muito comum a formulação do pensamento de que quem habita a região tombada possui, necessariamente, um apego às questões patrimoniais. Porém, não é bem assim. Tais aspectos, no entanto, grande parte das vezes, acabam por afastar os moradores do espaço em que habitam. Quando se fixa residência em um perímetro histórico, existem normas a serem seguidas. Essas, se configuram como superiores as vontades e necessidades de cada sujeito. Os desentendimentos com os órgãos de preservação, aliados ao fato de que a zona possui suas restrições, é responsável por fazer com que os habitantes, em sua maioria, não reconheçam o patrimônio como seu.

Ao longo dos diálogos, foram recorrentes as falas que remetem a dificuldade de um consenso entre os órgãos responsáveis pela conservação local e os residentes da região. Tal cenário dificulta o entendimento entre as partes, gerando complicações nas reformas e melhorias dos imóveis. A situação se confirma já que, em alguns casos, os institutos responsáveis não são consultados nas eventuais modificações a que as edificações são impostas.

É comum também a ideia de que o Centro Histórico é um dos perímetros mais perigosos de São Luís. Pelas representações dos entrevistados, foi possível perceber que, na verdade, o perímetro tombado possui sim suas inseguranças, mas não são maiores que as dos outros bairros da cidade. Assim como nas outras

localidades, se deve tomar cuidado com exposições desnecessárias. Entretanto, nada que se configure como algo tão alarmante. Através de suas falas, se fez nítido que as questões relativas a segurança do espaço, são comentários que já se tornaram estigmas impostos pela coletividade em geral.

Quanto a mobilidade local, se pode ir pela mesma linha de raciocínio. O ponto mais mencionado relacionado a essa questão é, na verdade, a falta de estacionamentos para os veículos. É comum andar pelo Centro e observar os carros parados nas margens das vias, diminuindo o espaço de trânsito e gerando uma certa confusão no espaço. Em contrapartida, a proximidade dos estabelecimentos conta pontos, possibilitando que os moradores locais utilizem menos automóveis e façam trajetos a pé. O panorama relativo a mobilidade da região é sempre muito citada de forma negativa. Novamente, aqui, se pode citar a imposição de estigmas.

Sobre as edificações, se engana quem pensa que as características luso-maranhenses e a antiguidade dos prédios se caracterizam como problemas aos moradores locais. Todos os entrevistados, pontuaram de forma unanime que as marcas do tempo não se configuram de maneira negativa. A arquitetura se porta de forma inteligente e permite a vivência em imóveis de particularidades coloniais nos tempos atuais. As adaptações surtem efeito e o novo e velho conseguem ser utilizados de forma conjunta, correspondendo as necessidades dos habitantes.

Através das representações impostas pelos moradores se fez possível um vislumbre diferente para o Centro da cidade. A pesquisa busca convidar o leitor para uma análise dos modos de morar no perímetro central, bem como seu real potencial e adaptações ao longo dos anos, a luz de diferentes tipologias. Por meio dos diálogos, é possível o entendimento de que o Centro Histórico é sim um local de moradia. Em algumas regiões esse aspecto se faz mais forte que em outras. Normal, a zona tombada se caracteriza como heterogênea.

A percepção que o Centro não é mais um espaço voltado a habitação é, na verdade, devido ao esvaziamento do perímetro central. Aqui, se faz possível pontuar que, antes da expansão da cidade para o outro lado da ponte, a capital se restringia a região tombada e seus bairros adjacentes. Com o crescimento de São Luís, novos territórios ganharam espaço devido à valorização pelo mercado imobiliário e fundiário. Entretanto, indivíduos permaneceram e outros se viram atraídos a fixarem residência no local.

Sendo assim, o que leva as pessoas a habitarem o Centro? Quem habita a região, afirma que morar no perímetro central é simples e tranquilo, garantindo noções de pertencimento, relações afetivas e amor pelo lugar onde se construiu uma história. Tais pontos, tornam possível o reconhecimento de que o Centro possui sim potencial voltado à moradia e que essa se configura como fundamental para tornar o espaço vivo e humanizado. Sua manutenção, no entanto, depende de da união entre habitantes, órgãos de preservação e poder público para que a conservação da região possa ocorrer da maneira certa, garantindo qualidade urbana e arquitetônica.

Este trabalho demonstrou a moradia como uma escolha assumida de modo positivo através dos depoimentos de quatro moradores da área analisados sob o crivo metodológico das teorias das representações sociais. Espera-se que tal conclusão possa ser ampliada a partir de novas pesquisas capazes de alargar as especificadas e riquezas únicas do morar contemporâneo na “cidade antiga”.







## REFERÊNCIAS

ANDRÉS, Luiz Phelipe (Org). **Centro Histórico de São Luís-Maranhão: Patrimônio Mundial**. São Paulo: Audichromo, 1998.

\_\_\_\_\_. **Reabilitação do Centro Histórico de São Luís: revisão crítica do Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís/PPRCHSL, sobre o enfoque da conservação urbana integrada**. 2006. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

\_\_\_\_\_. Roteiro 1: São Luís. O Centro Antigo. In: LOPES, José Antônio Viana (org.). **São Luís: Ilha do Maranhão e Alcântara**. Ilha do Maranhão e Alcântara. São Luís: Sevilla, 2008.

BOGEA, Kátia. O Programa de Reabilitação do Centro Histórico de São Luís e os desafios da gestão urbana. In: ENCUENTRO DE AICEI, 8., 2011, Vila Real de Santo António. **Anais [...]**. Vila Real de Santo António: Iphan, 2011. p. 1 - 70. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/AiCEI/o-programa-de-rehabilitacao-do-centro-historico-de-sao-luis-e-os-desafios-de-gestao-urbana>. Acesso em: 17 mar. 2020.

BÓGUS, Lucia Maria Machado; SOUSA, António Miguel Lopes de. Habitação em centros históricos: um desafio à integração das políticas públicas. **Caderno Metrópole**. São Paulo, p. 01-11. dez. 2016.

BRUMES, Karla Rosário. **Cidades: (Re)definindo seus papéis ao longo da história**. 2001. Disponível em : <http://www.interciencia.org.ve>. Acesso em: 04 set. 2019.

BURNETT, Frederico Lago. **São Luís por um triz: escritos urbanos e regiões**. Editora UEMA. São Luís, 2012.

CANTER avid; MONTEIRO, Circe. **The Lattice of Polemic Social Representations: a comparison of the social representations of occupations in favelas, public housing, and middle – class neighborhoods of Brazil**. In: BREAKWELL G.M. ; CANTER, D. *Empirical Approaches to Social Representations*. New York : Oxford University Press, 1993.

CARDOSO, Paula Paoliello. **A reabilitação de edifícios para uso residencial multifamiliar no centro histórico de São Luís / MA**. 2012. 147 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Preservação do Patrimônio Cultural. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro. 2012.

CHOAY, Françoise. **L'allegoria del patrimonio**. Roma: Oficina Edizioni, 1995.

COLASANTE, Tatiana. **Relação entre patrimônio histórico-cultural e memória no município de Ortigueira-PR e sua potencialidade para o turismo**. 2010. 74 f. Monografia (Especialização) - Curso de Geografia. Universidade Estadual de Londrina. Londrina. 2010.



FILHO, Domingos Vieira. **Breve História das Ruas e Praças de São Luís**. 3. ed. São Luís: Editora Aml, 2017.

FILHO, Olavo Pereira da Silva. **Varandas de São Luís - gradis e azulejos**. Brasília, DF: Iphan / Programa Monumenta, 2010.

GRESSLER, S. Habitação e design: um estudo comparativo entre residências em Dourados, Mato Grosso do Sul, Brasil, e Columbia, Missouri, E.U.A. **Risco – Revista De Pesquisa Em Arquitetura E Urbanismo**, p. 63-79, 2007.

FURTADO, José Luiz. Fenomenologia e crise da arquitetura. *Kriterion*: **Revista de Filosofia**, v. 46, n. 112, p. 414-428, 2005.

JODELET, Denise. **Représentatons sociales** : un domaine en expansion. In: JODELET, Denise. **Les représentations sociales**. 5 ed. Paris : Press Universitaire, 1997.

LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. Transformações do espaço habitacional ocorridos na arquitetura brasileira do século XIX. **Anais do Museu Paulista Nova**, São Paulo, v. 1, n. 1, p.95-106, jan. 1993.

LOPES, José Antônio Viana. **Capital Moderna e Cidade Colonial: O Pensamento Preservacionista na História do Urbanismo Ludovicense**. 2004. 196 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004. Disponível em: [https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/3557/1/arquivo5438\\_1.pdf](https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/3557/1/arquivo5438_1.pdf). Acesso em: 01 set. 2019.

MAIOR, Mônica Maria Souto; STORNI, Maria Otília Telles. **O Design de Interiores como objeto de consumo na sociedade pós-moderna**. *Principia* (João Pessoa), v. 16, p. 68-71, 2008.

MAYNARDES, Ana Claudia. **A Casa, o Lar e o Mobiliário**, p. 217-228. In: Anais do 12º Congresso Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento em Design [= Blucher Design Proceedings, v. 9, n. 2]. São Paulo: Blucher, 2016.

JÚNIOR, Meireles. **Entre o céu e a terra: maranhão patrimônio de imagens**. Maranhão patrimônio de imagens. São Luís: Meireles Júnior, 2016.

MOSCOVICI, Serge. **A representação social da Psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

\_\_\_\_\_. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. 5. ed. Petrópolis, Rj: Vozes, 2007. Tradução de: Pedrinho Guareschi.

SANTOS, Wanderson Barbosa dos. A Sociologia da Moda de Georg Simmel: indivíduo, massa e diferenciação social. **Revista Textos Graduados**, v. 3, n. 1, 2017.

SÁ VALE, Paulo. **São Luís e o mito da falta de planejamento urbano**. 2018. Disponível em: <<https://caosplanejado.com/sao-luis-mito-falta-planejamento-urbano/>>. Acesso em: 11 mar. 2020.

SILVA, Gabriela Melo. **Traços desejantes da cidade: o apelo pela modernização em são luís (1889-1970)**: o apelo pela modernização em São Luís (1889-1970). 2012. 203 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Políticas Públicas, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2012.

SILVA, Paula Alexandra Amorim Pereira da. **Fenomenologia do espaço arquitetônico**: projeto de requalificação do Museu Nogueira da Silva. 2013. 209 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) - Universidade da Beira Interior. Covilhã, 2013.

PALLASMAA, Juhani. A Geometria do Sentimento: um olhar sobre a fenomenologia da arquitetura. [1986]. In. NESBITT. **Uma nova agenda para a arquitetura**. Antologia teórica 1965-1995. 2 ed. 2013.

\_\_\_\_\_. **Habitar**. [tradução e revisão técnica Alexandre Salvaterra]. --- São Paulo : Gustavo Gili, 2017.

PECEGUEIRO, Christiana. **Condições de Habitabilidade no Centro Histórico**: um estudo sobre o morar contemporâneo na moradia colonial. 2008. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

PEREIRA, Marcio Rodrigo da Silva; JÚNIOR, José O. Alcântara. **A mobilidade e a expansão territorial na cidade de São Luís, MA**: um novo paradigma social na ocupação do espaço urbano. Caderno Metropolitano, São Paulo, v. 19, n. 40, p.978-998, set./dez. 2017.

RAPOPORT, Amos. **House form and culture**. New Jersey Prentice Hall.1969.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial**. São Paulo: EDUSP, Imprensa Oficial do Estado, Fapesp, 2000.

VENANCIO, Marluce Wall de Carvalho. **As Razões, as Paixões, as Contradições de Morar no Lugar Antigo**: Uma investigação sobre o habitar contemporâneo no patrimônio cultural urbano. Pólo Santo Antônio, São Luís, Maranhão. 2002. 110 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.

UNESCO. **Convention concerning the protection of the world cultural and natural heritage**. World Heritage Committee – 21ª session (Naples, Italy). 1- 6 December 1997 – 27 February 1998.

ZINERATO, Sílvia Helena. As múltiplas dimensões do patrimônio cultural. **Diálogos - Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-graduação em História**, Maringá, v. 9, n. 1, p.59-65, 2005.

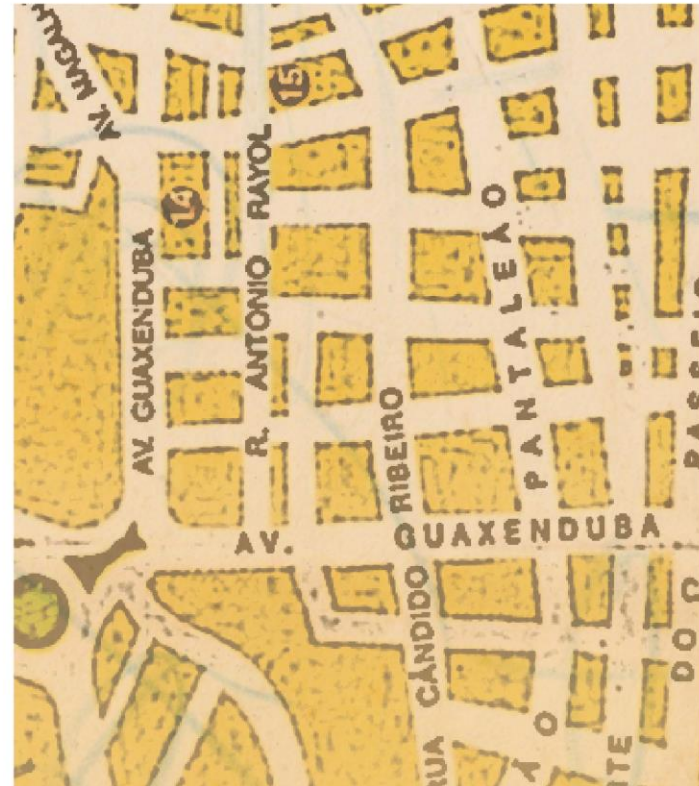




Centro

Desterro

Apicum



APÊNDICES



## APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



### CENTRO UNIVERSITÁRIO

#### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a), como voluntário (a), para participar deste estudo que tem como objetivo analisar os modos de morar na Cidade Histórica de São Luís, assim como a adaptação do modo de vida na região no decorrer do tempo, compreendendo como se vive em diferentes tipologias da arquitetura tradicional luso-maranhense. A presente pesquisa trará benfeitorias a estudantes da área de Arquitetura e Urbanismo, além de demonstrar a sociedade uma nova maneira de visualizar o Cento Histórico e seu cotidiano com fascínio. O trabalho não apresenta riscos aos participantes, entretanto, caso você não se sinta confortável com a temática abordada nas perguntas, poderá cessar a sua colaboração no momento desejado, sem que seja aplicada nenhuma penalidade. A contribuição com a pesquisa não proporcionará gratificações em dinheiro. Se for de sua devida escolha, fica garantido o sigilo de informações pessoais, entretanto, as análises finais poderão ser utilizadas para apresentação do trabalho de conclusão de curso, congressos e artigos científicos. Para maiores informações, a pesquisadora encarregada do estudo, Letícia Lopes de Sousa Pereira, responderá pelos contatos (98) 991102520 ou por e-mail lehloops@outlook.com. Ao aceitar responder as perguntas, você autoriza que as respostas sejam utilizadas, assim como a conversa tenha áudio gravado e que o registro fotográfico dos espaços relativos a edificação possa ser realizado.

Após serem expostos os fatos, para comprovação de sua concessão em colaborar com o estudo através da assinatura dos termos nas duas cópias do presente documento. Uma ficará com você e a outra com a pesquisadora. Por favor, só preencher em caso de total certeza sobre tudo o que foi relatado sobre o trabalho.

#### CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Tendo como esclarecidos os itens relatados acima, eu, de forma livre e espontânea, estou de acordo a participar do trabalho. Afirmando que recebi cópia deste

presente documento de consentimento e aceito a publicação dos dados obtidos para esta pesquisa.

---

Participante da Pesquisa

---

Assinatura do (a) participante da pesquisa

---

Pesquisador

---

Assinatura do Pesquisador



APÊNDICE B – Roteiro de entrevista aplicado aos moradores das residências  
localizadas no Centro Histórico



**CENTRO UNIVERSITÁRIO**  
**CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO  
ALUNA: LETÍCIA LOPES DE SOUSA PEREIRA

**PESQUISA DE CAMPO – ENTREVISTA**

**INFORMAÇÕES BÁSICAS**

Nome:

Idade:

Gênero:

Escolaridade:

Profissão:

Quantidade de moradores:

**PERGUNTAS**

- 1) Há quanto tempo você mora no bairro do Centro Histórico?
- 2) Qual a sua relação com o bairro? O que ele representa na sua história?
- 3) Como é morar no Patrimônio Histórico?
- 4) No seu ponto de vista, quais os aspectos positivos e negativos do bairro?

- 5) Com a expansão da cidade, por que permanecer e escolher o Centro Histórico para morar?
- 6) Qual a sua percepção quanto ao uso das edificações locais? A vizinhança tem se modificado? Os moradores têm diminuído? Qual a função comercial que se prepondera na região? Algumas edificações vêm perdendo o uso? A forma de uso do espaço tem mudado?
- 7) Quais os espaços da Cidade Histórica, no entorno de sua residência, você mais utiliza no seu dia a dia?
- 8) Visto que o morar envolve convivência comunitária, como você classificaria a mobilidade e segurança local?
- 9) Como se dá sua relação com o “lado de lá” da cidade? Você consegue resolver toda a sua vida em questões de trabalho, lazer e obrigações no Centro?
- 10) Você possui conhecimento sobre os grandes planos de reabilitação e requalificação urbana que foram implantados na região?
- 11) A exemplo dos planos de reabilitação e requalificação que marcaram a cidade histórica, se pode citar o Projeto Reviver, no início da década de 80, e PAC das Cidades Históricas. Esses citados trouxeram conhecimentos significativos sobre a região? Alguma proposta de qualificação não foi cumprida como foi inicialmente proposta?
- 12) Qual sua visão sobre os órgão de preservação local? Possui conhecimento sobre o Instituto do Patrimônio Artístico e Histórico Nacional (IPHAN), Departamento do Patrimônio Histórico (DPH) ou Fundação Municipal de Patrimônio Histórico (FUMPH)? Você se sente representado pelo Patrimônio Histórico?
- 13) Sobre a sua casa: qual a história dela? Qual a narrativa mais marcante e o que a define como lar para você?

14) Como se dá a associação entre trabalho e moradia na edificação? (Pergunta imposta apenas às edificações de uso misto).

15) Quais são os espaços da sua residência você mais utiliza? Quais você menos utiliza?

16) Para você como se deu a adaptação do modo de vida ao longo do tempo e como se vive atualmente em um imóvel de arquitetura tradicional luso-maranhense, levando em consideração as modernidades dos dias de hoje?

17) Você já realizou algum projeto de obras e reformas na sua residência? Se sim, consultou os órgãos responsáveis para a devida atualização dos espaços?

18) Levando em consideração o novo cenário a que estamos inseridos, como você está vivendo em meio a pandemia? Como é viver em isolamento no Centro Histórico? Como você lida com esse contexto habitando o Patrimônio? Você acredita que esta situação se diminui de alguma forma em relação a uma franca relação com a rua e o entorno do seu local de habitação?

19) Com o isolamento social, quais mudanças você percebeu no entorno de sua residência?